

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia dezanove de setembro de dois mil e catorze.

Aos dezanove dias do mês de setembro do ano dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos e fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa, da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado que se encontrava ausente o Sr. Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira de Almeida, a Sra. Patrícia Andreia Saraiva Moreirinhas, o Sr. Dr. Francisco José Marques Borges Garcia, a Dra. Fátima Patrícia Amaral Figueiredo e o Presidente da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. José António Gomes Guilherme, que apresentaram justificação e solicitaram substituição, tendo sido substituídos, respetivamente, pelo Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, Dra. Sílvia Alexandra Loureiro Jerónimo, Dra. Carla Alexandra dos Santos Godinho, Sr. Luís Fernando Correia da Conceição Santos e pelo Secretário da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito.

Também se encontrava ausente o Sr. Eng.º Rafael Sousa Costa e o Sr. Dr. Nuno Miguel Saraiva Vilafanha que igualmente apresentaram a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i), n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e

os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Dra. Cristina Fernandes Oliveira, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho e Eng.<sup>a</sup> Teresa Maria Mendes Dias.

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa, da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, fez a seguinte intervenção:

“Foi entregue ontem pela Câmara Municipal depois da reunião de Câmara um pedido para incluir mais um Ponto na Ordem do Dia. Este Ponto passaria a ser o Ponto XV - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Para que este Ponto passe a fazer parte da Ordem do dia é necessário que seja aprovada a sua admissibilidade por dois terços dos Membros da Assembleia Municipal. Passaríamos de imediato à votação da inclusão do Ponto XV na Ordem do Dia.”

Efetuada a votação, a inclusão do Ponto XV - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, foi aprovado por unanimidade.

Da presente sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Ratificação das seguintes deliberações da Assembleia Municipal:

- Da destituição do Sr. António dos Santos Lopes de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal;

- Da eleição da Mesa;

- Das deliberações Tomadas na sequência da destituição e eleição da Mesa.

III -Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da

Câmara Municipal para atribuição das Medalhas de Ouro e Medalhas de Mérito Municipal.

IV - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um Subsídio à União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira.

V - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Aldeia das Dez.

VI - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Seixo da Beira.

VII - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Meruge.

VIII - Apreciação e Votação dos Contratos Interadministrativos com as Freguesias referentes a refeições escolares nos termos do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

IX - Apreciação e Votação da proposta de isenções em matéria de tributos próprios, nos termos já fixados nos artigos 8º e 9º do Regulamento da Tabela de taxas Municipais em vigor no valor estimado de cinquenta mil euros para o ano em curso ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013 de 13 de setembro.

X - Apreciação e votação do projeto de Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior na sequência da deliberação Camarária de 24 de julho de 2014. Considerando que se encontra em apreciação pública pelo prazo de 30 dias contados da data de afixação do Edital.

XI - Apreciação e aprovação da proposta de adesão à Rede de Aldeia De Montanha, Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha (ADIRAM), e respetivos estatutos nos termos do disposto na alínea n), nº 1, artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

XII - Apreciação e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para admissão de pessoal ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 64º da Lei nº 83-C/2013 de 31 dezembro.

XIII - Apreciação e votação da fixação de taxas do IMI para o ano de 2015, nos termos do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

XIV - Pedido de informação à Câmara Municipal sobre as taxas e tarifas do fornecimento público de água, recolha de saneamento e de resíduos urbanos ao abrigo da alínea c), nº 2, do Regimento da Assembleia Municipal.

XV - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo.

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, tomou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dar os parabéns à nova Presidente da Junta da Freguesia de Avô, Sra. Vanessa Raquel Pinheiro Fernandes. Dar também os parabéns à Dra. Sílvia Alexandra Loureiro Jerónimo assim como à Dra. Carla Alexandra dos Santos Godinho porque é a primeira vez que vêm exercer as funções de Membros da Assembleia Municipal em substituição de alguns Membros que não puderam estar presentes.

Lamento os pedidos de suspensão de mandato dos Membros da Assembleia Municipal, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira de Almeida e da Dra. Fátima Patrícia Amaral Figueiredo, mas como é um direito que lhes assiste temos que aceitar. Durante o período de suspensão do mandato o Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo e o Sr. Luís Fernando Correia da Conceição Santos irão substituir os referidos Membros da Assembleia Municipal.

Os meus parabéns, também, ao Sr. Deputado Municipal Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos que comemora hoje o seu aniversário.

Como a morte também faz parte da vida eu queria pedir a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Prof. Joaquim Carvalheira de Almeida. Como sabem o Prof. Joaquim Carvalheira de Almeida foi Presidente da Junta de Freguesia do Ervedal da Beira durante vários mandatos, quer antes, quer depois, do 25 de Abril. Foi também Membro desta Assembleia Municipal e eu tive a oportunidade de conviver com ele nomeadamente entre mil novecentos e oitenta e nove e mil novecentos e noventa e três. Sei que era um homem frontal e era também um bom homem. Eu punha à vossa consideração a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Prof. Joaquim Carvalheira de Almeida que será depois de aprovado comunicado à família.”

Efetuada a votação pelos Membros da Assembleia Municipal, foi aprovado por unanimidade um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Joaquim Carvalheira de Almeida.

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, retomou a palavra para continuar a sua intervenção:

“Quero também pedir a compreensão de todos pelo envio atrasado dos documentos da Assembleia. Como sabem o sistema informático da Câmara Municipal esteve avariado por causa da trovoada e essa foi a razão porque a documentação chegou atrasada. Contudo, a Lei obriga apenas a que a documentação seja enviada com dois dias de antecedência, embora o Regimento estabeleça que a documentação chegue aos Membros com cinco dias. No futuro nós vamos tentar melhorar neste aspeto e fazer com que a documentação chegue a tempo. É um compromisso que eu assumo desde já.

Seguidamente o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, irá informar esta Assembleia Municipal do Expediente mais relevante e dos respetivos despachos.

Relativamente à ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de junho de dois mil e catorze, pergunto se há algum reparo a fazer? Se não há, passaríamos à votação da ata para a sua aprovação.”

Efetuada a votação, a Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de junho de dois mil e catorze, foi aprovada por maioria com três abstenções.

Em seguida foi dada a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Todos os Deputados receberam a listagem da correspondência enviada e recebida mas, de qualquer das maneiras, há aqui dois casos que o Dr. Rodrigues Gonçalves gostaria de destacar: O Sr. António Lopes enviou três requerimentos. Um deles era um pedido de agendamento de Ponto relativamente à água e que foi agendado e que pertence à Ordem do Dia e também fez dois pedidos de esclarecimentos. Foi entretanto solicitado ao Sr. António Lopes para esclarecer a questão para que se possa dar a devida resposta. Foram dados os respetivos esclarecimentos ao Sr. António Lopes relativamente às questões formuladas.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Para além desta documentação entrou também um pedido da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos para que o Presidente da Assembleia se pronunciasse sobre uma queixa que foi apresentada pelo Sr. António Lopes. Esta pronúncia foi feita dentro do prazo e seguiu para a CADA - Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos.

Entraram ainda dois pedidos para intervenção do público, do Prof. João Dinis e do Sr. João Pedro Cruz, mas estas intervenções ficam para o fim da Sessão.

Passemos então às inscrições para as intervenções dos Membros da Assembleia Municipal no Período de Antes da Ordem do Dia.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Tenho aqui duas Moções que foram enviadas para a Câmara Municipal e que a Mesa da Assembleia Municipal também achou que deveriam ser colocadas à votação nesta Assembleia Municipal, na medida em que qualquer uma delas tem relevância para o nosso Concelho.

Uma delas é a Moção de Alerta e Reivindicação que é relacionada com a saúde e foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Municipal e que passo a ler:

*“Moção de Alerta e Reivindicação*

*Considerando, que o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital (CSOH) dispunha de dezasseis médicos, e atualmente, dispõe apenas de oito profissionais desta área;*

*Considerando, o estado de rutura dos serviços do CSOH por falta de pessoal médico;*

*Considerando, que o Município de Oliveira do Hospital possui vinte e um mil habitantes e o Centro de Saúde de Oliveira do Hospital tem inscritos vinte e cinco mil utentes, portanto, em número superior à sua população residente;*

*Considerando, as repetidas dificuldades sentidas pelos cidadãos em termos de acesso aos cuidados básicos de saúde;*

*Considerando que há Extensões de saúde no Concelho de Oliveira do Hospital que estão há demasiado tempo sem médico, enquanto os cidadãos desesperam em listas de espera crescentes, o que só tem vindo a sobrecarregar*

*mais ainda o “desfalcado” atendimento no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital;*

*Considerando, que em Oliveira do Hospital existem empresas de vários setores a laborar vinte e quatro horas por dia, que, em caso de acidente de trabalho ou outras ocorrências necessitam de respostas imediatas;*

*Considerando, que Oliveira do Hospital é uma cidade com população jovem, reforçada pela existência de um estabelecimento de Ensino Superior público, e portanto com uma elevada população jovem/estudantil;*

*Considerando, as crescentes dificuldades financeiras dos cidadãos que os impedem de recorrer a outros prestadores de cuidados de saúde, sendo que o Serviço Nacional de Saúde é a sua única oportunidade para receberem assistência médica e cuidados de saúde;*

*Considerando o exposto e os contactos encetados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital junto do Agrupamento de Centros Saúde do Pinhal Interior Norte e da Administração Regional de Saúde do Centro, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital na sua reunião ordinária de quatro de setembro de dois mil e catorze, decidiu, por unanimidade, reivindicar junto da tutela da Saúde a imediata colocação de, pelo menos, dois médicos no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital, que contribuam para reduzir as evidentes dificuldades de acesso dos cidadãos do Concelho aos serviços públicos de saúde.*

*Esta exigência - a colocação de dois Médicos no Centro de Saúde de Oliveira do Hospital - é perfeitamente razoável, equilibrada e, por todas as partes reconhecida como necessária.*

*Esta colocação deve ser cumprida de imediato, sob pena do Município de Oliveira do Hospital e a população do Concelho de Oliveira do Hospital responsabilizarem a Administração Regional de Saúde e o Ministério da Saúde de qualquer drama que possa ocorrer por falta de assistência médica.*

*O Estado é pessoa de Bem. Que cumpra o Bem para o qual está constitucionalmente obrigado.”*

*A Mesa propõe que esta Moção seja enviada ao Sr. Primeiro-ministro, ao Ministro da Saúde, à Administração Regional de Saúde do Centro, ao Agrupamento do Centro de Saúde do Pinhal Interior Norte e ao Centro de Saúde de Oliveira do Hospital.”*

*De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:*

“Assim sendo, passaríamos de seguida à discussão do teor desta Moção.”

De seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de ler a minha intervenção eu queria dizer o seguinte: Esta Moção fazia sentido e iríamos subscreve-la na íntegra se tivesse sido apresentada há uns tempos atrás. Neste momento vamos abster-nos porque temos informação de que está previsto a partir do dia um de outubro a vinda de dois médicos para Oliveira do Hospital. Eu aproveito para dizer que também nos preocupa a escassez de médicos em Oliveira do Hospital, o que infelizmente não é situação única porque também existe noutros sítios do País. Contudo, dada essa informação que nós temos, tudo indica que foram colocados dois médicos e que se prevê que iniciem funções no dia um de outubro.

Queria ressaltar o papel pró-ativo e o empenhamento de várias entidades que, no meu entender, contribuíram para ultrapassar este problema. Primeiro, a preocupação da Sra. Coordenadora do Centro de Saúde, a Dra. Aldina porque teve sempre essa preocupação em transmitir este problema junto do Diretor Executivo do nosso Agrupamento de Centros de Saúde, o Dr. Avelino Pedroso, pedindo ajuda para a resolução. Depois, e em simultâneo, a intervenção do Diretor Executivo com reporte insistente e fundamentado deste problema à ARS-Centro, solicitando a colocação urgente de médicos em Oliveira do Hospital e também o envolvimento e a intervenção do Sr. Presidente deste Município. Congratulamo-nos com esta união de esforços e congratulamo-nos com os seus resultados. Esperamos que, de facto, se confirme a vinda destes médicos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Vou ser muito breve. Quero dizer que nas últimas Assembleias temos sempre aqui duas, três e quatro Moções. Aqui há uns tempos dizia-se que ninguém lia as Moções e por isso estranho agora esta “febre” das Moções. Naturalmente que não tem nada a ver com a que está aqui em causa porque para mim o mais importante do que as Moções ou a falta delas é de facto que os problemas se resolvam. Eu até aprendi na tropa que a melhor forma de limpar era não sujar. Como aqui há uns anos se andou aí a tentar resolver, agilizar e rentabilizar o serviço de saúde, o que eu hoje sei é que se morre muito por falta de medicamentos.



Noto e registo esta mudança de posição porque parece que as Moções sempre valem para alguma coisa!”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Nós sofremos na pele a situação de falta de médicos, em Lagares da Beira, já por duas vezes, e temos andado a pressionar dentro do possível, e aqui queria agradecer o esforço que a Dra. Aldina tem feito no sentido de colmatar essas falhas, porque na verdade estamos há cerca de três meses sem médico. Também tivemos a informação da vinda de dois médicos mas isto é como diz São Tomé “ver para crer”. Esta Moção faz todo o sentido até para que as pessoas vejam que nós estamos atentos e que estamos na expectativa de que venham médicos porque é uma necessidade e por isso vamos votar favoravelmente esta Moção.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer à Dra. Luísa Vales o reconhecimento que fez do trabalho do Presidente do Município neste envolvimento e da Dra. Aldina na qualidade de Coordenadora do Centro de Saúde.

Mas eu sou um Presidente atualizado e estou em cima do acontecimento. É verdade que decorreu um concurso para médicos onde estava previsto a colocação de dois médicos em Oliveira do Hospital. A Dra. Aldina até já recebeu os nomes desses médicos e já recebeu a comunicação da sua colocação e isto começa a ser complicado e eu vou dizer-vos porquê. Hoje tive a oportunidade de falar com o Sr. Dr. José Tereso, o Sr. Presidente da Administração Regional de Saúde, e até o convidei para uma visita oficial ao nosso Concelho, e é com espanto, e ele também se sente incapaz, e por isso já está agendada uma reunião com ele para a próxima terça-feira, porque mais uma vez neste concurso os médicos não querem vir para Oliveira do Hospital e é preciso encontrar uma solução. Quem tem que encontrar a solução é a instituição que tutela a área da saúde e não é o Presidente do Município. O Presidente do Município fez aquilo que tinha obrigação de fazer que era criar as condições. Por isso eu espero que na próxima terça-feira na reunião com o Dr. José Tereso, a quem reconheço todo o empenho, que este assunto fique resolvido. Nós disponibilizámo-nos a pagar a instalação destes médicos e nós

temos que reconhecer que o nosso SAP funciona vinte e quatro horas porque há médicos que fazem noites consecutivas e que qualquer dia não vão aguentar.

A saúde é um assunto prioritário e nós sabemos como é que está a saúde neste País e sabemos quais são as políticas deste Governo em relação à saúde.

Em Oliveira do Hospital temos que encontrar soluções para a resolução deste problema. Nós já temos três médicos que se disponibilizaram para trabalhar em Oliveira do Hospital mas é necessário que a Administração Regional de Saúde abra o concurso para os contratar.

Esta Moção neste momento mantém-se atualizada e espero que na reunião da próxima terça-feira este problema fique solucionado.”

De seguida foi colocada à votação a Moção de Alerta e Reivindicação que foi aprovada por unanimidade.

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“A segunda Moção é uma Moção de Apoio à inclusão da ESTGOH no programa + Superior que também foi aprovada na reunião de Câmara por unanimidade.

Vem também a Mesa da Assembleia Municipal propor a votação e aprovação desta Moção para ser enviada ao Sr. Primeiro-ministro, ao Sr. Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional, ao Sr. Secretario de Estado do Ensino Superior, ao Sr. Diretor Geral do Ensino Superior, ao Sr. Presidente do IPC e ao Sr. Presidente da ESTGOH.

*“Moção de Apoio à inclusão da ESTGOH no programa + Superior.*

*Como é do conhecimento público foi divulgada a implementação do designado “Programa +Superior”, “uma iniciativa que tem como objetivo atrair candidatos para 12 instituições de ensino superior de regiões do país com menor pressão demográfica”.*

*De acordo com o Ministério da Educação e Ciência (MEC) “o Programa +Superior é uma medida que visa contribuir para a plena utilização da capacidade do ensino superior público, incentivando e apoiando a frequência de instituições com menor procura por se encontrarem sediadas em regiões do país com menor pressão demográfica. O Programa +Superior assume os seguintes objetivos estratégicos:*

*- Promover a coesão territorial pela atração de população jovem para regiões em perda demográfica;*

- Reforçar a contribuição de todas as universidades e institutos politécnicos para o desenvolvimento regional;*
- Incentivar a fixação de futuros diplomados nas regiões mais desfavorecidas do país;*
- Utilizar melhor a capacidade educativa instalada.*

*Pretende-se, segundo foi divulgado, dotar de bolsas de mobilidade no valor de mil e quinhentos euros anuais, a um máximo de mil alunos, conforme destaca o Ministério da Educação e Ciência (MEC) no lançamento do programa.*

*A iniciativa, pelos objetivos descritos é de louvar, uma vez que pretende atribuir bolsas de estudo aos alunos que frequentam instituições do Ensino Superior em regiões do interior do país, particularmente nos designados territórios de baixa densidade demográfica, pese embora o reduzido número de beneficiários a abranger: mil alunos, distribuídos por doze instituições de ensino superior no todo nacional.*

*Ainda assim, note-se que o Ministério da Educação e Ciência refere como propósito desta iniciativa, a promoção de uma oferta formativa mais equitativa em regiões com a referida baixa densidade populacional, potenciando assim a atração de mais jovens estudantes a estas instituições de Ensino, e conseqüentemente potenciando, também, a fixação de jovens qualificados nas regiões do interior de Portugal.*

*Atualmente, como é de fácil verificação, são evidentes as desigualdades que cada vez mais se agravam no que diz respeito à distribuição da oferta formativa e à afetação de recursos orçamentais do Ensino Superior, entre as instituições do litoral e do interior.*

*No caso concreto da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH) – pertencente ao Instituto Politécnico de Coimbra (IPC) – esta, estranhamente, não foi abrangida pelo programa +Superior, considerando que é a única escola de Ensino Superior localizada na NUT III Pinhal Interior Norte (PIN), portanto um território de baixa densidade demográfica e perfeitamente alinhado com os objetivos estratégicos definidos pelo MEC para o programa +Superior.*

*Nestes termos, consideramos que o Ensino Superior nesta região do interior centro será mais uma vez desvalorizado, em relação a outras instituições de Ensino Universitário e Politécnico, com base nos seguintes evidências:*

1. A ESTGOH está localizada num território com baixa densidade populacional, a cerca de 80 km de Coimbra;

2. O IPC tem promovido a transferência injustificada de cursos atrativos existentes na ESTGOH para outras escolas do IPC, empobrecendo a oferta formativa local, o que tem originado uma diminuição do número de alunos oriundos do Concurso Nacional de Acesso;

3. A Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Seia, pertencente ao Instituto Politécnico da Guarda, a título de exemplo comparativo e por proximidade geográfica, é contemplada pelo programa +Superior. Pelo princípio da equidade e do igual tratamento, devem ser dadas as mesmas oportunidades a escolas com realidade tão semelhantes;

4. O Instituto Politécnico de Viana do Castelo, com escolas descentralizadas em Viana do Castelo, Ponte de Lima, Valença e Melgaço, faz parte das instituições beneficiárias do programa +Superior. É da mais elementar justiça que o mesmo aconteça com a ESTGOH, que é uma unidade orgânica do IPC, localizada no interior da região centro, marcada por uma localização periférica, mais periférica que os exemplos atrás referenciados.

Considerados os argumentos expostos, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, na sua reunião extraordinária de 11 de setembro de 2014, deliberou por todos os membros presentes, aprovar a presente Moção de Apoio à inclusão da ESTGOH no programa +Superior, por um princípio de justiça, e dela dar conhecimento aos: Senhor Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional; Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior; Senhor Diretor Geral do Ensino Superior; Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra; Senhor Presidente da ESTGOH.

Através desta Moção pretende-se simultaneamente solicitar a intervenção do senhor Ministro-adjunto e do Desenvolvimento Regional junto do Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior, para que a ESTGOH possa ser incluída como beneficiária do programa +Superior.

Nestes termos, o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital manifesta a sua total disponibilidade para expor minuciosamente todas as razões da inclusão da ESTGOH no programa +Superior, através de uma reunião a agendar com o Senhor Ministro e / ou com o Senhor Secretário de Estado do Ensino Superior.

Com esta Moção queremos igualmente vincar a importância da ESTGOH, enquanto escola descentralizada do IPC no interior da região centro, na estratégia de desenvolvimento desta região – facto plasmado no

*próprio PROT- Centro – e apoiada pelos investimentos em curso em ciência e inovação através da BLC3 – unidade de investigação reconhecida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.”*

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Em dois mil e cinco, quando me candidatei a Presidente da Assembleia, na altura pela CDU, já era preocupação dessa candidatura a problemática da ESTGOH. Ao longo do último mandato foi este assunto várias vezes aqui discutido e teve sempre um apoio unânime de todas as forças políticas aqui representadas. Sei que foram feitas muitas *démarches* no sentido de defender a Escola, também sei que por duas vezes aqui se questionaram os diretores da Escola, sei que o assunto foi tratado, algumas vezes, em meu entender, de uma forma pouco política, dentro de uma política que vai fazendo escola, quem falar mais alto é que tem razão, e vamos verificando o que verificamos na ESTGOH, como estamos a verificar no Tribunal, e para defender o Centro de Saúde e quando às vezes aqui falo parece que é para dizer que é tudo mal. Vocês sabem que eu gosto de história e que tenho uma boa memória e não me esqueço destas coisas. Estas guerras não são de agora. Eu sou pouco dado a políticas politiqueras. Sou dado a uma linha de coerência e quando se tem coerência e quando se argumenta com razão normalmente a razão acaba por triunfar. Quando se acha que é com cortes de estradas e com coisas do género a partir de um determinado momento ninguém nos leva a sério.

Eu não sou contra nada mas sou a favor de uma gestão racional dos meios. Governar é gerir a cada momento aquilo que é mais aconselhável e pertinente e que deve merecer a nossa atenção. Há um terreno comprado para a ESTGOH já há muitos anos. A ESTGOH nova já esteve construída não sei quantas vezes, soube de uma solução privada para se resolver o problema da ESTGOH. O problema da ESTGOH não se resolveu e eu digo aqui que será uma perda muito grande para este Concelho se se perder. Volto a dizer, como já disse pelo IC6, eu até vou de rastos numa manifestação e estarei em todas as manifestações.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre o Programa + Superior aquilo que nós temos a dizer é que eu não acredito em bruxas mas às vezes parece que as há! Porque a Secretaria de

Estado do Ensino Superior fez um despacho onde diz que este Programa + Superior que tem mil e quinhentos euros para mil alunos das Escolas do Ensino Superior do interior.

Oliveira do Hospital, com espanto meu, e eu não acredito em perseguições políticas em relação ao meu Concelho, e por isso eu quero que foi um engano do Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior. Porque na Escola Superior de Turismo de Seia, que faz parte do IPC da Guarda, os alunos podem candidatar-se a este Programa + Superior. Na Escola Superior de Oliveira do Hospital, que está a vinte quilómetros e que está no mesmo território de baixa densidade territorial, os alunos não se podem candidatar.

Algumas vezes afirmei aqui e volto a reafirmar: Eu não faço oposição ao Governo mas nunca me calarei quando o meu território, o meu Concelho, as instituições do meu Concelho, forem roubadas como têm sido neste caso da Escola Superior de Tecnologia e Gestão. É isto que eu combato em defesa do meu Concelho.

Estou com esperança que tenha sido um engano porque não pode ser outra coisa.

Nas Escolas do IPC de Viana do Castelo, de Melgaço e de Monção os alunos podem candidatar-se ao Programa + Superior e na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital os alunos não se podem candidatar e sendo também uma Escola do interior.

Já pedimos uma reunião com carácter de urgência ao Sr. Secretário de Estado do Ensino Superior e ele já respondeu que estaria disponível para discutir este assunto porque eu não fico aqui sentado à espera que me resolvam os problemas. Eu luto para resolver os problemas mesmo que isso incomode alguns que nunca tiveram coragem para os resolver.”

De seguida foi colocada à votação a Moção de Apoio à inclusão da ESTGOH no programa + Superior que foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte declaração de voto:

“Depois de ouvir esta intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que escutei atentamente, é preciso dizer e afirmar convictamente, e eu não tenho problema nenhum com isso, que o Governo não tem feito muito para ajudar a ESTGOH. É uma realidade! Quem tem que fazer para ajudar a ESTGOH somos nós que estamos aqui.

Mas devo dizer-lhe, Sr. Presidente, que para ajudarmos a ESTGOH neste Programa que aqui falamos, que é um programa de Bolsas de Estudo de apoio aos estudantes, é preciso que a ESTGOH consiga captar estudantes. Porque se os estudantes não vierem para cá não adianta nada as Bolsas de Estudo.

As Bolsas de Estudo só servem para apoiar estudantes que entrem na escola.

Este ano na primeira fase de colocação de alunos, devo dizer que foi decepcionante, para não utilizar outro termo, o número de alunos que foram colocados na ESTGOH, e devo dizer que se o Governo não tem feito nada para ajudar a ESTGOH, devo dizer, Sr. Presidente da Câmara, com toda a frontalidade que este Executivo Camarário também podia fazer mais para ajudar a ESTGOH. E podia fazer mais para ajudar a ESTGOH procurando dialogar com a Sociedade Civil, com os empresários, com as IPSS, para perceber que oferta formativa precisa de ter a ESTGOH. Porque, provavelmente, a oferta formativa que a ESTGOH tem neste momento não se adequa ao nosso tecido empresarial, não se adequa às nossas IPSS's, não se adequa à nossa Sociedade Civil. Esse é o primeiro ponto que nós temos que fazer e é o primeiro caminho que este Executivo Municipal deve trilhar. E depois desse caminho estar trilhado, e depois dessa obra estar concluída, aí sim, faz sentido vir-mos aqui todos em conjunto dizer que o Governo não tem ajudado, porque não tem! É verdade, e não tenho problema nenhum em dizê-lo!

Votei a favor da moção por isso mesmo porque acho que é preciso que todos em conjunto, independentemente da sigla partidária, consigamos fazer essa pressão e mostrar ao Sr. Secretário de Estado que há aqui um conjunto de gente na Beira Serra que precisa de uma ESTGOH com uma oferta formativa de Ensino Superior a funcionar como deve ser e que essa oferta formativa tem que ser apoiada com Bolsas de Estudo mas antes disso precisamos de captar pessoas porque sem a captação de pessoas para estudarem na Escola não adiante nada termos Bolsas de Estudo. Não adiante nada encher a boca neste palco, e noutros palcos, sobre a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dr. Luís Lagos, o Sr. é testemunha do seguinte: Parece-me que está mal informado em algumas coisas e parece que não sabe o que é o processo de creditação dos cursos e dos currículos! Porque vários cursos ligados a esse

trabalho empresarial foram proposta pela Câmara Municipal e pela Direção desta Escola e esses cursos foram indeferidos porque a Comissão de Creditação os Chumbou.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Queria chamar mais uma vez à atenção, até porque hoje a Sessão promete ser extensa, nomeadamente por causa de dois Pontos. Queria pedir-vos para respeitarem escrupulosamente, se não poder ser menos, pelo menos os cinco minutos. Pedindo nomeadamente a cada um dos Grupos Municipais para que não se pronunciem vários membros sobre o mesmo assunto. É evidente que se o quiserem fazer não vamos obstaculizar mas se o poderem evitar será melhor.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui falar na desqualificação do Tribunal porque é uma questão que tenho a certeza que nos preocupa a todos. A todos os que estão nesta Assembleia Municipal, a todos os Oliveirenses e toda a população deste Concelho porque isto será um prejuízo para todos nós.

Isto não é uma coisa inédita porque já tivemos aqui situações idênticas na Saúde, nos Postos dos Correios, e que algumas Juntas de Freguesia com bastante sacrifício tiveram que manter, nos Mega-Agrupamentos, nos cortes nas autarquias e portanto estamos habituados já a uma série de situações que o poder central e este Governo nos tem dado. São pequenos prémios que nós dispensávamos bem.

O Tribunal de Oliveira do Hospital é um Tribunal com dois Juízes, com dois procuradores e tinha aqui cerca de mil e trezentos processos. Neste momento ficamos com cerca de trezentos processos.

A deslocação destes processos para Coimbra, e o problema maior é que poderá não ser só para Coimbra. Coimbra fica sobrecarregado e provavelmente irão processos para Montemor-o-Velho, irão processos para Soure, e as pessoas de Oliveira do Hospital e os advogados terão que fazer essas deslocações. Num momento em que as pessoas têm dificuldades e que estão numa fase menos boa da sua vida em termos financeiros, vem mais esta despesa.



A Câmara Municipal não tem responsabilidade nesta situação nem tem responsabilidade na criação dos Mega-Agrupamentos porque até votou contra a sua criação.

A Câmara Municipal tem lutado contra estas situações. O Sr. Presidente da Câmara Municipal não pediu ao Governo para lhe retirar dinheiro.

O que se tem passado é uma violência e há pessoas com responsabilidades que dizem que a Câmara tem responsabilidades. Isto fica mal na política porque eu penso que não vale tudo.

A política é um ato nobre. Todos nós trabalhamos para ajudar as populações, quer nas Juntas de Freguesia, quer na Câmara Municipal, quer em qualquer instituição em que cada um de nós esteja envolvido.

É uma violência fazer afirmações destas e comentários desta natureza.

Eu pedia-lhe, Sr. Presidente, que falasse um bocadinho sobre esta questão do Tribunal.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Um dos assuntos que me traz aqui é o meu nome envolvido numa notícia sobre o alcatroamento de um caminho a um Deputado Municipal do Partido Socialista.

Perante vós quero dizer o seguinte: Eu não tenho nada a ver com o alcatroamento do caminho. Eu nem sequer sabia.

O caminho é público e serve de Alvoco para São Gião e para o alto da Carvalha.

Eu sou alheio ao alcatroamento e não sei de nada.

A notícia foi dada por um jornal digital. É uma notícia de primeira página e eu quero dizer aqui perante vós que não vivo de favores e que vivo para colaborar no desenvolvimento do meu Concelho. É para isso que eu aqui estou e nada mais.

Outra situação que trago aqui, e que queria que o Sr. Presidente da Câmara também se pronunciasse, era o seguinte: É do conhecimento de todos nós que há um investimento turístico a decorrer na Ponte das Três Entradas onde é preciso fazer algumas infraestruturas de saneamento. Eu no sábado, por acaso, fui dar uma volta para me inteirar para depois trazer aqui o assunto, falei com algumas pessoas e falei com um proprietário de um restaurante.

Estes investimentos têm que ser feitos agora e temos que admitir que o Executivo cessante fez mais pelo saneamento público em quatro anos do que os outros em trinta e seis anos.

Acho que estas obras de saneamento deveriam ser feitas.

Quero também referir que temos três açudes em situação de degradação e que necessitam de reparação. A Junta de Freguesia e a Associação de Regantes não têm recursos financeiros para estas obras e por isso solicitava ao Sr. Presidente da Câmara para nos informar da possibilidade de realização destas obras.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Apenas um reparo sobre o sistema de licenciamento para a realização das Festas na nossa Freguesia: Em tempos bastava um requerimento ou dois e passavam-nos a licença e com este novo sistema foi necessário efetuar requerimentos na Câmara Municipal para levar uma licença e também foi necessário uma deslocação à Junta de Freguesia para levar outra licença.

Este novo sistema de licenciamento, na minha opinião, só piorou porque antigamente bastava a deslocação à Câmara Municipal.

Pergunto porque é que a Junta de Freguesia não está autorizada a passar as licenças de ruído para os eventos no Parque de Campismo?

Solicito ao Sr. Presidente do Município para continuar a fazer diligências para que a Unidade Móvel de Saúde funcione porque a minha Freguesia é uma das que não tem Posto Médico.

Quero também agradecer ao Sr. Presidente do Município e aos Srs. Vereadores pela forma rápida e eficaz com que foram limpas as valetas na altura das Festas na minha Freguesia de São Gião.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Quero manifestar a minha preocupação quanto às obras de saneamento que se estão a fazer na Ponte das Três Entradas, notando que foram criadas algumas expectativas que estão a ser goradas.

A Ponte das Três Entradas pertence a três Freguesias mas nas últimas décadas foi sempre esquecida pelos Executivos Municipais. Solicito ao Sr. Presidente da Câmara que nos informe como estão a decorrer as obras.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Américo Marques Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara, Prof. José Carlos Alexandrino, venho, hoje, aqui a esta Assembleia dizer que o Senhor é um homem de palavra.

Quero dar-lhe os parabéns por finalmente podermos dizer a quem entra no nosso Concelho, vindo do lado do Barril do Alva em direção a Lourosa, que já podem entrar numa estrada sem buracos e sem estragar o automóvel.

Aquela que era uma estrada que tantas vezes em anteriores Executivos foi prometida está finalmente acabada. Isso era uma promessa sua que foi cumprida.

O arranjo desta estrada sempre foi uma prioridade desta Freguesia e que eu e o meu Executivo sempre reivindicámos e é por isso um grande orgulho para mim que essa obra esteja finalmente acabada e que a Freguesia de Lourosa e o Concelho fiquem com mais um acesso de qualidade e digno.

Hoje quero aqui convidá-lo para se deslocar a Lourosa para inaugurar aquela obra porque é bom que todas as pessoas saibam que ainda existem políticos com palavra e que cumprem o que prometem. Ao contrário de alguns que prometeram muito mas não fizeram nem fazem!

Mas como eu nunca estou satisfeito também venho aqui lembrar ao Sr. Presidente que ainda existem outras obras que gostaria de ver realizadas na minha Freguesia e por isso peço para que não se esqueça delas. Porque o conheço, também sei que tudo fará, dentro das possibilidades da Câmara Municipal, para que a Freguesia de Lourosa se continue a desenvolver.

Também quero pedir ao Sr. Presidente para que não se esqueça das obras do adro da Igreja Moçárabe de Lourosa. Eu gostaria que essas obras fossem realizadas neste mandato.

Quero também agradecer ao Executivo Municipal o apoio que nos têm dado na realização da Feira Moçárabe de Lourosa.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Embora já tenham sido votadas duas Moções, eu não quero deixar de saudar o Sr. Presidente e a Câmara Municipal, pela posição que tomaram relativamente à vinda de clínicos para Oliveira do Hospital. Se a Administração Regional de Saúde não contratar os médicos para Oliveira do Hospital isso deve

ser visto como agressão de acesso das pessoas aos cuidados fundamentais de saúde. O País real não é apenas Lisboa e o Terreiro do Paço. A defesa do Serviço Nacional de Saúde tem que ser claramente assumida como uma das prioridades de intervenção política daqueles a quem o povo deu o seu voto.

Também quero publicamente manifestar o meu apoio ao programa +Superior e manifestar a minha indignação pela não integração da ESTGOH neste programa. Isto é a negação dos próprios objetivos que o Ministério da Educação e Ciência definiu como sendo as condições que as Escolas deveriam reunir para se poderem candidatar a este programa. Isto é incompreensível e irresponsável por parte do poder central. Solidarizo-me com o Executivo Camarário ao ter aprovado uma Moção de apoio à inclusão da ESTGOH no programa +Superior.

Congratulo-me também pela conclusão das obras de saneamento, que tiveram início há mais de um ano, em Travanca de Lagos e esperando que não se prolongue por muito mais tempo a ligação dos esgotos à ETAR. Penso que estamos no bom caminho!

Quero reivindicar o alcatroamento de três caminhos que são fundamentais para ligar as três localidades de Travanca de Lagos – Andorinha/Chão do Soito/Travanca; Travanca/Covelo/Negrelos e Travanca/Vendas de Gavinhos. São caminhos extremamente movimentados e são caminhos fundamentais.

Quero, também, alertar para a aplicação da Lei 26/2013, de 11 de abril. As implicações do cumprimento desta Lei colocam grandes constrangimentos às freguesias nomeadamente na formação dos aplicadores destes produtos. As condições de armazenamento a que se está obrigado são extremamente rigorosas. No meu entender deve ser definida uma política concertada a nível do Município relativamente à aplicação dos herbicidas tendo em conta a legislação que referi. Sugiro que a aplicação dos herbicidas (glifosato) seja feita pela Câmara Municipal em todo o Concelho pois deste modo poderia ser cumprida toda a legislação.

Lembro que as entidades que queiram aplicar estes produtos deveriam ter requerido o seu licenciamento até ao dia dezasseis de abril de dois mil e catorze, sendo a validade das autorizações de dez anos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero congratular-me com a finalização das obras na estrada de Lourosa. Ainda bem que hoje está aqui o Sr. Prof. Mário Alves porque eu

disse-lhe quando chegávamos aqui a Oliveira do Hospital o carro avisava-nos. Foi uma das minhas grandes lutas mas ainda bem que isso também fica resolvido com a minha saída. Deixa-me alguma satisfação, naturalmente sem tirar o mérito ao Sr. Presidente e à Câmara que é quem tem responsabilidade dessas execuções.

Quero também congratular-me com as Comemorações dos Forais. Como sabem, são uma manifestação da vontade popular que aconteceu ao longo dos séculos. Contudo, não posso deixar de lamentar a falta de cumprimento do nosso Regimento que deveria ser o símbolo da nossa vontade e o símbolo da nossa autonomia. Os atos ficam com quem os pratica, mas não quero deixar de fazer essa referência.

Na última Assembleia assistiu-se aqui a uma profissão de fé contra a gestão de tempos e intervenções do antigo Presidente da Mesa sendo, o Presidente anterior acusado de falacioso. Verifiquei que o Período de Antes da Ordem do Dia, em que o atual Presidente falou condicionado às novas regras, demorou quatro horas e quinze minutos. Nunca antes durara tanto! Verifiquei que a ata dessa Assembleia tem noventa e três páginas. Nunca antes contei tantas!

Não posso deixar de lamentar as tentativas de condicionamento das minhas intervenções. De facto não era esta a cultura da anterior Presidência nem foi para isto que andei a pedir a confiança dos Oliveirenses.

Espero que a nova Mesa, enquanto o for, pugne pelo respeito, proporcionalidade e igualdade de tratamento para todos os eleitos como eu sempre pugnei. Espero que mantenha sempre o bom hábito de fazer uma segunda chamada perguntando se os Membros desta Assembleia estão cabalmente esclarecidos como era timbre da anterior Presidência. Como dizia o padre António Vieira “Aos mudos fez Deus surdos porque rebentariam de dor se ouvisse e não pudessem responder” por isso é que até os penhascos para as vozes têm eco. Fiquei sem resposta a todas as questões que levantei: O caso do Kikas; de quem é que me anda a ajudar financeiramente; quando e onde pedi apoio para ser Presidente da Câmara e outras enormidades que foram expandidas numa entrevista pelo Sr. Presidente da Câmara. Continuo interessado em saber estas respostas, especialmente aquelas a quem tenho que agradecer as ajudas financeiras.

Não posso deixar de fazer protesto pela prática que se está a instalar na entrega tardia dos documentos, na falta de resposta aos requerimentos e toda uma prática violadora da Lei e da boa gestão democrática do Município.

Lamento muito ter que recorrer aos Órgão de Tutela para conseguir o que de direito, sem reservas e naturalmente me devia ser entregue através da Mesa desta Assembleia que, pelos vistos, já começa desinteressada do exercício das suas competências e responsabilidades.

Aproveito para informar que apresentei, por não ter alternativa, a queixa à CADA-Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos e à IGF-Inspeção Geral de Finanças pela falta de resposta aos meus pedidos de esclarecimento. Não pretendo prescindir dos meus direitos e deveres. Os compromissos que assumi com os eleitores, tudo farei, para os honrar.

Queria perguntar à Mesa, de forma clara e inequívoca, se é esta a gestão que vamos ter?

Vou entregar à Mesa um protesto que vou também passar a ler:

*“Protesto - No passado dia dezasseis de maio requeri, através da Mesa, uma série de documentos sobre a atividade da Câmara Municipal.*

*Em nove de junho requeri o agendamento de um Ponto na Ordem do Dia, sobre a política de licenciamentos, o qual foi recusado.*

*Em dezoito de agosto requeri mais uma série de informações sobre os novos escalões da água e quais os montantes mensais e anuais das receitas do novo tarifário.*

*Em vinte e três de junho, pedi explicações para a entrega tardia dos documentos da Assembleia Municipal, de vinte e oito de junho passado, que à data, não foram entregues, tal como os documentos desta Assembleia, foram entregues tardiamente, contrariando as boas práticas democráticas e o estipulado no artigo 17º, nº 2 do Regimento desta Assembleia.*

*Considerando a sucessiva e continuada recusa em me ser fornecida a documentação que permita um regular acompanhamento e fiscalização da atividade do Executivo Municipal, como previsto na Lei e no nº2, alínea c) do Regimento desta Assembleia, na qualidade de eleito à Assembleia Municipal, sou a apresentar o presente protesto por tais práticas e comportamentos, protesto que se dirige à Mesa a quem compete recolher e transmitir a informação e ao Executivo a quem compete mandar preparar entregar, como previsto na Lei 75/2013, no Código do Procedimento Administrativo e no artigo 9º da Lei 46/2007.”*

Não queria deixar de fazer uma referência: Com sabem fui convidado para Presidente do Nogueirense e até aí chegou o braço censório. Há pessoas que por não se sentirem bem ao meu lado querem que todos os Oliveirenses se sintam mal ao meu lado. Até já o simples facto de tomar um café com o António

Lopes passou a ser um problema neste Concelho. Estando aqui o Prof. Mário Alves, e não retirando nada do que lhe disse no passado, tenho que lhe dizer, volte que está perdoado!”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Tal como prometi no dia em que fomos eleitos, às chamadas de atenção que são feitas à Mesa, respondo no fim.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Em prol do bom senso e da salvaguarda dos interesses que nos são comuns e que em tudo nos ultrapassa, em termos de dimensão e resolução, deixo aqui como uma simples sugestão que os mesmos deveriam ser discutidos numa primeira fase com a criação de uma equipe multidisciplinar e multipartidária e conseqüentemente a sua mensagem deveria ser exteriorizada a uma só voz. Afinal, julgo que todos aqui, sem exceção, fomos eleitos com o único intuito de defendermos os superiores interesses das nossas Populações, das nossas Freguesias, do nosso Concelho. Porém, e de forma politicamente generalizada, por vezes estranho determinados discursos de maré e conseqüentes tomadas de posição. As quais em contrapartida indiciam que alguns dos deputados que por aqui andam apenas se limitam a salvaguardar interesses pessoais ou partidários demonstrando até uma total falta de coerência nesses mesmos discursos. Consoante a sua conveniência pessoal ou partidária o mesmo assunto ganha ou perde interesse e sentido crítico de convergência e divergência mediante o seu direcionamento. O que interessa é, e mais uma vez o afirmo, a defesa dos interesses pessoais e não das nossas populações. Haja mais respeito e sentido de responsabilidade enquanto seus representantes.

Temas como, por exemplo, a manutenção da ESTGOH e do Ensino Superior neste Concelho e região interior do País, a salvaguarda para a manutenção dos serviços públicos de proximidade no nosso Concelho, a conservação e a manutenção dos pisos nas estradas nacionais, e conseqüentes limpezas das suas bermas, existentes no nosso Concelho deveriam ser por nós defendidos a uma só voz independentemente de quem nos governa a nível nacional. Sejamos os dignos representantes das nossas gentes.

Quero parabenizar a Vanessa pela sua eleição para Presidente de Junta da Freguesia de Avô e desejar-lhe as melhores felicidades.

Quero agradecer ao Executivo a restauração do Parque Infantil da Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, pelo facto de este ser mais uma alternativa disponível para as nossas crianças em termos lúdicos e de lazer.

Por não achar ser esta a forma mais correta de fazer política local também queria aproveitar para dizer que não foi por causa dos alertas do Deputado Nuno Caetano em plena página do seu Facebook, e conseqüentemente utilizados nos meios de comunicação *on line* - Correio da Beira Serra, que este problema se resolveu. No entanto, o meu agradecimento pessoal, enquanto cidadão, ao Correio da Beira Serra e aos demais meios de comunicação social, por estes e outros alertas de interesse público. Outras pessoas, principalmente moradores e encarregados de educação, alertaram para o efeito há mais tempo deslocando-se aos locais próprios para a salvaguarda e resolução de tal problema dispensando assim protagonismos pessoais públicos. Esses sim, estavam mesmo preocupados em que este problema se resolvesse dado que o mesmo advém de uma degradação contínua, e desde algum tempo, daquele espaço e respetivos equipamentos.

Conclusão, Deputado Nuno Caetano: O seu objetivo principal, pressuponho eu, com tal comentário, não foi demonstrar preocupação com a necessidade de requalificação do respetivo Parque Infantil mas sim, mais uma vez de forma instrumentalizada e talvez com outros intuitos, passar uma imagem de irresponsabilidade do atual Executivo Municipal. Não sou eu que estou aqui para defender mas é apenas e meramente uma opinião pessoal. Caminhos que não são os mais válidos para uma oposição que quer apresentar como alternativa credível. Sejamos mais pedagógicos e construtivos.

Aproveito para dizer que, a título de bons exemplos de cidadania e civismo, pessoas com responsabilidade na política local levavam para esse mesmo Parque os seus animais domésticos para aí fazerem as suas necessidades fisiológicas mesmo até depois de serem colocadas placas de proibição de entrada de animais, no entanto, nunca viemos para a praça pública denunciar tais atitudes. Afinal, todos temos defeitos!

Entendemos que não é assim que se resolvem os problemas, com base em demagógicos argumentos, e muitas das vezes sem conhecimento de causa da sua situação atual, com o único objetivo de se atingirem fins pessoais e de outra índole. Formas diferentes de se estar na vida política!



Solicito ainda ao Executivo Municipal para que seja aumentada a potência da luminosidade noturna neste Parque porque a mesma é consideravelmente diminuta para quem dele quer usufruir.

Limpeza de espaços privados: Não sendo a primeira vez que trago este assunto aqui, venho mais uma vez renová-lo. Desde há muito, e por vezes de forma bem incisiva, que alerto para a necessidade do Município ter uma postura mais ativa sob privados pelo não cumprimento das limpezas dos seus terrenos, aumentando o risco de incêndios assim como o acumular de outros lixos e a presença de animais - répteis. Vão chegando à Junta de Freguesia algumas reclamações a alertar para o facto e a sinalizar os locais. Estas reclamações são dadas a conhecer ao Município e algumas são resolvidas. Outras tardam em demasia para serem resolvidas ao ponto de muitas vezes ser a Junta de Freguesia e até o Município acusados por parte de munícipes de não limpar determinados espaços mas não podemos porque não são públicos.

Os vários Executivos que por aqui passaram têm sido abertos e sensíveis à viabilização das licenças de habitabilidade mesmo ainda antes dos projetos estarem totalmente concluídos. Os Executivos têm falhado porque deveria haver uma maior preocupação na total conclusão dos projetos porque há algumas estruturas (parques infantis, passeios) que depois não são concretizadas e aquando da passagem para o domínio público é o Município que terá de custear essas finalizações.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente à Moção da Saúde queria agradecer publicamente o bom serviço efetuado pelos profissionais do nosso Centro de Saúde, nomeadamente da Dra. Aldina e do Enf. Sá.

Relativamente ao Tribunal quero dizer que o Tribunal vai para Soure e Montemor, e dou já aqui um exemplo: Eu estou ligado a uma empresa e vou ter um julgamento que vai ter que ser feito em Soure. Vejam quantos quilómetros são! Este era um assunto que eu resolvia aqui a duzentos metros.

Aqueles que me conhecem sabem que eu não sou pessoa de fazer fretes mas venho a esta tribuna falar como Oliveirense, nascido e criado, e onde exerço a minha atividade profissional desde os onze anos de idade. Quero aqui deixar uma palavra de apreço ao Sr. Presidente da Câmara e aos Srs. Vereadores e a todos os seus colaboradores. Valeu a pena investir na divulgação da nossa cidade tanto nos meios falados como nos escritos, televisões, rádios e jornais.

A resposta àqueles que dizem que a Câmara só faz festas, já a tiveram. Oliveira do Hospital nunca foi visitada e procurada por tanta gente vinda de todos os cantos do mundo. Para quem tiver dúvidas, façam um inquérito junto do comércio, restauração, cafés, unidades hoteleiras de turismo rural, e aqui acrescento que é pena ainda não termos o problema do Hotel São Paulo resolvido mas, como sabem, essa não é uma das responsabilidades da Câmara. As pessoas têm visitado Museus, Praias Fluviais e todos os monumentos do nosso Concelho que são muitos e de valor histórico. Deixo o convite para que mais Oliveirenses os conheçam.

Para aqueles que tiverem dúvidas das minhas palavras façam como eu fiz e vão falar com as pessoas e ouçam aquilo que elas têm para vos dizer. Já falei com muitas pessoas e todas elas reconheceram que este ano tivemos muito mais gente em Oliveira do Hospital e isto é sinal de que o trabalho que a Câmara tem feito está a dar resultados.

Obrigado Sr. Presidente e a todos aqueles que para isto contribuíram.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero felicitar aqueles que estão aqui pela primeira vez, em especial a nossa colega recentemente eleita de Avô e desejar-lhe todas as felicidades no exercício das suas funções.

Quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, qual o ponto da situação relativamente à candidatura que foi feita para a limpeza do rio Cobral?

A recolha do lixo é também um assunto que me está a preocupar. Sei que foi entregue a uma empresa privada. A Câmara Municipal fazia essa recolha três vezes por semana e a empresa está a fazer a recolha uma vez por semana o que faz com que não se possa passar junto dos contentores. Solicito que se resolvam este problema porque assim estamos pior do que estávamos.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano, que fez a seguinte intervenção:

“É com satisfação que constato que o Parque Infantil junto à Escola do Primeiro Ciclo, na Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, já foi objeto de requalificação e que se encontra com equipamento adequado possibilitando que as crianças e os pais possam usufruir desse espaço de lazer no centro da cidade. Felicito o Executivo pela iniciativa.

Em relação às palavras do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital tenho que lhe colocar a seguinte pergunta: Há quantos anos é que esse Parque está para ser requalificado? Interpretou mal a minha sugestão e eu não entendo porquê? Vejo que lida mal com a crítica!

Também quero alertar para outras situações que me parecem importantes e por isso solicito ao Município a resolução das mesmas: Tenho reparado que vários mapas diretórios (com a planta da cidade) distribuídos pela cidade se encontram danificados e cuja informação está ilegível e por isso não constituem nenhum benefício para os residentes ou visitantes. Deixo aqui a sugestão para que façam a sua melhoria.

Aproveito também para chamar a atenção para a situação da requalificação do jardim, obra que foi inaugurada em dois mil e nove, em pleno centro da Cidade, e que ainda tem tubos à vista e o que é desagradável de se ver.

Eu estou na política para apresentar soluções e não estou para criticar. Não entendam estas minhas palavras como uma crítica. Eu estou a apresentar sugestões para situações que têm que ser melhoradas.

Quero referir, também, o estado dos semáforos que estão junto ao Cemitério Velho, perto do bairro de Santa Ana. Estes semáforos encontram-se danificados e desativados. Queria saber se a intenção do Município é reativá-los ou retirar os mesmos.

Uma obra que já foi por diversas vezes aqui referida, mas nunca é demais lembrar, é a necessidade de construção do passeio entre Oliveira do Hospital e a Bobadela. Para além de ser uma das entradas da Cidade, facilita a circulação das pessoas entre os quais os jovens que se deslocam a pé, de noite, e podendo tal iniciativa prevenir de acidentes.

Também considero importante e oportuno que o Município defina locais próprios para a afixação das informações das Agências Funerárias evitando desse modo a colocação em postes elétricos e noutros sítios. Tive o cuidado de contactar duas Agências Funerárias e ambas estão de acordo com esta minha proposta.

Gostava que o Sr. Presidente da Câmara Municipal me informasse qual é o ponto da situação em relação ao investimento na Estaleiro Municipal. Se se encontra em fase de projeto ou não?

Também quero questionar se relativamente às antigas instalações da ARCIAL se já têm algum projeto para as mesmas? Em caso negativo, eu proponha, dado a sua localização, que possa ser equacionada a possibilidade de

ampliar a Casa da Cultura e criar aí o Museu do Cobre ou o Museu do Têxtil porque entendo que é um espaço que é importante valorizar.

Também quero dizer que cada um faz política como entende. Eu, relativamente a uma situação que está para ser resolvida há muitos anos, entendi dar a sugestão da requalificação. Estou na política para fazer política construtiva. A minha intenção foi construir um Concelho melhor com esta iniciativa que tive nomeadamente chamar a atenção e alertar para estas questões que acabei de referir.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Quero felicitar a nossa nova colega Presidente da Junta de Freguesia de Avô.

Hoje foi dia de Moções e eu trago aqui também uma Moção para apresentar.

Tem-se falado muito que a Estrada Nacional nº 17 se encontra bastante deteriorada devido ao aumento de trânsito a que tem sido sujeita nos últimos tempos por causa das portagens das Autoestradas.

Como Presidente de Junta de Freguesia de Alvoco das Várzeas também quero defender aqui a Estrada Nacional 230, que vai para a Covilhã, que também devido a esses problemas foi sujeita a muito mais movimento e está bastante deteriorada. Tem bastantes problemas quer no asfalto quer nas bermas. Nós já solicitámos às Estradas de Portugal a limpeza das bermas e eles nem sequer nos respondem. Peço ao Sr. Presidente da Câmara para interferir na resolução deste problema.

Relativamente ao caminho que foi asfaltado, e que a Comunicação Social e também muitas pessoas se aproveitaram para dizer que o caminho foi feito para um Deputado da Assembleia Municipal, eu quero dizer que achei a notícia de muito mau gosto. Aquela estrada estava por asfaltar e quando chovia a terra e o entulho era transportado para a Estrada Nacional. Diversas vezes me foi solicitado para resolver aquele problema. Os Técnicos das Estradas de Portugal também entenderam que aquela situação tinha que ser resolvida porque quando chovia a Estrada Nacional ficava quase intransitável. A verdade é que aquele caminho necessitava de ser arranjado.

Vou ler a Moção e solicito à Mesa que lhe dê o devido seguimento:

*“Moção a favor da eficiente e eficaz limpeza e conservação das estradas nacionais que atravessam o Concelho de Oliveira do Hospital.*

*Considerando que a limpeza e conservação das estradas nacionais que atravessam o Concelho de Oliveira do Hospital, (EN17 e EN230) são da exclusiva responsabilidade das Estradas de Portugal;*

*Considerando que, têm sido várias as reclamações apresentadas nesta Assembleia Municipal, mas também junto de outros Órgãos Autárquicos, relativamente ao estado de degradação em que se encontram a maioria dos troços destas estradas nacionais;*

*Considerando que no caso particular da Freguesia que aqui represento, Freguesia de Alvôco das Várzeas, este estado de degradação é bastante visível na EN230, para quem ali passa todos os dias, nomeadamente ao nível da limpeza das bermas e passeios, mas também no que se refere ao estado lastimável em que se encontra o piso;*

*Considerando que todos os alertas e reclamações que têm vindo a ser feitas por parte de várias Juntas de Freguesia do Concelho e pela própria Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, relativamente a esta situação, se têm mostrado infrutíferos;*

*Vem por este meio a Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, propor esta Moção à Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, de forma a solicitar aos responsáveis das Estradas de Portugal, seja devidamente encontrada rapidamente uma solução que, de forma eficiente e eficaz, possa garantir a devida limpeza e conservação das Estradas Nacionais que atravessam o Concelho de Oliveira do Hospital.”*

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

*“Alguém se quer inscrever para discutir esta Moção?*

*Se ninguém se quer inscrever passamos de seguida à votação da Moção.”*

De seguida foi colocada à votação a Moção a favor da eficiente e eficaz limpeza e conservação das estradas nacionais que atravessam o Concelho de Oliveira do Hospital foi aprovada por unanimidade.

Esta Moção deverá ser enviada para os responsáveis das Estradas de Portugal a nível nacional e também aos Órgãos da Tutela responsável (Ministro da Economia e do Emprego e Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações).

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Neste Concelho há um investimento na juventude e na educação. São exemplos o Campus de Férias Pedagógicas, iniciativa da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital, assim como a Escola + Feliz, iniciativa da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Aqui, enquanto jovem, quero felicitar estas iniciativas.

Venho também aqui para falar de algo que está a decorrer e que me parece que alguns de nós não reparam: Está a haver obras na ESTGOH e essas obras são bem vistas pela Comunidade Académica e são boas para o Concelho de Oliveira do Hospital. Essas obras decorrem do Orçamento Participativo Jovem.

O que é o Orçamento Participativo Jovem?

É, novamente, uma outra iniciativa da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

É sabido que todos os Municípios têm a possibilidade, ou o dever, de Constituir um Concelho Municipal da Juventude. Contudo, nem todos os Municípios se predispõem a esse trabalho. Oliveira do Hospital, faz já cinco anos, tem movido esforços para manter o Concelho Municipal da Juventude ativo e do qual tenho orgulho de fazer parte.

O Concelho Municipal da Juventude tem a seu encargo o Orçamento Participativo Jovem. No Orçamento Participativo Jovem os jovens Oliveirenses têm a possibilidade de apresentarem propostas de todo o género. Coisas que queiram ver concretizadas na sua terra.

Quem escolhe essas propostas? Quem escolhe essas propostas são novamente os jovens.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital limita-se a disponibilizar uma verba para que sejam os jovens a decidir o que fazer com essa verba.

Agora, estamos aqui uns quantos empenhados na causa da ESTGOH, e eu sinceramente considero-me uma pessoa empenhada na causa da ESTGOH, contudo, umas vezes é lembrada e outras vezes é esquecida. O facto é que umas vezes se beneficiam uns, por mais justa que seja a causa, há sempre quem venha a seguir dizer que é incorreto e que há quem esteja a ser esquecido.

A Associação de Estudantes da ESTGOH concorreu ao Orçamento Participativo Jovem e devo dizê-lo também enquanto militante da Juventude Socialista que concorremos ambos sobre a mesma proposta e sobre a mesma

bandeira porque considerávamos que era uma importante iniciativa para o Concelho de Oliveira do Hospital. Reabilitar o edifício da ESTGOH.

O que é facto é que essa proposta ganhou e foi disponibilizada a verba de cerca de cinquenta mil euros. Essas obras estão neste momento a decorrer. A Comunidade Académica está feliz com isso. Eu também estou feliz com isso.

Isto prova que este Executivo Camarário está atento e empenhado em melhorar o acesso ao ensino em Oliveira do Hospital.

Posto isto, partilho convosco que o encerramento de Escolas é outro ataque ao nosso Concelho. A Escola da Lajeosa que tinha o número mínimo de alunos requerido, dez alunos, e mesmo assim foi fechada. Apesar dos esforços dos Oliveirenses é notório que o ensino neste Concelho está permanentemente debaixo de fogo. Do Pré-primário ao Ensino Superior nada escapa!

Pena é que tendo connosco alguém com tanta influência na Delegação de Educação da Região Centro isso tenha tido, até agora, tão pouco efeito sobre o Concelho e sobre as crianças de Oliveira do Hospital.

Para terminar quero dizer-vos que vejo um Mega-agrupamento que nos prejudica, vejo a necessidade draconiana de ainda assim nos fecharem mais uma Escola e, por fim, uma ESTGOH asfixiada pelo IPC, e apoiada pela Câmara Municipal, deliberadamente impedida de abrir novos cursos e exposta permanentemente ao saque, que já levou duas licenciaturas.

A Câmara Municipal tem sido um parceiro presente e, em muitas situações, o garante da ESTGOH. Julgo que a Comunidade Académica o reconhece. Agora que as obras de requalificação estão a decorrer termino dizendo: Fora os factos, cada um conta as histórias que lhe convém.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Três palavras neste Período de Antes da Ordem do Dia: A Primeira palavra é para o Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Independentemente das considerações que possa vir a tecer no Ponto de hoje, quer em meu nome pessoal, quem em nome do partido que aqui represento, o CDS-Partido Popular, dizer-lhe que a sua pessoa nos merece todo o respeito, toda a credibilidade, tem todo o prestígio para dignificar o cargo e sabemos que assim será e que saberá respeitar as minorias e saberá serenar as maiorias quando assim houver necessidade.

A segunda palavra para o Partido Socialista: O Partido Socialista poderá, inocentemente, ter cometido aqui um esquecimento e os Deputados da oposição

também estão cá para lembrar. O esquecimento é em relação a um dos seus, posso estar a cometer um erro, essa homenagem ou essa palavra de conforto já pode ter sido dada, mas eu não me recordo. O Prof. Artur Abreu esteve à frente da EPTOLIVA nos últimos anos. Dignificou o lugar, exerceu o cargo com nobreza e a EPTOLIVA não andou “nas bocas do povo”, como noutros tempos, e julgo que o Partido Socialista deveria saber reconhecer, a um dos seus, e deveria dignificar o mandato exercido em nome do Partido Socialista. Não sei se já foi feito? Se já foi feito apresento as minhas desculpas ao Partido Socialista.

Uma terceira e última palavra para o Sr. Presidente da Câmara: Li num jornal regional que se preparava a Câmara Municipal e o Executivo Camarário para fazer uma obra inovadora e de enorme progresso e que nos tiraria deste acabrunhamento em que estamos e desta dificuldade em que estamos. Que era um monumento de homenagem à queijeira. Não que eu não ache que a queijeira não mereça, até por razões óbvias, a maior das homenagens, mas, quero dizer-lhe, Sr. Presidente da Câmara, se é verdade que o Executivo Camarário se prepara para fazer uma homenagem com um monumento, na Cidade ou no Concelho, à queijeira, quero-lhe dizer que antes disso temos que ter uma Zona Industrial condigna desse nome. Que antes disso temos que ter uma ESTGOH consolidada. Que antes disso temos que ter o nosso comércio com pujança. Que antes disso temos que ter a Fundação Aurélio Amaro Dinis, cada vez mais, como uma instituição de saúde de referência regional. Que antes disso tenho que resolver o problema financeiro da Câmara. Que antes disso temos que ter a BLC3 a deixar de andar a “encher balões” e a ter resultados práticos e concretos para oferecer a este Município e a este Concelho. Que ante disso temos que terminar com o despovoamento a que este Concelho assiste diariamente e ao seu empobrecimento e ao seu definhamento a que todos assistimos diariamente.

Quero-lhe dizer, Sr. Presidente, que não faça como outros fizeram noutro tempo que endividaram este Município e mais não fizeram para além disso a não ser fazer rotundas e seguros automóveis. Não faça isso! O Senhor é um homem que está à esquerda mas peço-lhe que se for preciso governe à direita. Não seja um homem de direita que governa à esquerda. Peço-lhe com total sinceridade que tenha a coragem e que tenha a ousadia de apostar na sociedade civil do nosso Concelho, que tenha a ousadia de apostar nos empresários do nosso Concelho, e se não fizermos só obra de betão e de ferro, tenho a certeza que o Concelho crescerá muito mais rápido.”



Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero saudar a Presidente de Junta de Freguesia de Avô a Sra. Vanessa Fernandes, e a Sra. Deputada Sílvia Jerónimo e desejar-lhes as maiores felicidades.

Venho aqui transmitir uma preocupação que não é só minha e dar conhecimento de uma situação que já se passa há alguns anos naquela zona: No dia nove de setembro de dois mil e catorze enviei uma carta registada com aviso de receção à Direção Regional de Coimbra das Estradas de Portugal. Na Freguesia à qual eu presido e que tenho por obrigação zelar pelo bem estar e pela segurança de todos os cidadãos e os demais utilizadores da Estrada Nacional 17, apelando e chamando à atenção para as carências estruturais existentes e evidentes no pavimento da Estrada Nacional 17 em particular na área compreendida entre Vendas de Galizes, Reta da Salinha e o Senhor das Almas, assim como, o estado das valetas existentes e a ausência de passeios que colocam em risco a integridade física de centenas de peões e condutores e em particular crianças e idosos que circulam diariamente junto desta via.

Não podendo ficar alheios a esta situação e sendo sensíveis a várias reclamações de diversos habitantes daquela zona que referem que se consideram cidadãos de segunda mas que pagam impostos como todos os outros mas no entanto não têm as condições que os outros têm.

Decidi, em conjunto com os meus colegas do Executivo e também com o consentimento da Assembleia de Freguesia, enviar os funcionários da Junta para a Estrada Nacional 17 para efetuarem trabalhos de limpeza nas bermas e valetas e também a reparação das paragens/abrigos dos transportes públicos.

Dei conhecimento deste procedimento por ofício às Estradas de Portugal e afixei cópia do mesmo nas localidades de Vendas de Galizes e Senhor das Almas. Todos estes trabalhos são da responsabilidade das Estradas de Portugal até porque a Junta de Freguesia não tem os recursos económicos que as Estradas de Portugal têm. Temos gasto muito dinheiro nestes trabalhos que nos faz bastante falta para outras obras e por isso apelo à Câmara Municipal para intervir junto das Estradas de Portugal para solucionar esta situação.

Informo também que os habitantes daquela zona não são servidos por rede de saneamento e todos sabemos que existem dificuldades financeiras mas eu pretendo que todos os cidadãos da minha Freguesia sejam tratados por igual.

Também quero referir que as fossas existentes em Galizes não têm capacidade para toda a população e quando as obras da Santa Casa da Misericórdia estiverem concluídas teremos que arranjar uma nova solução porque se assim não for vamos ter ali grandes problemas.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, na última reunião da Assembleia Municipal questionei sobre o investimento da SONAE no Concelho de Oliveira do Hospital, em São Paio de Gramaços, o que é motivo de congratulação dado o volume do investimento anunciado, na ordem dos cinquenta milhões de euros.

Temos a certeza que esse investimento, tal como outros, não “caíram do céu”. Nesse sentido, é do conhecimento desta Assembleia que a Câmara Municipal desenvolveu a ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, disponibilizando vários lotes para investimento.

Assim, questiono o Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca de como está o processo de atribuição de lotes?

Quantos lotes já foram atribuídos?

Quantos lotes ainda estão para atribuir?

Que investimentos têm sido acolhidos na Zona Industrial de Oliveira do Hospital?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais quero dar os parabéns ao Sr. Deputado Luís Lagos pelo seu aniversário. Que conte muitos e que nós estejamos cá para ver.

Quero cumprimentar os elementos que tiveram assento pela primeira vez nesta Assembleia Municipal nomeadamente a nova Presidente da Junta de Freguesia de Avô, a Deputada Dra. Sílvia Jerónimo e também a Dra. Carla Godinho. Bem vindas e que tragam contributos para esta Assembleia Municipal e para este Concelho.

Sr. Presidente da Câmara, tenho aqui três situações que gostaria de apresentar. Uma delas é constatar um facto e as outras duas será questionar acerca dessas matérias.

Em primeiro lugar quero congratular-me, como autarca responsável, pelo início dos trabalhos da remoção da lixeira de Vila Franca da Beira que

finalmente começaram. Congratulo-me porque aquilo que ali estava, e que ainda está, com certeza que irá ser removido na totalidade, envergonhava qualquer autarca deste Concelho, fosse ele Presidente da Câmara, fosse ele Presidente de Junta. Eu penso que não se pode, nem se deve, no futuro deixar que situações destas aconteçam de uma forma impune, porque foi aquilo que aconteceu durante anos naquele local. Há que tomar medidas, há que sensibilizar as pessoas, há que penalizar quem tiver que ser penalizado. Porque tem que ser assim! Eu não compreendo nem aceito que particularmente num local daqueles, paredes meias com um Cemitério, onde as pessoas têm os seus entes queridos que se tenha deixado criar ali durante anos uma lixeira com todo o tipo de lixos. Isto envergonha qualquer autarca! Sei que aquela limpeza não vai ficar barata aos cofres da autarquia e por isso há que evitar no futuro situações destas seja em Vila Franca da Beira ou seja noutra local deste Concelho.

Sr. Presidente da Câmara, outra área que eu penso, e aliás, já foi referido aqui e já foi objeto de uma Moção, que é a questão da saúde do nosso Concelho: Eu sei que já foi posto a concurso o projeto para as novas instalações da Extensão de Saúde de Ervedal da Beira. Gostaria de saber qual é o ponto da situação desse concurso e para quando se prevê o início das mesmas obras? As instalações que presentemente lá estão são obsoletas e não reúnem as condições minimamente exigidas para as pessoas estarem num local de saúde. É uma urgência extrema avançar com este projeto em Ervedal da Beira.

Também queria colocar aqui uma questão relativamente a um projeto que já vinha da anterior Junta de Freguesia de Vila Franca da Beira: O projeto de requalificação em frente à Casa Mortuária em Vila Franca da Beira. Existe um projeto já há um tempo, já lá foram feitas demolições de casas antigas e por isso quero saber para quando prevê que esse projeto possa ser concretizado.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Acabadas as intervenções do Período de antes da Ordem do Dia e antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, quero responder telegraficamente a duas ou três questões que me foram dirigidas.

Em relação ao Dr. Luís Lagos, o respeito e a confiança que tem por mim, eu devo-lhe dizer, como já disse na Sessão anterior, que estou aqui a cumprir uma obrigação e nada mais do que isso, mas de qualquer forma agradeço-lhe a confiança que em mim depositou.

Quanto às questões levantadas pelo Sr. António Lopes quero dizer-lhe o seguinte:

Diz que não recebeu documentos. O Senhor tem a caixa de correio eletrónico cheia e por isso convém que ponha alguma ordem nisso para depois não se queixar em vão.

Relativamente aos tempos de intervenção na última Assembleia também lhe quero dizer que o Senhor foi a pessoa que mais intervenções fez aqui e por isso antes de se queixar da Mesa tem que se queixar de si próprio.

Quanto à falta de resposta aos requerimentos quero dizer-lhe que nos três últimos, e os anteriores já foram aqui tratados na última Assembleia, um deles teve guarida, tanto assim que vamos ter aqui hoje um Ponto pedido por si. No segundo requerimento o pedido era ininteligível. O Senhor queixava-se da auditoria ainda não ter sido publicada, eu devolvi-lhe a questão e perguntei-lhe o que é que o Senhor queria.

Quanto ao terceiro requerimento, que tinha a ver com estatísticas da água, esse assunto está incluído num Ponto da Ordem do Dia de hoje, portanto, não tem razão nas queixas que faz.

Depois faz aqui uma queixa genérica nomeadamente que há desinteresse da responsabilidade da Mesa: Eu pedia-lhe que depois concretizasse porque assim eu não me posso defender porque o Senhor faz uma afirmação genérica. Eventualmente até pode ter razão mas tem que concretizar.

Quanto ao fornecimento de documentos o Sr. Presidente da Câmara Municipal vai responder já a seguir.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Vou tentar ser sintético, mas gosto e tenho a obrigação de vos esclarecer.

Eu não estou aqui para falar de *fait divers* da política. Estou aqui para esclarecer e prestar contas dos grandes temas que importam aos Municípios e das questões e projetos que importam ao nosso Concelho. Não contem com o meu tempo para a pequena política e para os enredos da intriga. Oliveira do Hospital espera muito mais de todos nós.

Sr. Deputado Raul Dinis, eu não posso ser responsabilizado pelas medidas e Leis que são aprovadas em Conselho de Ministros e na Assembleia da República!

Sobre o encerramento dos Tribunais quero dizer que este Governo não tem prejudicado só o Concelho de Oliveira do Hospital, este Governo tem

prejudicado todos os Concelho de baixa densidade. O Presidente do Município, em conjunto com outros Presidentes, tem lutado contra o encerramento dos Tribunais participando em reuniões com a Associação Nacional de Municípios, com a CIM e em reuniões com a Sra. Ministra da Justiça. Nestas reuniões eu ouvi coisas interessantes! Ouvi que esta reforma administrativa ia melhorar muito o sistema de justiça.

A Ordem dos Advogados e o Sindicato dos Magistrado também se manifestaram contra esta reforma judicial.

Nas reuniões na CIM, onde há alguns Presidentes de Câmara do PSD, não há nenhum Presidente de Câmara que concorde com esta medida.

Na generalidade ninguém concorda com esta medida mas também ninguém poderia concordar!

O que é mais grave é que não se percebe muito bem quais são os objetivos desta reforma.

Eu não conheço nenhum Autarca do PSD que tenha concordado com esta reforma.

Isto é um atentado e ninguém pode concordar com isto porque as pessoas vão ter tendência a fazer justiça pelas próprias mãos e não é essa a sociedade que nós queremos.

Esta reforma não vai trazer bons resultados. Disso eu não tenho dúvidas! É uma política completamente errada e não posso concordar com ela. Daqui a algum tempo fecham o nosso Tribunal e também fecham os outros todos fazendo os territórios de baixa densidade cada vez mais pobres. Isto é lamentável!

O nosso Concelho tem vindo a ser prejudicado e disto ninguém tem dúvidas!

Sr. Deputado José Ferreira, eu quero dizer-lhe o seguinte: Sobre o caminho público nós não temos dúvidas nenhuma. Há quem goste de arranjar uns números mas isso faz parte da nossa vida quotidiana na política. Foi assim no passado e também é agora assim e nós temos é que estar preparados para isto e temos que ser honestos porque quando uma pessoa é honesta não tem problemas de consciência mesmo que as notícias sejam vergonhosas e caluniosas. Nós cá estamos para nos defender.

Nos temos um ofício das Estradas de Portugal onde é dito que o escorrimento de terras que era da responsabilidade da Câmara Municipal porque provinham de um estradão. O texto diz isto: *“Perante o exposto solicita-se que seja regularizada a situação nomeadamente a pavimentação do início do*

*caminho florestal no entroncamento com a Estrada Nacional 230 e prevenir as condições de drenagem” e diz mais “a existência de uma grande quantidade de terras a ocupar a referida Estrada Nacional, conforme as fotografias anexas, poderão potenciar situações de perigo para a circulação e segurança rodoviária bem como para as propriedades contíguas.”*

Há coisas com as quais não podemos brincar na nossa vida! Se ali houvesse um acidente, e um Munícipe nosso lá morresse, o Presidente da Câmara era sacrificado porque recebeu uma carta das Estradas de Portugal a dizer-lhe que devia fazer aquelas obras e que não as fez mas eu não quis ter esse peso na consciência.

Relativamente ao saneamento na Ponte das Três Entradas quero informar que estamos a resolver o problema até porque está em causa o funcionamento de uma unidade hoteleira contudo o processo não é fácil dado que a Ponte das Três entradas é considerado um Monumento histórico. Já foram feitas algumas reuniões com as Estradas de Portugal onde nos foram impostas determinadas condições para o atravessamento da ponte.

As obras de saneamento na Ponte das Três Entradas são para se fazerem porque se trata de uma questão de justiça para com aquelas pessoas e até devido ao interesse estratégico relacionado com o Turismo do Alva. Por mim fazia já estas obras amanhã. Houve aqui alguns erros de percurso mas que irão ser corrigidos e estas obras serão realizadas dentro das nossas possibilidades financeiras. Foi esse o compromisso que fiz com as pessoas.

Relativamente aos açudes eu quero dizer o seguinte: A ARH-Administração das Regiões Hidrográficas está a notificar os proprietários para comporem os açudes. Também já pedimos o agendamento de uma reunião com a Sr. Presidente da Hidráulica para discutirmos estes assuntos.

Sr. Luciano Correia, sobre o sistema das taxas e licenças quero dizer-lhe o seguinte: Este sistema de taxas e licenças está conforme a Lei e as atribuições de competências não foram só para a Junta de Freguesia de São Gião foram também para todas as outras Juntas. Relativamente aos requerimentos quero dizer-lhe que a competência para essas isenções é da Câmara Municipal.

Sobre a Unidade Móvel de Saúde tenho que informar que isto tem sido uma novela mas espero que na próxima reunião com a Administração Regional de Saúde este assunto fique resolvido porque não podemos ter um investimento de cem mil euros que foi subsidiado pela Câmara Municipal e pelo PRODER a fazer outros serviços que não seja prestar cuidados à nossa população sobretudo aos mais desfavorecidos.

Sr. Américo Figueiredo, sobre a estrada de Lourosa acho que se fez justiça e também é verdade que o Ex-Presidente da Assembleia Municipal sempre reivindicou esta obra. Esta era a estrada do Concelho que se encontrava em piores condições.

Hoje já temos outra estrada em péssimas condições, onde os carros já fazem barulho quando passam nessa estrada, e temos que resolver também esse problema neste mandato. É a estrada que vai de Lagos para a Lajeosa.

Relativamente à intervenção do Prof. António Soares quero dizer que não tenho conhecimento da legislação que referiu relativa à aplicação dos herbicidas.

Quanto às obras de saneamento quero dizer-lhe que notificámos ontem as pessoas para virem pagar os Ramais de Saneamento para que possam ser feitas as ligações. Pode haver pessoas que não tenham capacidade financeira para pagar esses Ramais de Saneamento e o que o Senhor pode fazer é encaminhar essas pessoas para o nosso Gabinete de Ação Social para que seja feito o devido relatório para que se possa isentar o pagamento.

Ao Nuno Filipe Oliveira, em primeiro lugar, quero dar-lhe os parabéns porque, mais uma vez, o Campo de Férias Pedagógicas foi um grande sucesso e foi mais uma grande iniciativa. Oliveira do Hospital precisa de um Presidente de Junta com as tuas características. Este Campo de Férias é sem dúvida nenhuma uma boa iniciativa que foi criada por ti. A Câmara Municipal ajuda quando pode mas o projeto do Campo de Férias é teu.

O sucesso de qualquer Presidente de Junta, independentemente da força política pela qual foi eleito, é o sucesso também do Presidente da Câmara.

Sobre a reestruturação do Parque Infantil da Av. Dr. Francisco Sá Carneiro quero dizer que o projeto já estava feito e já vinha de trás. A única alteração que fizemos neste projeto foi relativamente ao passadiço que será colocado na zona onde as crianças descem para a escola para não se molharem quando chove e para que as nossas crianças tenham melhores condições. Esta obra custa cerca de trinta mil euros e penso que já está em fase de adjudicação.

O Nuno Filipe Oliveira também falou sobre as licenças de habitabilidade. Na verdade há aí muitas obras que lhes foram dadas licenças de habitabilidade sem reunirem a totalidade das infraestruturas. Não sei como! Um dos casos (no bairro da Escudela) já foi no meu mandato e mais tarde alguém se queixou que faltava fazer dois alcatroamentos e muitas vezes para finalizarmos estes trabalhos temos vários problemas.

Sobre o programa da RTP e da TVI eu quero dizer o seguinte: A mim dá-me vontade de rir com algumas pessoas porque há quem pense que nós pagamos às televisões quando elas cá vêm fazer reportagens. Nós não pagamos nada! Somente pagamos as refeições e as estadias.

Há muitas pessoas que acham que há um grande gasto de dinheiro com as televisões quando projetamos o nosso Concelho. Há muita gente que não quer a projeção do nosso Concelho e que quer que Oliveira do Hospital continue no marasmo e que só seja notícia quando cá havia ratos em vez de mostrar o que de melhor há em Oliveira do Hospital.

Sr. Aníbal Correia, quero dizer-lhe que quanto às limpezas do rio Cobral e do rio Seia que estas candidaturas serão lançadas até ao final do mês de Setembro.

Sobre a recolha do lixo quero dizer-lhe que a recolha do lixo em Meruge tem que ser feita duas vezes por semana porque é esse o compromisso que está assumido e não se pode baixar a qualidade neste serviço. Nós vamos saber o que é que se passou e já temos uma pessoa que irá fiscalizar o trabalho da empresa para que possam ser feitos alguns acertos. Se a recolha do lixo só foi feita uma vez por semana é porque alguma coisa correu mal mas o Dr. Francisco Rodrigues amanhã entrará em contacto com a empresa e perguntar-lhes-á o que é que se passou.

Relativamente ao Deputado Nuno Caetano eu quero dizer que também estou de acordo com a definição de locais próprios para a afixação das informações das Agências Funerárias até porque é proibido a afixação nos postes de iluminação pública e dá mau aspeto na cidade. Temos de reunir com as Agências Funerárias e temos que solucionar este problema.

Sobre os semáforos que estão junto ao Cemitério Velho eu tenho que dizer ao Deputado Nuno Caetano que aquele cruzamento funciona muito melhor sem semáforos do que com semáforos. Eu acho que aqueles semáforos devem ser recolhidos e colocados noutra local onde sejam necessários.

Relativamente ao passeio até à Bobadela eu quero dizer que nós neste momento não estamos em condições para lançar esta obra. Na minha opinião, antes temos que lançar um conjunto de obras que eu considero prioritárias nomeadamente na estrada Vergílio Ferreira que necessita de ser requalificada.

Estou a constituir uma equipe para a área da requalificação urbana que irá ser coordenada pela Arquiteta Alexandra porque julgo que vão haver verbas para estas requalificações urbanas no próximo Quadro Comunitário e por isso nós temos que estar preparados. Também neste momento a Câmara Municipal já



tem uma equipe que prepara todos os edifícios na área da eficiência energética que é outra área que vai ter verbas do Quadro Comunitário. Estamos a trabalhar nesta área porque vamos reduzir drasticamente as despesas energéticas.

Todos os Presidentes de Junta reconhecem que há obras prioritárias e que ainda temos problemas de saneamento em algumas zonas que têm de ser resolvidos mas com estas condições financeiras, com os cortes nas verbas que foram executados, com o pagamento dos empréstimos que estamos a fazer e com o problema das faturas da água nós temos que analisar muito bem todas estas obras. Temos que ter noção que algumas obras têm custos muito elevados.

Sr. Agostinho tenho que lhe dizer que este ano a Câmara Municipal fez um esforço enorme para termos todos os caminhos limpos. Tivemos que contratar duas empresas com as quais gastamos cerca de quinze mil euros. A última intervenção foi na estrada que vai de Aldeia de Nogueira para Nogueira do Cravo e de imediato houve alguém que colocou uma mensagem no *facebook* a dizer que nós não limpávamos as bermas das estradas mas esqueceram-se de falar nas bermas da Estrada Nacional nº 17 que é responsabilidade do Governo mas também se esqueceram de referir que encontramos árvores junto aos separadores do IC6. Como disse o Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo teve que ser a Junta de Freguesia a limpar as bermas na Estrada Nacional nº 17 e que eram trabalhos que pertenciam a outra entidade.

Era bom que tirassem fotografias do estado da Estrada Nacional 17 e do IC6 e que as mandassem para o Governo para que eles viessem resolver estes problemas.

Sobre o Orçamento Participativo Jovem quero dizer ao Sr. Deputado André Pereira que estou desiludido com as candidaturas apresentadas nomeadamente pela falta de qualidade e pelo reduzido número. Na minha opinião, o Orçamento Participativo Jovem tem que ter outra dinâmica.

Houve uma candidatura que foi excluída porque se candidatavam a uma obra que já estava feita. Isto é incrível! Pessoas que escrevem e que dão moral ao Presidente da Câmara e aos seus Vereadores e fazem uma candidatura a uma obra que já estava feita!

Não me revejo neste Orçamento Participativo Jovem porque todas as candidaturas são direcionadas para as obras físicas contudo iremos cumprir o projeto que ganhar.

Era bom que todos os jovens participassem para podermos criar outros projetos com ideias diferentes e inovadoras.

Dr. Luís Lagos, estou em desacordo consigo relativamente a esta sua intervenção. Mesmo hoje que é dia do seu aniversário não posso deixar de lhe dizer que tenho uma grande admiração por si e acho que é um político brilhante mas esteve pessimamente com esta sua intervenção. Comparar o monumento à queijeira com todo o resto que disse, eu perguntava-lhe o que é que tem a ver uma coisa com a outra? Não tem nada a ver! E o Senhor sabe que não tem nada a ver! Mas fez um número bem feito! Falou com entoação e as pessoas ficaram entusiasmadas. Eu agora tenho o direito e o dever de o desarmar e dizer que o monumento à queijeira está a avançar e que não temos nada a ver com as dinâmicas que disse porque nós já as temos, nomeadamente estamos próximo dos empresários. A Zona Industrial de Oliveira do Hospital teve uma intervenção e por isso estamos em condições para ceder lotes. Neste momento temos candidaturas para a cedência em cinco lotes no valor de cerca de dois milhões oitocentos e sessenta mil euros que criaram cerca de quarenta postos de trabalho. E como vê há aqui alguma dinâmica!

O Senhor só tem razão quando diz que a nossa zona Industrial tem que ser modernizada em termos de imagem e nisso eu estou de acordo consigo.

Sempre trabalhamos em conjunto com os empresários na busca de soluções.

O Senhor tem razão quando diz que precisamos de melhorar a FAD-Fundação Aurélio Amara Dinis. Está ali um tesouro que todos nós temos que acarinhar e o Senhor sabe também que eu tenho ideias claras sobre o investimento na Fundação Aurélio Amara Dinis e o que é que defendo para ela.

Neste momento vamos fazer o monumento dedicado às queijeiras como forma de homenagear essas pessoas como haveremos de fazer um monumento dedicado aos têxteis que é uma área que tem grande destaque no nosso Concelho.

A Sra. Deputada Cristina Carvalho falou sobre o investimento do Grupo SONAE e quero informar que na próxima quarta-feira vou ter mais uma reunião com o Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo. Este *dossier* tem sido muito complexo. O Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo já disse que fará o investimento de cinquenta milhões de euros independentemente de adquirir ou não o campo de futebol à Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense. Eu não sou o proprietário nem sou agente imobiliário mas tudo farei para ajudar a resolver este assunto e para tentar conciliar as partes envolvidas.

Relativamente à intervenção do Eng.º Carlos Artur e sobre a remoção da lixeira de Vila Franca da Beira eu também quero dizer que gostaria que aquela

situação não se voltasse a repetir. Foi uma situação que foi arrastada durante alguns anos e que se encontrou agora uma solução para resolver o problema.

Relativamente à Extensão de Saúde de Ervedal da Beira quero dizer que só será realizada se houver comparticipação financeira porque é uma obra que custará duzentos e cinquenta mil euros. Se conseguirmos o financiamento faremos não só a do Ervedal da Beira como também mais duas no Concelho.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Vamos entrar no Período da Ordem do Dia. Em termos de futuro penso que vale a pena marcar uma reunião com os representantes dos Grupos Municipais nomeadamente para colocar um pouco de ordem na duração das intervenções.

Nós temos que ter elevação suficiente para controlarmos o nosso sistema nervoso porque, se não, não estamos aqui a fazer nada.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, se alguém aqui dentro está nervoso não é de certeza o Sr. António Lopes! O Sr. António Lopes tem direito a ser respondido e foi a segunda vez que pediu.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal deu uma entrevista a um jornal idóneo, daqueles que não fazem números, e fez um conjunto de afirmações difamatórias da minha dignidade e da minha honra e já fiz queixa no Ministério Público. Mas o Sr. Presidente da Câmara com a mesma coragem que faz essas entrevista devia dizer aqui na presença de todos como é que foi e onde é que foi, porque estes *fait divers*, e para o caso do Senhor não saber, custam cem mil euros ano ao Nogueirense. O Sr. Presidente da Câmara teve a capacidade de desligar o telefone na cara a um dos principais empresários e dirigente desportivo deste Concelho! E o Sr. Sr. Presidente da Câmara chama a isto *fait divers*! E o Senhor acha que isto é um motivo de somenos importância!

Eu disse aqui ao Sr. Presidente da Câmara Municipal anterior, que está ali a ouvir, que quando deixou de me responder que arranjou um adversário e disse muitas vezes ao Presidente da Câmara Municipal atual, que no dia em que

ele se portasse como o Presidente anterior que levava o mesmo tratamento mas ele não acreditou, mas eu sou um homem de honra e de palavra e tenho um passado de que me orgulho e não estou disponível para ser enxovalhado porque também não é toda a gente que consegue.

Eu tenho os direitos que têm os outros. Eu não estou nervoso. Até já perseguem as pessoas que vão almoçar comigo ou que tomam um café comigo. É esta a democracia pela qual eu andei a lutar neste Concelho?

Eu disse durante quatro anos que o Senhor Presidente da Câmara está aqui para prestar esclarecimentos relativos ao Ponto I e para responder ao que lhe perguntam e não é para enxovalhar os Deputados como aqui fez no dia em que eu saí que foi o trigésimo oitavo Deputado e isso é também motivo de anulação. Portanto, vamos lá ver se há de facto dignidade e se cada um não conta a sua história como muito bem diz o Deputado André, que é um moço em que eu sempre acreditei muito e que não duvido de que vai ter futuro.

Relativamente ao Ponto I quero dizer que a dívida da água subir cento e oitenta e três mil euros. A Câmara Municipal deixou de pagar as faturas da água, dentro de um acordo que parece que há para aí, ou de uma previsão, e como eu digo, a água é uma das principais fontes de receita do Município. A meu ver e até que se prove o contrário, que será no último ponto, a água finalmente dá um lucro de cem por cento, e vou falar assim porque ninguém me informou de maneira contrária. Mas verifico que nos subsídios diminuiu oitocentos e sessenta euros.

Já agora, e porque já hoje me cobraram as promessas, e já hoje tive que dar dois subsídios a duas instituições do Concelho porque eu gosto, de facto, de honrar a minha palavra e apesar de falido lá vou tentando honrar os meus compromissos. Aqueles que andam aí a pensar que eu estou falido com o tempo vão descobrir!

Olhando para as contas do Ponto I fiquei baralhado! A dívida a empreiteiros aumentou dezanove mil euros. Isto não quer dizer nada porque depende das obras. Mas de facto com a informação que vai não tenho condições para dizer muito mais mas chamaram-me à atenção estes dois números.

Também me chamou à atenção a rubrica de apoio à família que tem um orçamento de cerca de seiscentos mil euros e que tem vinte e um por cento de execução. Tem cento e trinta mil euros e portanto é das rubricas menos utilizadas e depois vêm para aqui com teorias que querem ESTGOH's e que querem ... Então só não se apoia as famílias e se não se faz nada para fixar as

famílias e então depois querem alunos na ESTGOH como? Querem ESTGOH's para quê? Para estarem lá a crias moscas? Isto obedece a umas políticas diferentes!

Eu se fosse Presidente da Câmara antes de fazer os campos relvados tinha feito a ESTGOH. Isso é o que eu acho que é tudo pelas pessoas e apoiar as famílias e criar condições efetivas. Mas eu também percebo! Cada um puxa para aquilo que sabe. Nós quando vamos votar é que temos de ver em quem é que votamos.

Gostava muito, como sempre disse e que foi um compromisso eleitoral, de ver mudar o rumo destas políticas e ver alterado o rumo das prioridades.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Deixem-me fazer aqui algumas considerações: Eu não venho aqui discutir as minhas entrevistas nos jornais nem venho discutir as relações pessoais com outras pessoas. Estou aqui para discutir os problemas do Concelho. As pessoas são responsáveis e por isso se metem processos em Tribunal e determinados assuntos discutem-se no Tribunal.

As nossas contas, como eu disse, têm tido uma grande contenção de despesa, e os Presidentes de Junta de Freguesia sabem isso muito bem, devido aos cortes financeiros que nós tivemos e devido aos empréstimos que estamos a amortizar e a honrar.

Esta Câmara Municipal não contraiu nenhum empréstimo mas herdou um conjunto de obras que estavam projetadas pelo Executivo anterior e que para as executar tinha deixado dois milhões de euros porque não as executou em tempo.

Esta Câmara Municipal não funciona como muitos dizem: O Deputado Vilafanha apresentou um requerimento a perguntar pelo Auto de Receção do Mercado e da Central de Camionagem e quanto é que se devia porque parece que diziam que o empreiteiro da obra não dava a chave porque não se lhe pagava a obra.

Isto dá para rir porque a obra está paga na sua totalidade e não teve nenhuma participação financeira.

Esta Câmara Municipal continua a pagar dentro dos prazos e não é preciso recorrer nem ao Fundo de Apoio Municipal nem a nenhum plano de reequilíbrio financeiro.

Esta Câmara Municipal honra os seus compromissos e não tem faturas em atraso.

Esta Câmara Municipal tem uma gestão equilibrada e nós queremos que tenha uma gestão equilibrada mesmo que alguns achem que nós deveríamos fazer todas as obras e que deveríamos alcatroar todos os caminhos do Concelho.

Esta Câmara Municipal com o Presidente José Carlos Alexandrino não vai falar disso tenho eu a certeza.

Não faço como outros fazem nas empresas que passam os bens de uns para os outros e depois dão insolvência às empresas. Não sou desses!

Sou um homem com carácter e quem me conhece sabe que eu só gasto aquilo que posso.

Eu não fujo às minhas responsabilidades: Devia a trinta e um de maio a fornecedores seiscentos e setenta e sete mil euros e a trinta e a um de agosto aumentou a dívida a fornecedores para um milhão e cinquenta e três mil euros. Este aumento provem da faturação das Águas do Zêzere e Côa.

Neste período amortizámos cento e quinze mil euros no valor dos empréstimos e hoje, relativamente ao empréstimo de quatro milhões de euros, só devemos três milhões e oitocentos mil euros.

Não faço obras sem dinheiro porque eu quero pagar as contas aos empreiteiros e a todos os fornecedores.

Herdámos uma dívida e essa dívida está hoje muito mais baixa do que aquela que eu herdei.

No Planalto Beirão, que são dívidas que vêm desde mil novecentos e noventa e sete, devemos neste momento cerca de três mil euros. Nós honramos os nossos compromissos.

Também quero dizer-vos o seguinte: O Portal da Transparência Municipal informa que a dívida do Município de Oliveira do Hospital é de cerca de sete milhões de euros, o que não é verdade porque nesse valor de endividamento estão incluídas as dívidas das Associações onde a Câmara tem participação financeira nomeadamente das Águas do Zêzere e Côa e do Planalto Beirão. A nossa dívida no total é de cerca de cinco milhões de euros conforme podem verificar pelos documentos. O nosso Concelho é dos que tem menor dívida por habitante conforme podem também verificar no Portal da Transparência Municipal.

Alguns colocaram em dúvida se a Câmara Municipal tinha pedido ou não a auditoria à Inspeção Geral de Finanças mas como já referi essa inspeção foi pedida e foram remetidos todos os documentos através de ofício registado e com aviso de receção.

Há quem julgue que pode fazer inspeções na Câmara Municipal mas há órgãos próprios para fazer essas inspeções no Município porque o que diz a Lei é que a Assembleia fiscaliza a ação do Executivo Municipal.

Todo e qualquer cidadão tem direito a qualquer documento desta Câmara Municipal bem como todos os Deputados Municipais para exercerem o seu direito de oposição. Agora, se me pedirem centenas de documentos eu não posso parar o funcionamento da Câmara Municipal para satisfazer esse pedido eu só posso facilitar o acesso às pastas para que possa consultar os documentos.

O pedido de uma auditoria ou de uma inspeção à Câmara Municipal tem que ser aprovado por maioria dos Deputados desta Assembleia Municipal e não pode ser feito isoladamente por um único Deputado.

Também quero dizer-vos que em resposta ao ofício onde era pedida a auditoria à Inspeção Geral de Finanças foi-me enviado um Relatório Preliminar de Auditoria. A Inspeção Geral de Finanças não deu credibilidade às denúncias e até à data de hoje ainda não me pediram nada mas eu até quero que me peçam para percebermos quem é que tem razão.

Neste Relatório Preliminar de Auditoria vêm coisas muito interessantes e que desagradam a algumas pessoas nomeadamente diz que *“Todas as obras foram adjudicadas por valores abaixo do preço base, permitindo poupanças variáveis entre um mínimo de 21,66% e um máximo de 39,95%.”*

A Inspeção Geral de Finanças conclui dizendo *“O critério de adjudicação utilizado em todos os concursos foi o do mais baixo preço”* e em todas as empreitadas não se detetou qualquer tipo de irregularidades.

Em matéria do custo de obras públicas a Inspeção Geral de Finanças concluiu o seguinte: *“O Município de Oliveira do Hospital tem tido a preocupação de se basear em critérios objetivos para acautelar o interesse público do Município.”*

A Inspeção Geral de Finanças refere também que nas verificações realizadas *“são notórias as preocupações da autarquia na obtenção de poupanças nas aquisições de bens e serviços, ...”*

Diz também a Inspeção Geral de Finanças em matéria de contratação pública que *“Em todos os fornecimentos, a autarquia adotou o procedimento de concurso adequado ao valor do contrato ... e foi assegurada a concorrência mínima exigida por lei.”*

Também concluiu a Inspeção Geral de Finanças neste relatório que *“tem sido uma preocupação da autarquia consultar o maior número possível de*

*potenciais fornecedores, ..., mediante a utilização da plataforma eletrónica, o que permitiu ao município beneficiar de preços mais competitivos.”*

Nesta auditoria a Inspeção Geral de Finanças também observa que os processos analisados *“permitem concluir que a autarquia respeitou, regra geral, as normas legais em matéria de contratação de aquisição de bens e serviços, designadamente, ao nível dos procedimentos pré-contratuais.”*

Depois traz um conjunto de recomendações que a Câmara Municipal de ter em conta e vou citar duas:

- No Estaleiro Municipal deve haver um responsável para efetuar o registo das saídas de material.

- A Câmara Municipal em alguns fornecimentos deveria ter a preocupação de adquirir produtos ecológicos.

Também recomendam que a Câmara Municipal deveria ter uma base de dados comparativos relativamente aos metros de calçada efetuados mas também reconhece que os serviços da Câmara Municipal compararam sempre os preços propostos com outras obras que foram executadas. E, conclui até, que as empresas ao baixarem os preços na ordem dos trinta por cento que se estão a destruir por praticarem preços mais baixos do que deveriam praticar.

Com o que está escrito neste relatório, se calhar, desiludo algumas pessoas nomeadamente aqueles que me davam seis meses como Presidente da Câmara e eu ainda cá estou!

Se Deus me der saúde ainda cá estarei muito mais tempo e espero que quem me desejou isso também cá esteja.”

Seguidamente entrou-se no Ponto II - Ratificação das seguintes deliberações da Assembleia Municipal:

- Da destituição do Sr. António dos Santos Lopes de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal;

- Da eleição da Mesa;

- Das deliberações Tomadas na sequência da destituição e eleição da Mesa.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Neste Ponto II espero que façamos aqui um exercício de democracia plena. Eu próprio vou fazê-lo começando por pedir desculpa por ter elevado, há pouco, um bocadinho a voz mas, de facto, penso que todos nós temos que



contribuir para isso. Por vezes é impossível manter a serenidade quando vemos aqui alguns comportamentos.

O Ponto II, como sabem é a ratificação da destituição do Sr. António dos Santos Lopes de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, a ratificação da eleição da Mesa e a ratificação das deliberações posteriores.

Deixem-me fazer aqui um enquadramento até porque há aqui novos Membros e eu queria deixar isto tudo muito clarinho.

Como sabem o Sr. António Lopes incompatibilizou-se com a Câmara Municipal, com o Partido Socialista e com esta Assembleia Municipal. Para além das questões políticas conhecidas, o Sr. Ex-Presidente da Assembleia Municipal apresentou em Tribunal duas ações: Participação ao Ministério Público e Providência Cautelar no Tribunal Administrativo.

Em ambas as ações defendia mais ou menos isto: Tinha sido destituído ilegalmente porque era preciso que o ponto constasse na Ordem de Trabalhos e que era necessário a maioria de dois terços dos Deputados para que fosse destituído.

Em relação à Mesa invocou mais ou menos a mesma coisa e disse que houve algumas ilegalidades e que todas as deliberações posteriores eram ilegais.

Na Providência cautelar pediu a suspensão da eficácia da deliberação da Assembleia Municipal de vinte e seis de abril de dois mil e catorze e pediu a suspensão da presente Sessão.

Infelizmente alguns Membros desta Assembleia que tinham a obrigação de ser mais ponderados dada a sua formação, foram atrás do Sr. António Lopes numa união política improvável mas o que é verdade é que, primeiro o Sr. António Lopes perdeu a Providência Cautelar, com argumentos curiosos da parte do Sr. Juiz, para além das questões processuais, diz o Sr. Juiz, que o objeto da Ação Principal teria que ser posto num determinado prazo a seguir à Providência Cautelar e que tinha pouca substância. Eventualmente e no caso do Sr. António Lopes vir a decidir por uma Ação Principal ela tem pouca substância. Este foi um dos argumentos invocados para que a Providência Cautelar caísse.

O Sr. Juiz entendeu desde logo que esta ação a propor não tinha grandes hipóteses de êxito.

Conclusão: O Sr. António Lopes perdeu a Providência Cautelar e foi dada razão à Mesa e às propostas maioritariamente votadas quer na destituição quer na nova eleição da Mesa.

Mas, o Sr. Ex-Presidente da Assembleia Municipal e um certo jornalismo local quiseram tornar uma derrota numa vitória. Já antes diziam que era tudo ilegal e o que fazíamos aqui era tudo ilegal e que nós andávamos aqui a fazer irregularidades e que ainda teríamos que pedir desculpa.

Aliás, o Sr. António Lopes chegou ao extremo de escrever recentemente que ia avisar o empresário Sr. Belmiro de Azevedo e outros agraciados para que não viessem receber as medalhas porque esta Assembleia era ilegal. Isto já depois de saber que perdera a Providência Cautelar.

Isto, a meu ver, é muito grave, senão gravíssimo, porque devia ter esperado pelas decisões do Tribunal e porque a derrota da Providência Cautelar foi uma derrota dos seus juízos definitivos. Isto o Sr. António Lopes compreende.

Mas o tal jornalismo de comentários degradantes passa agora a ocupar-se também comigo. Talvez porque neste processo eu nunca fugi às minhas responsabilidades, penso não ter feito nada de eticamente incorrecto, e até tentei evitar este desfecho. Vem agora esse jornalismo por na minha boca o que eu nunca disse e depois lá tiraram o parágrafo daquilo que disseram que eu disse.

Depois vem com ataques pessoais com os quais eu vivo bem. Devo dizer que estes ataques pessoais não vão além disto e eu vivo muito bem com eles porque tenho-os há muitos anos e lido bem com eles.

Por fim poem em causa até o meu curso e a minha carreira e passam a tratar-me por Senhor Rodrigues Gonçalves. Isto é uma honra e por isso não se preocupem com isto!

Não vamos perder muito mais tempo com estas indignidades, o que vos peço é para resolvermos esta questão definitivamente.

A Assembleia deve acompanhar/fiscalizar a actividade da Câmara Municipal, como diz a Lei, e para isso devemos evitar que tenhamos aqui questões processuais desta natureza.

Foram estas as razões que nos levaram a agendar um Ponto de ratificação das deliberações anteriores, apesar de já termos tido uma primeira vitória em Tribunal e apesar de nada nos obrigar a fazer esta rectificação.

Espero que todos entendam esta intenção e alguns que deixem de estar ao lado do Sr. Ex-Presidente da Assembleia numa aliança anti-natura nas suas diatribes legalistas que não aderem à realidade.

Dito isto a este propósito e porque fomos surpreendidos com nova decisão agora sobre a queixa que o Sr. António Lopes fez à Procuradoria da República, decisão que nos chegou recentemente e muito depois de ter sido

agendado o Ponto, deixem-me acrescentar o seguinte: Não queremos humilhar aqui ninguém nem nos interessa ganhar esta discussão. Queremos apenas que esta Assembleia funcione e tudo faremos para que o Sr. António Lopes saia com dignidade deste imbróglio em que se meteu. Mas, não posso deixar de ler a prosaica declaração de voto na eleição da Mesa na última Sessão da Assembleia porque foram esses os argumentos do objecto da sua queixa e contrapô-lo às declarações da mesma decisão do Ministério Público. Recordo que o Ministério Público é o representante do Estado junto dos Tribunais.

Dizia o Sr. António Lopes na Sessão anterior: *”A Assembleia decorreu de forma ilegal pois não foi presidida pelo seu Presidente”*. *“A Moção de confiança não obteve necessário apoio de dois terços”*. *“A deliberação para substituição do Presidente da Assembleia padeceu dos mesmos vícios e irregularidades”*.

Depois aduz uma quantidade de irregularidades, que ele acha que eram irregularidades, faz a sua própria interpretação sobre o artigo 46º da Lei 169/99 e termina dizendo *“eu penso que isto ainda não é uma república das bananas”*. Mais adiante diz o Sr. António Lopes dirigindo-se a mim *“não sei como é que o Senhor pode começar bem o mandato em cima de uma ilegalidade”*. Depois ainda nos dá mais uma lição sobre a necessidade dos dois terços para o destituir.

Eu não vou continuar aqui com este rol de disparates e como resposta a tudo isto eu peço ao Sr. Primeiro Secretário que nos leia a decisão do Ministério Público que recebi esta semana relativa à queixa que o Sr. António Lopes fez na Procuradoria da República com aqueles argumentos que ei acabei de vos referir.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para ler a decisão do Ministério Público:

*“Ministério da Justiça. Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra. Procuradoria da República.*

Foi feita uma participação apresentada por António dos Santos Lopes com o intuito de ser apreciado o procedimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada em vinte e seis de abril de dois mil e catorze, com início às nove horas, com fundamento no facto de antes da hora agendada ter sido apresentado pelo representante do CDS e subscrito também pelos representantes do PSD uma Moção de Confiança ao Presidente da Mesa da Assembleia, ora signatário, António dos Santos Lopes.

Alega o signatário, por não fazer parte da Ordem do Dia e por se tratar de uma deliberação nos termos do artigo 18º do Regimento da Assembleia e números 3 e 4 do artigo 50º da Lei nº 75/2013, tal decisão carece de aprovação por dois terços dos membros do órgão obtidos por votação secreta.

Ora, votaram vinte e quatro membros pela negativa, sendo que dois terços da Assembleia são vinte e cinco porque é constituída por trinta e sete elementos, sendo vinte e um de eleição direta e dezasseis Presidente de Junta de Freguesia.

Imediatamente foi solicitado pelo Partido Socialista a renúncia do signatário propondo a destituição deste do cargo.

Ora, tal deliberação foi votada directamente sem que primeiro fosse decidido por voto secreto pela maioria de dois terços, para que a decisão de destituição do cargo fosse legal, razão pela qual se coloca em causa tal deliberação solicitando-se a anulação da mesma, sendo certo que o signatário não esteve presente na discussão e na votação das matérias descritas. Como parte interessada tendo participado em todo o Período da Ordem do Dia já na qualidade de Presidente destituído ter-lhe sido apresentada a Moção de Confiança onde se reclamou pela ilegalidade do processo o procedimento seguinte. Que dizer sobre tal assunto. Parece-nos que o cerne da questão passa por distinguir os assuntos da competência do órgão que estão regulados no artigo 50º, nº 2 da Lei 35/2013 de 12 de setembro e no nº 4 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital onde efectivamente é exigida em caso de urgência uma maioria de dois terços para se poder deliberar sobre os assuntos da competência do Órgão não incluídos na Ordem do Dia. Outra coisa resulta do artigo 46º, nº 2 da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de fevereiro que prescreve ser possível destituir os membros da Mesa da Assembleia Municipal em qualquer altura por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleia, o que efetivamente aconteceu no caso em análise.

Dito de outra forma, o que se verificou foi a destituição do Presidente da Mesa podendo inclusive serem destituídos os membros da Mesa da Assembleia Municipal no decurso de uma Sessão Ordinária deste Órgão, prevendo a Lei 75/2013 no artigo 50º nº 2, de 12 de Setembro, a tomada de tal deliberação mediante a maioria do número legal dos membros da Assembleia, situação que se manteve na actual Lei 5-A/2012 de 11 de fevereiro e ainda no artigo 46º nº 2 da Lei nº 169/99 de 18 de setembro alterada pela Lei anteriormente mencionada que se aplica por força do artigo 6º, nº 3 da Lei 75/2013 de 12 de Setembro. Sendo assim, é forçoso concluir que não foi cometida qualquer irregularidade na

deliberação tomada e inexistindo qualquer fundamento para a impugnação das deliberações tomadas na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital de vinte e seis de abril de dois mil e catorze, pelo que se determina o arquivamento dos autos.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Ora, aí está Sr. António Lopes, o Senhor perdeu a Providência Cautelar e perdeu a Queixa Crime. Perdeu duas vezes em Tribunal.

Sem prejuízo da discussão das ratificações que se vão seguir fica claro que até agora não tem uma única decisão que lhe dê razão.

Chamo à atenção dos Senhores elementos do PSD do CDS e dos independentes que se abstiveram ou que se ausentaram que a nossa intenção com as ratificações é não deixar estas questões formais para trás. Não éramos obrigados a fazê-lo mas fazemo-lo para acabar com este romance em que o Sr. António Lopes foi o principal protagonista e que alguns dos Senhores infelizmente foram atrás.

Pretendemos estabilizar definitivamente todo este processo porque somos responsáveis e para não tornar inúteis novas impugnações judiciais futuras e também porque já estavam agendadas estas ratificações. Espero agora que alguns que se abstiveram ou que votaram contra que façam ato de contrição e que votem em consciência face às duas decisões judiciais. A não ser que continuem a defender a degradação política neste Concelho!

Nós estivemos sempre de boa fé. Outros foram fazendo os seus julgamentos definitivos. Até ouvimos aqui chamar de palhaçada a quem tinha a obrigação pedagógica de ter tido outro comportamento. Por ser o primeiro mandato que faz aqui, nós já cá andamos há vinte anos e nunca fizemos uma afirmação dessas, e até para começar a dar outra imagem que não a que ficou na ata. Era tudo ilegal, era tudo uma palhaçada, mas afinal não era!

Há pessoas que me fazem lembrar aquele provérbio que diz “*perigosos não são os que procuram a verdade mas os que acham que a encontraram*” Muitos ignoram que a verdade é um erro à espera de oportunidade.

Agora, não interessa que peçam desculpa a esta Assembleia, interessa apenas que sejamos dignos desta votação no interesse do Concelho e da Assembleia e não das pessoas que estão transitoriamente nesta Mesa.

Vamos apresentar a proposta da Mesa para ser discutida e para ser votada.

Depois de apresentada a proposta pelo Sr. Primeiro Secretário abríamos o período de discussão.

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para ler a proposta da Mesa da Assembleia Municipal:

“Proposta da Mesa da Assembleia Municipal.

Considerando que, na Sessão de vinte e seis de abril de dois mil e catorze desta Assembleia Municipal, foi aprovada a destituição do Sr. António dos Santos Lopes de Presidente da Assembleia Municipal por vinte e quatro votos a favor, sete votos contra e três abstenções, tendo tal deliberação sido aprovada por uma maioria superior a dois terços dos membros então presentes;

Considerando que, na Sessão de vinte e oito de junho de dois mil e catorze desta Assembleia Municipal, foi aprovada a eleição da nova Mesa da Assembleia Municipal, constituída pelo Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves, como Presidente, pelo Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes e pela Sra. Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários, por vinte e seis votos a favor, três votos brancos, tendo tal deliberação sido também aprovada por uma maioria superior a dois terços dos membros presentes nessa Sessão;

Considerando que, não obstante a clareza daquelas deliberações democráticas como manifestação de vontade desta Assembleia – mais de dois terços dos votos expressos – tem o ex-presidente pretendido pôr em causa a legalidade dessas votações, nomeadamente através do recurso aos tribunais, não obstante ter já perdido uma providência cautelar cujo objetivo único era suspender a presente Sessão;

Considerando que, os Membros da Mesa, quer nas suas decisões anteriores quer com esta proposta tudo têm feito para cumprir a Lei e tornar funcional esta Assembleia com o objetivo, único, de nela se discutir a política do Concelho e não as questões processuais ou formais menores relativas ao funcionamento da Mesa;

Considerando que, independentemente das interpretações de cada um e da vontade de criar problemas completamente estranhos à discussão da política do Concelho, a Assembleia em geral e a Mesa em particular tem a obrigação de pôr fim às dúvidas suscitadas pelo ex-presidente e tornar estável e definitivos os atos e deliberações tomados e a tomar;

A Mesa da Assembleia Municipal vem apresentar as propostas de ratificação da deliberação de destituição do Sr. António dos Santos Lopes, de eleição da Mesa e das deliberações entretanto tomadas.

As duas primeiras ratificações serão tomadas por voto secreto e a terceira por braço no ar, conforme é hábito nesta Assembleia.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizer-lhe, sem retirar nada do que lhe disse há pouco, que começa mal Vossa Excelência. Porque quem anunciou, na Assembleia passada depois de ser eleito, que falaria pouco começou a falar muito e falou mal. Se temos que respeitar as decisões dos Tribunais, temos que respeitar as decisões dos Tribunais até ao fim. Nós não respeitamos as decisões dos Tribunais ao final da avaliação de uma queixa no Ministério Público e ao final de uma avaliação de uma Providência Cautelar. O Senhor como jurista tinha obrigação de o saber e saberá, certamente que é assim!

Depois, dizer-lhe que quando olhei para a Ordem do Dia que fiquei com a sensação de que não estava a ler ratificação e estava a ler retificação. Porque depois de ouvir o discurso de Vossa Excelência fico com a sensação de que não é preciso ratificar coisa nenhuma!

O Senhor acabou de dizer que tudo o que fizeram foi bem feito, foi de uma correcção legal exemplar. Os Senhores são ou doutores da Lei. Nem interrompemos, como está registado em ata, uma votação a meio. Não há nada mais ilegal e antidemocrático, e quero que fique registado em ata, do que interromper uma votação a meio e isso foi caucionado, por Vossa Excelência, também, porque se assumiu aqui hoje como gestor da destituição do Sr. António Lopes, como todos nós ouvimos, e o gestor legal da destituição do Sr. António Lopes. E não me vou adiantar mais nesta contenda até pelo respeito que me merece e, que lhe é devido, como futuro e actual Presidente da Assembleia Municipal. E acho que não vale a pena continuar com um dialecto político para cima de Vossa Excelência até pelo respeito, e sendo eu um conservador, que a sua posição obriga.

Não posso deixar de lhe dizer que o problema antes de ser jurídico é político. E como o problema é político eu votarei contra quer no voto secreto quer no voto de braço no ar porque eu não posso caucionar aquilo que foi uma trapalhada na destituição do Sr. António Lopes.

O Sr. António Lopes tem muitos defeitos, e sou eu o primeiro a apontar e a reconhecer os defeitos que ele tem, mas merecia, pela dignidade que oferece o cargo que Vossa Excelência ocupa, ser destituído de outra forma e só Vossa Excelência achou que esse assunto não devia constar da Ordem do Dia. E se não constava da Ordem do Dia só depois de votada por uma maioria de dois terços dos deputados seria introduzido o Ponto na Ordem do Dia e seria votado.

Vossa Excelência até pode reconhecer que a sentença da Providência Cautelar pode avaliar a questão de outra forma, eu não quero desrespeitar um colega que representou o Sr. António Lopes e não quero estar a fazer considerações, mas foi ali cometido um erro porque o problema não é a votação da destituição do Sr. António Lopes, o problema é saber se o assunto foi introduzido na Ordem do Dia ou não? E não foi! Foi corrido à pressa.

O Tribunal até pode vir a dizer, e eu terei de me reverenciar juridicamente ao Tribunal, que ele foi bem destituído mas mesmo que tenha sido bem destituído juridicamente nunca foi bem destituído politicamente e o Sr. António Lopes não merecia ser destituído nesse dia da forma que foi. Aí sim, eu acho que não dignificámos esta Assembleia Municipal, não dignificámos os nossos cargos e a confiança que os Oliveirenses depositaram em nós.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Depois do que o Sr. Dr. Luís Lagos disse, com mais palavra ou menos palavra, seria isso que eu vinha dizer.

Naquele dia toda a gente sabia tudo e estava tudo correto e legal e agora já está decidido e já veio a sentença. Mas eu com a quarta classe a questionar Doutores e Advogados isso fica-me um bocado complicado! Mas até eu sei que há três graus de decisão. Nos Tribunais há a Primeira Instância, há a Relação e há os Supremos e eu nem sei se este é um caso que dê para isso tudo!

O Sr. Dr. Luís Lagos já disse mais ou menos tudo, mas ninguém diga que dezoito votos que dá aqui a maioria e que trinta e quatro também dá. Se calhar o Sr. Dr. Juiz não tinha lá a máquina de calcular. Eu tive o cuidado, e a elegância, assim que recebi a sentença de a enviar aos líderes dos partidos porque eu ando aqui com clareza e com transparência, não tenho nada para esconder.

Como muito bem disse o Sr. Dr. Luís Lagos isto é político porque quando não se respeitou o voto supremo do povo que foi sufragado nas urnas, porque toda a gente ouviu com muito incómodo eu fui independente.



Eu sou independente e toda a gente sabe que eu politicamente que não pertença a este clube e nunca escondi isso dos Oliveirenses nem nesta Assembleia. A Candidatura era suprapartidária e uma boa parte dos Presidentes de Junta que estão aqui eram de outro partido e vieram nesta candidatura porque era suprapartidária. No dia a seguir às eleições eu tinha que estar aqui caladinho a ver os comboios todos que estava farto de denunciar e bater palmas porque isto é um emprego muito importante e bem remunerado! É uma coisa que não se pode perder de maneira nenhuma!

Toda a gente sabe que eu ando aqui para servir e que não ando para me servir e, portanto, esta argumentação vale o que vale, e da maneira como foi posta, bem sei que somos uns coitadinhos e que não percebemos nada do que estamos aqui a fazer! Até me disseram anteontem que há aqui umas pessoas que de facto apostam muito em arrazoar o António Lopes e estão convencidos que o António Lopes está arrazoado.

Também quero dizer ao Senhor Presidente da Câmara que não tem que dizer “alguns” porque “o alguns” chama-se António Lopes e eu tenho que lhe dizer que o Senhor tem que provar aquilo que afirma e dificilmente o prova!

O que eu tenho a dizer aos Oliveirenses que aqui estão é que eu pugnarei pela democracia neste Concelho, que como os Senhores vêm nunca a vi tão comprometida.

O Sr. Presidente está sistematicamente a dizer que passou a vida toda comigo mas ele é que sabe e ele é que foi eleito para representar o Concelho e nós estamos aqui para bater palmas.

Eu já disse ao Sr. Presidente que o Município é representado pela Assembleia Municipal e por isso é que aqui estão todos os partidos e por isso é que aqui estão os Srs. Presidentes de Junta de Freguesia.

O problema do Sr. Presidente é que ele quer ser responsável por esta Assembleia e esta Assembleia não quer assumir as suas responsabilidades. E eu pergunto o que é que vimos aqui fazer? Então trinta e sete pessoas não vêm mais do que sete para o ajudarem e para contribuírem? Era essa a minha política! Era isso que eu queria fazer!

Vou fazer uma declaração de princípio e daqui por diante eu não voto nesta Assembleia, fica já claro, estou inscrito em todos os Pontos e posso ser o último.

Eu disponibilizei-me para me sentar ali meia hora para viabilizar porque eu não quero prejudicar o Concelho.

Eu já aqui disse: Façam o favor de dignificar esta Assembleia.

O António Lopes sabe muito bem que está demitido desde o dia vinte e oito de dezembro quando se dissociou do projecto. Eu já ando na política há tempo bastante para saber que nesse dia estava fora!

Quando eu fui dizer que foram muito beneméritos até vieram fazer uso disso. É claro, se eu fosse do Partido Socialista, quando eu fiz aquela declaração tinha logo feito aqui um Ponto de Ordem para apresentar à Mesa fazia-se a votação com o consentimento dos dois terços e era de imediato demitido. Isto não é feijões! É assim! Só que não o fizeram! Eu sei que depois de me ter desvinculado do projecto que politicamente que estou demitido! Juridicamente vamos ver se esto?

Quero dizer-lhe já, Dr. Rodrigues Gonçalves, e a toda a Assembleia, que neste momento já está a ser escrito um livro sobre tudo o que aqui se está a passar. E a informação que eu tenho, de pessoas das mais avalizadas, e de quem neste momento me está a acompanhar, dizem-me mantenha a sua calma e deixe-os fazer asneiras e quantas mais fizerem melhor! Portanto continuem!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Nesta minha intervenção quero deixar muito claro que penso pela minha cabeça e que não estou vinculado a nenhuma força política e que quero continuar a manter a minha independência. Não troco a minha liberdade de pensamento por nada neste mundo. Apoiarei sempre aquilo que me parecer mais correto independentemente da força política de origem.

Não quero entrar nas guerras de alecrim e da manjerona mas também não posso ficar calado a assistir àquilo que me parece que em nada dignifica os órgãos municipais nem as pessoas que deles fazem parte. Já é tempo de deixarmos de nos preocupar com questões menores e temos que discutir aquilo que interessa aos Munícipes e ao Concelho.

No meu entender, e porque também procurei informar-me, este Ponto na Ordem do Dia não faz qualquer sentido.

Entende-se por ratificar o confirmar o que foi feito ou aprovado. Ratificar é validar.

Não faz qualquer sentido que um Órgão ratifique uma deliberação que tenha sido tomada pelo próprio Órgão e para a qual esse Órgão tem competência. Só de poderá ratificar uma deliberação desde que para tal seja

competente mas relativamente a uma deliberação tomada por outro Órgão que não este e para a qual esse Órgão não tenha competência para deliberar.

Deixo uma questão e um exercício meramente académico: E se por acaso nesta votação proposta a Assembleia não ratificasse a deliberação anterior? Como ficaríamos?”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Não ficaria bem comigo se não dissesse aqui algumas palavras em relação a este assunto que já muito me satura.

Desde já digo que me irei abster em qualquer uma das votações.

Tendo também dúvidas em todo este processo e reconhecendo a minha ignorância de causa sobre o mesmo. Estando aqui como membro inerente e em representação da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços estando aqui, acima de tudo, para zelar de forma democrática pelos superiores interesses da Freguesia e também do Concelho, sendo eu um defensor dos princípios democráticos e políticos com o respeito pelo próximo e mais do que o verdadeiro socialismo que sempre defendi e que continuarei a defender, e porque penso que todos somos poucos para a defesa dos interesses do Concelho, expresso desde já aqui que me irei abster relativamente a este assunto que se pode considerar sério mas que neste momento de sério já não tem nada.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Manuel Mendes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje vinha para falar pouco porque pensei que a comédia que já começou a algumas Sessões ia continuar e não vale a pena eu participar naquilo que o Sr. Presidente da Mesa me acusa de mais uma palhaçada, mas depois a meio da Sessão pensei: Não! Hoje a Sessão está a correr muito melhor.

Pela primeira vez vi os Presidentes de Junta a reclamarem algo para as suas populações. Porque até aqui tem sido só aplausos e auto-elogios, hoje foram alguns mas até passaram despercebidos. Hoje os Presidentes de Junta e muito bem começaram a reivindicar aquilo que têm direito para as suas populações. Estava para intervir para dar este voto de confiança a todos estes Presidentes de Junta que tiveram a coragem de vir aqui colocar os seus problemas.

Quando não é que no meio disto tudo, que até estava a correr bem, o Sr. Presidente da Assembleia incendeia novamente tudo isto e volta tudo isto à palhaçada.

Além de começar mal, ainda por cima lê mal. Porque o Deputado do PSD, que por acaso é professor, e não leva lições de ninguém, não referiu a palavra palhaçada. Na sua intervenção, e se ler a ata, não fui eu que utilizei a palavra palhaçada. Eu vou ler aquilo que disse, a não ser que quem faz as atas não as transcreva corretamente: *“Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Dr. Luís Manuel Mendes Correia, que fez a seguinte intervenção: A inscrição para usar da palavra não é possível porque na verdade as surpresas são muitas, vimos para uma Assembleia e ninguém sabe sequer o que é que vimos fazer. Como é que eu me posso inscrever para uma situação em que sou apanhado agora de surpresa. Se a Mesa entendeu e teve tempo desde a última Assembleia para entender que não estava em condições democráticas então devia estar na Ordem do Dia para todos virmos preparados para fazer a eleição da nova Mesa.*

*Não compreendo como é que um Ponto desta importância não consta da Ordem do Dia, nem nenhum Oliveirense vai compreender. Continuamos a brincar aqui às politiquices. Oliveira do Hospital não vos vai perdoar, espero eu, que vocês continuem a brincar com isto, fazem as guerras e não digam que o problema é da oposição porque a oposição tem estado caladinha e sossegada. Agora abriram a Assembleia, demite-se a Mesa, e querem fazer uma eleição que não está na Ordem do Dia. Isto é brincar! E vamo-nos recusar a participar no que quer que seja destas brincadeiras.”*

Foi isto que eu disse.

A seguir, e já não é a primeira vez que nesta Assembleia colocam sempre na minha boca palavras que eu não digo. Lembra-se que numa das primeiras Assembleias por causa de uma discussão sobre um Parque de Auto Caravanismo onde só apresentei uma sugestão fui acusado de referir *“especulação imobiliária”*. Na ata seguinte não estava lá nada disso.

Leiam as atas e vejam se essa palavra lá está.

Depois da minha intervenção é que veio alguém do PS, vocês do PS é que deitam os foguetes e apanham as canas, e veio-me acusar e dizer isto: *“Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:*

*Eu penso que foi muito infeliz há pouco o termo utilizado e a expressão utilizada pelo Sr. Deputado do PSD que aqui interveio. Quero dizer-lhe Sr. Deputado que aqui não há “palhaços”, aqui há pessoas sérias.”*

Então, quem é que utiliza a palavra “palhaço”? Sou eu ou é o Sr. Eng.º Carlos Maia?

A seguir eu intervim, e eu não me importo de assumir que isto é uma palhaçada, como assumo hoje, e continua a ser uma palhaçada porque se está tudo correto estamos a brincar outra vez com isto. Se está tudo correto este Ponto não tem lógica nenhuma. Vocês querem é palhaçada e nós vamos manter o mesmo voto que tivemos porque na verdade isto não faz sentido. Se está tudo correto continuamos para a frente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar eu quero dizer, e como se costuma dizer eu quero passar o filme atrás, para chegar ao ponto que eu quero.

Eu quero lembrar a esta Assembleia que quem criou condições para todo este imbróglio e para toda esta situação não foi o Partido Socialista. Eu vou dizer-vos quem foi porque toda a gente sabe! Foi o Sr. António Lopes, que em dezembro disse ali naquela mesa que está fora deste projecto político do Partido Socialista, como ainda há pouco o aqui referiu. E depois, vem a seguir, *quicá* os arautos da verdade e das situações criar um facto político. E quem é que criou um facto político numa conferência de imprensa dada aqui foram os Senhores do PSD e foi o Sr. Dr. Luís Lagos. Toda a gente sabe disto! E assim foram criadas todas as condições para virem resultar nesta situação e agora não venham acusar o PS porque o PS esteve sempre de boa fé. O PS aguentou o Sr. António Lopes até onde pôde e foi capaz perante as atrocidades que ele andou a fazer. Foi o Sr. António Lopes e mais toda a oposição que criaram este problema. Agora têm que se deitar na cama que fizeram.

Quero dizer ao Dr. Luís Lagos que o Senhor é formado em direito e fica-lhe muito mal ter posto em causa e ter utilizado os termos que utilizou em relação ao Dr. Rodrigues Gonçalves.

Será que há dúvidas? Quando numa Providência Cautelar se diz que resulta da Lei que para a destituição de qualquer membro da Mesa da Assembleia que basta uma maioria simples dos membros eleitos, neste caso aqui são dezoito e votaram vinte e quatro a favor da destituição.

O Dr. Luís Lagos referiu aqui a Ordem de Trabalhos e o Juiz diz “*não sendo líquido que para a apreciação de uma proposta nesse sentido haja a obrigatoriedade de inscrição prévia do assunto na Ordem dos Trabalhos*”.

Portanto, nada foi ilegal, os Senhores é que quiseram transformar tudo isto numa ilegalidade e o resultado está aqui.

A Senhora Procuradora da República diz aqui “*outra coisa resulta do artigo 47º, nº 2, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterado pela Lei 5-A de 11 de fevereiro, que prescreve ser possível destituir os Membros da Assembleia Municipal em qualquer altura por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da Assembleia, o que efectivamente aconteceu no caso em análise.*”

Mas diz mais Sr. Dr. Luís Lagos: “*Sendo assim é forçoso concluir que não foi cometida qualquer irregularidade na deliberação tomada inexistindo qualquer fundamento para a impugnação das deliberações tomadas na Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital de vinte e seis de abril.*”

O Senhores Juristas e o Sr. Dr. Luís Lagos ainda têm mais dúvidas? Leia a Lei. O Senhor António Lopes disse sempre desde o início, como os senhores também disseram, que tudo isto foi ilegal! Então onde é que está a ilegalidade? Onde é que está a palhaçada? A palhaçada é isto que é julgado numa Procuradoria?

Também quero dizer ao Sr. Deputado, e eu exijo que na ata seja transcrito porque está de certeza na gravação o termo palhaçada que o Senhor aqui utilizou. Eu exijo isso! Porque se eu fiz a intervenção a seguir que fiz é porque o Senhor utilizou, efectivamente, o termo palhaçada e eu exijo que isso seja repostado na ata porque de certeza que está na gravação.

Meus amigos, tenham a seriedade e tenham a coragem, se forem capazes, de pedirem desculpa a esta Assembleia Municipal, a quem votou dessa maneira, pelos factos que vocês aqui intitularam de palhaçadas e de outras coisas mais.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“A esta Assembleia Municipal, da qual eu tenho orgulho de pertencer, já ouvi elementos passar atestados de incompetência, não a um ou a dois de nós, mas sim a este Órgão que merece o respeito e o empenho de todos.

Já ouvi acusações de ilegalidades, já ouvi sermos acusados de interesseiros, como se cá andássemos só por uma Senha de Presença.

E hoje continuo a ouvir acusações, maledicência e é caso para dizer que o orgulho comanda e a verrina impera.

Por isso dirijo-me a vós como mero Munícipe: Se já ouvimos intervenções úteis, limpas e inteligentes porque não tomá-las como exemplo e fazer delas uma constante?

Tanto quanto pude perceber houve quem não aprovasse a destituição do anterior Presidente da Assembleia Municipal. Estão no seu direito! Assim como este Órgão esteve no seu direito de o destituir num processo que, de um modo ou de outro, teve acções de todos os partidos aqui representados.

Ter espírito democrático envolve aceitar a vontade comum representada pelos Deputados e Presidentes de Junta aqui presentes. Mas ter espírito de missão significa, independentemente das circunstâncias, mobilizar esforços pelo bem do Concelho.

E no entanto ouço Deputados a avaliar isto como um problema de forma e não de conteúdo. Até agora, falta espírito democrático e espírito de missão. Até agora vejo que o bem do Concelho é um mero pormenor num cenário geral de causas pessoais ou de argumentos ociosos ou de objectivos inúteis.

Minhas Senhoras e meus Senhores, contrariamente ao que já aqui foi dito e reiterado, isto não é uma palhaçada, nem eu aceito quem queira fazer disto um “circo”! Assim como nenhum de nós deve aceitar, sob prejuízo da nossa própria dignidade.

O Presidente da Assembleia Municipal não é directamente eleito pelos Munícipes, é eleito pelos Membros da Assembleia Municipal, podendo ser destituído a qualquer momento.

Será que não basta?

Será que a Mesa, tendo abertura para vir resolver definitivamente este romance, merece ser penalizada por isso?

Se as coisas não são debatidas, é um problema! Mas de as coisas são debatidas também é um problema!

Será tão difícil conceber que há aqui elementos que não estão de má fé!

Será assim tão difícil conceber que há aqui elementos que têm realmente como prioridade o bem do Concelho de tal modo que possamos de uma vez por todas resolver este romance que está a entrar num processo eterno.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Utilizando um pouco o registo que o Deputado Dr. André Pereira acabou de nos passar eu queria dizer o seguinte:

O Dr. Luís Lagos referiu questões legais. O Senhor fala muito bem mas se quer que lhe diga, nem sempre o conteúdo daquilo que diz está de acordo com a perfeição do seu discurso e isso, infelizmente, é um mal da direita.

Diz o Senhor que o Sr. António Lopes merecia ser destituído com dois terços, mas o Tribunal diz o contrário. Portanto, aquilo que o Senhor entende que ele merecia eu respeito só que o Tribunal diz o contrário e por isso não vale a pena estarmos a perder mais tempo com isso.

O Sr. António Lopes vitimizou-se e eu também já lhe disse a si, Sr. António Lopes, que farei tudo para que saia desta situação com dignidade. Nunca permitirei enquanto estiver aqui que seja diminuído enquanto pessoa. Estamos a apreciar o seu comportamento enquanto julgador de tudo aquilo que foi aqui dito. Considerou aqui, sempre, que nós estávamos a actuar com várias ilegalidades e vem o Tribunal e diz o contrário. É só isto que com toda a humildade lhe quero dizer.

Quanto ao Sr. António Soares, que teorizou um pouco sobre a ratificação, nós conhecemos o que é uma ratificação. Nós estamos, e estivemos sempre, aqui de boa fé. O nosso único objectivo é tornar estável de futuro as deliberações anteriores e acabar com esta questão processual. O nosso objectivo é acabar com isto, meus caros amigos!

Se há aqui quem queira, ou quem ache, ou quem pretenda continuar com este romance, não é esse o nosso objectivo. Portanto, não vejam aqui qualquer sobrançeria ou outro qualquer tipo de pretensiosismo. Nós queremos acabar com este romance. É só isso, mais nada!

O Sr. Deputado Luís Correia diz que não disse que isto é uma palhaçada. Eu tenho já aqui três ou quatro recortes de jornais em que aparece o seguinte: “isto é uma palhaçada, considerou o líder da bancada laranja, Luís Correia.”. Outro diz: “não vamos participar nesta palhaçada, registou o Deputado Municipal”.

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção para pedir os seguintes esclarecimentos:

“Sr. Eng.º Maia, eu fiquei convencido que quem é formado em direito é o Senhor. Afinal não sou eu! Pelo que aqui ouvi, acredite que fiquei plenamente convencido que o jurista não sou eu, e tenho que lhe tirar o chapéu!



Veio aqui afirmar, o que lhe agradeço, que o pai da criança sou eu. E eu andava convencido que quem mandava no Partido Socialista era Vossa Excelência!”

Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação o Ponto II - Ratificação das seguintes deliberações da Assembleia Municipal:

- Da destituição do Sr. António dos Santos Lopes de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal;
- Da eleição da Mesa;
- Das deliberações tomadas na sequência da destituição e eleição da Mesa.

A primeira votação, efectuada por voto secreto, referente à ratificação da deliberação da destituição do Sr. António dos Santos Lopes de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, foi aprovada com vinte e cinco votos a favor, cinco votos contra, três votos brancos e duas abstenções.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto relativa à primeira votação:

“Como acabámos de assistir nós continuamos num processo que as pessoas entendem que é legal.

Para mim é um processo em que a razão da força se sobrepõe à força da razão e, mais uma vez, naquilo que é a essência da democracia, como digo cheguei aqui pelo voto popular, fui só o Presidente da Assembleia eleito, até hoje, com mais votos neste Concelho e três meses depois, ou quatro ou cinco meses depois, não se teve em conta o voto popular.

Os atos ficam com quem os pratica e não é por aí que eu estou demasiadamente preocupado. Ficámos a saber a consideração que o Partido Socialista tem pelo voto dos Oliveirenses.

Segunda questão: Como eu disse há pouco, eu quando ouvi falar neste Ponto fiz questão de tomar posição pública de que estava disposto a facilitar para que não ficassem aqui a correr riscos ao longo dos tempos, se como eu espero, e tenho quase a certeza, me vier a ser dada razão no fim. Como dizia há pouco o Sr. António Soares eu pergunto, como é que depois esta Câmara e o Partido Socialista ficam se daqui a um ano, ou um ano e meio, me vier a ser dada razão de que tudo o que aqui se andou a fazer for ilegal?

Eu fiquei com os meus orgulhos e não abduco porque era a minha função enquanto Presidente da Assembleia que esta Assembleia que eu saísse, não por

mim, mas pela dignidade do Órgão, e o Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves que é advogado, deve saber que há um princípio essencial que é a defesa do acusado. A mim não me foi dada nenhuma hipótese de defesa e fartei-me de perguntar até hoje de que é que me acusam e nunca ninguém me respondeu.

Porque é que eu fui para a rua?

O que é que eu fiz contra o Concelho?

O que é que eu fiz de contrário àquilo que me comprometi?

E tomei a atitude que tomei precisamente porque vi as pessoas desviarem-se daquilo que nos tínhamos comprometido.

O que eu quero que fique claro é que eu estive aqui humildemente e disponível para arranjar uma solução que acabasse com tudo isto, essencialmente para não prejudicar o Concelho.

Como cidadão, como defensor da democracia, e na qualidade de Presidente da Assembleia porque tinha até ao momento a obrigação de zelar pela legalidade eu entendi pelo prestígio da Assembleia porque os que estes Senhores fizeram, e lá saberão porquê, foi por o Presidente da Assembleia na rua como se põe um cachorro.

Pela dignidade da Assembleia e pelo respeito pela maior votação de sempre para o Presidente da Assembleia Municipal que houve neste Concelho em democracia, achava eu que pela Assembleia e pelos eleitores que me era devido um outro respeito e uma outra forma de tratar os problemas.

O que aqui se está a discutir não é a votação. O Sr. António Lopes sabe muito bem que a maioria desta Assembleia são dezanove. O Sr. Dr. Juiz diz que são dezoito porque ele sabe que mesmo que eu ganhe meia hora depois eu vou para a rua na mesma.

Quero que os Oliveirenses saibam que eu estive aqui humildemente e engolindo parte do meu orgulho para viabilizar o interesse do Concelho.

Como se verificou aqui o Partido Socialista está aqui para esmagar. Quem não tem nada a perder sou eu porque não tenho responsabilidades na governação e vou ter pretexto para andar aqui um ano a lutar pela legalidade e depois logo se verá.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte declaração de voto:

“Obviamente que eu tinha que votar a favor porque não podia deixar de fazer outra coisa quanto à ratificação da destituição do Sr. António dos Santos Lopes de Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal em qualquer parte deste País não é eleito directamente pelos votos de ninguém. É eleito, pura e simplesmente, pelos Membros da Assembleia Municipal.

Parece impossível! Como é que o Sr. António Lopes tem o desprante de dizer que ele vale mais de oito mil votos! Até parece que ele concorreu sozinho na lista da Assembleia Municipal.

Será que ele não tinha por trás o símbolo partidário que era o símbolo do partido Socialista! Será que isso também não vale nada? Só ele é que vale?

Bom, vamos ter aqui alguma noção e bom senso das coisas!

Sr. António Lopes, ponha-se no seu lugar, o Senhor é um Membro desta Assembleia Municipal como eu sou e qualquer um de nós.

O Senhor foi eleito não pelos votos lá de fora dos Oliveirenses mas foi eleito aqui dentro desta casa pelos Membros que estão aqui nesta Assembleia Municipal. Foi por essas pessoas que o Senhor foi eleito e por mais ninguém e foi a maioria desta Assembleia que o destituiu, tal como o elegeu. E é isto que a Lei diz! O Senhor não queira dar a volta à questão porque não consegue dar a volta à questão.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Eu só queria fazer uma pequena correção: Sr. António Lopes eu não coloquei a questão no sentido de que como é que ficaria esta Assembleia se lhe fosse dada razão. Eu não disse isso! Eu disse apenas: façamos um exercício meramente académico: E se por ventura a Assembleia não ratificasse as deliberações em causa? Foi isto que eu disse. Não foi o que o Sr. António Lopes disse que eu tinha dito.

É uma questão de correção e as coisas têm que ser claras.”

De seguida procedeu-se à segunda e terceira votação do Ponto II - ratificação da deliberação da eleição da Mesa e ratificação das deliberações tomadas na sequência da destituição e eleição da Mesa.

A segunda votação referente à ratificação da deliberação da eleição da Mesa, efetuada por voto secreto, foi aprovada com vinte e cinco votos a favor, três votos contra, cinco votos brancos e duas abstenções.

A terceira votação, efectuada de braço no ar, referente à ratificação das deliberações tomadas na sequência da destituição e eleição da Mesa, foi aprovada por maioria, com um voto contra e três abstenções.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“É só para dizer, e para que fique registado em ata, e em coerência com o que disse anteriormente, naturalmente, e não é por desrespeito a esta Assembleia pela votação que fez, é por uma questão de lógica e de legitimidade que eu entendo e portanto eu quero deixar dito que continuarei o processo judicial conforme já foi anunciado, e é só para que isso fique registado em ata.”

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição das Medalhas de Ouro e Medalhas de Mérito Municipal.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Fiel ao que tenho vindo a dizer, naturalmente eu não vou tomar posição daqui para diante em nenhuma votação e portanto fica já dito que a minha votação é sempre de abstenção para todas as votações sejam elas quais forem.

O que eu quero dizer, e porque também quero que isso fique registado em ata para que não haja dúvidas, eu não tenho nada contra nenhuma das propostas que estão feitas, já o disse publicamente e até porque conheço bem as entidades e as pessoas, é o ano em que eu conheço melhor as pessoas que foram propostas. Votaria favoravelmente e com aclamação em qualquer das pessoas.

Quanto ao Eng.º Belmiro de Azevedo, eu não quero entrar nas polémicas se a fábrica polui ou não polui, há sempre danos colaterais, e o Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo também não precisa de louvores meus, é uma pessoa sobejamente conhecida de toda a gente.

Se eu votasse votava favoravelmente também, contudo, a única reserva que eu tenho é que o Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo já escusou duas vezes, do que me é dado saber, para ser proposto. Ele disse que não.

Há um princípio nestas coisas de que medalhas, condecorações e honrarias não se pedem nem se rejeitam porque ao rejeitar nós estamos a minimizar quem nos convidou.

Portanto, se o Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo não aceitou, eu considero que ele minimizou o Concelho.

Eu acho que quem está aqui para representar o Município está para representar o Município e não está para as suas ideias e nesse contexto e por causa disto eu acho que não devia ter sido sequer convidado. Só por essa questão, porque já rejeitou duas vezes. Considero que isso foi uma desconsideração ao Concelho.

Só quis marcar esta posição para que isto fique claro porque é uma questão de ética que está associada às condecorações e por isso eu não o teria feito. Se fosse a primeira vez que ele fosse convidado, naturalmente, eu não faria esta reserva.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Não tenho nada contra as pessoas que são propostas para serem agraciadas no dia sete de outubro, pelo contrário, no entanto a Assembleia de Freguesia de Meruge aprovou no dia trinta de abril de dois mil e catorze uma proposta que enviou à Câmara Municipal para agraciar o Dr. Vicente da Costa Pinto. Cidadão que nasceu no dia um de maio de mil novecentos e vinte e quatro em Meruge e que fez este ano noventa anos. É um Merujense que nunca esqueceu a sua terra natal. Dizia ele que enquanto pode conduzir todos os meses tinha que ir a Meruge para ganhar energias para trabalhar durante o mês. Destacou-se como Veterinário Municipal no Concelho de Arganil, foi Veterinário da Independência Pecuária de Coimbra, Diretor Regional da Agricultura da Beira Litoral, primeiro Diretor do Parque Natural da Serra da Estrela, responsável pela elaboração do programa de ovinicultura para a criação de mercado do queijo Serra da Estrela, que nós aqui tanto falamos, Delegado do livro genológico da ovelha bordaleira da Serra da Estrela.

Na Assembleia de Freguesia irão perguntar-me se a Câmara Municipal já tem alguma resposta e eu não sei se a proposta foi tida em consideração e se

reúne ou se não reúne as condições para ser agraciado ou se fica para eventuais anos seguintes.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Eu só queria dizer aqui duas coisas. Primeiro queria dar os parabéns à Câmara pela lembrança da homenagem à costureira porque já foram homenageados aqui vários empresários da indústria têxtil e só há empresários da indústria têxtil se houver costureiras.

Eu estou ligado ao sector têxtil e a empresa de que faço parte só funciona porque temos costureiras e felizmente que no nosso Concelho a maior entidade empregadora é no sector têxtil.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto eu penso que a Câmara escolheu bem e também fez bem em ouvir os partidos representados nesta Assembleia que deram o seu contributo.

É agradável, no Concelho que temos, ver que foram feitas várias sugestões mas, a Câmara Municipal não poderia estar a condecorar vinte pessoas ou entidades.

Como haverá mais anos e haverá mais dias sete de outubro com certeza que nos próximos anos serão condecorados porque também o merecem.

É gratificante para nós, Oliveirenses, sabermos que temos neste Concelho tantas pessoas que dão o seu contributo, que se esforçam pelo Concelho e que levam o nome deste Concelho bem longe e por isso mesmo eu acho que este tipo de condecorações é merecido.

Estas votações são importantes para as pessoas condecoradas para saberem que houve uma votação por unanimidade. Era esse apelo que eu vinha fazer aqui. As condecorações têm um outro valor, e serão recebidas de uma forma diferente pelos agraciados, se elas forem votadas por unanimidade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer que havia, haverá e há no Concelho de Oliveira do Hospital muito mais pessoas propostas para serem agraciadas no dia sete de outubro. Como metodologia para esta escolha convidámos os partidos com

representação na Assembleia Municipal e convidámos também o representante do Partido Comunista Português, o Prof. João Dinis.

Na minha opinião estas medalhas não têm cor partidária porque não são medalhas para homenagear Socialistas ou pessoas do CDS ou Comunistas. As medalhas são para homenagear pessoas que se distinguiram e muitas vezes a visão sobre essas pessoas é diversificada.

Hoje poderíamos ter cinquenta pessoas para homenagear e isso demonstra também a nossa riqueza.

Os nomes e as entidades escolhidas resultaram de um debate coletivo.

Quero também dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge que levei à reunião de Câmara a carta que a Assembleia de Freguesia de Meruge nos enviou. O nome do Dr. Vicente da Costa Pinto também foi discutido e o que ficou combinado foi propor para o próximo ano o nome do Dr. Vicente da Costa Pinto e também se discutiram outros nomes e instituições.

Entendemos que o número de homenageados também não pode ser excessivo. Há quem diga que mesmo este número já é excessivo. Eu penso que não. Na minha opinião, e se tivéssemos possibilidade, ainda poderiam ser mais duas pessoas ou entidades.

Há um nome que gostaria de ter proposto para receber uma medalha e que não propus devido à limitação do número de homenageados, que já hoje aqui foi recordado, que era o Prof. Joaquim Carvalheira de Almeida que foi um grande Autarca da minha Freguesia, um grande amigo e que foi também meu professor. É um homem que eu enquanto Presidente do Município gostaria de homenagear até porque foi meu professor e teve muita influência na minha vida. Foi também Autarca e dedicou-se muito à minha população.

Estes nomes foram aqueles que escolhemos em consenso. O PSD também foi convidado mas o Prof. Luís Correia não teve possibilidades para estar presente e também não houve possibilidade para o substituir.

No próximo feriado Municipal, no dia sete de outubro faremos também a inauguração do Mercado Municipal e da Central de Camionagem e pela primeira vez a Sessão será realizada na Casa da Cultura não será feita aqui neste Salão Nobre porque este espaço não é suficiente. Nos últimos anos têm ficado muitas pessoas de pé durante a Cerimónia.

Como sabem os melhores alunos das nossas escolas também vão receber os seus diplomas e prémios e por isso resolvemos que esta Cerimónia se irá realizar na Casa da Cultura.

Faremos aqui a subida da nossa bandeira e será tocado o hino Nacional mas depois passaremos para a Casa da Cultura para que as pessoas tenham outras condições.

Quero também dizer que até hoje o Eng.º Belmiro de Azevedo nunca foi convidado pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital para receber qualquer tipo de medalha.

O nome do Eng.º Belmiro de Azevedo foi indicado há dois anos pelo PSD através de um ofício onde indicava também um conjunto de outros nomes.

Este convite ao Eng.º Belmiro de Azevedo foi feito aqui na Câmara Municipal aquando de uma reunião e quero dizer que o Eng.º Belmiro de Azevedo apesar de só ter aceiteado uma medalha no Brasil e outra em Espanha aceitou esta medalha e disse que teria muita honra em receber esta homenagem e de estar aqui connosco.

Esta homenagem ao Eng.º Belmiro de Azevedo é um motivo de orgulho apesar de alguns dizerem que a medalha dele é uma ilegalidade como são as outras mas eu tenho a certeza que as medalhas são legais e que as pessoas terão muito orgulho em recebe-las.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, e depois de efetuada a votação nominal por escrutínio secreto relativamente ao Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta da Câmara Municipal para atribuição das Medalhas de Ouro e Medalhas de Mérito Municipal, foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria e com três votos brancos, atribuir a Medalha de Ouro Municipal à IRSIL - Silva & Irmãos, Lda;

De igual modo foi deliberado por esta Assembleia Municipal, por maioria e com três votos brancos, atribuir a Medalha de Ouro Municipal ao Exmo. Sr. Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“A declaração de voto é para dizer muito pouco.

Aqui comigo não há alguns. Eu quando digo as coisas têm que ter nome.

O algum é o António dos Santos Lopes e, como disse, vai saber o Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo porque ele é uma pessoa adulta e idónea e saberá o que fazer. Eu quero é que seja informado



Eu não digo alguns, digo nomes. O Sr. Presidente da Câmara convive mal com a verdade e isso também é um dado adquirido. As interrogações que foram feitas há pouco ele também não quis responder.

O Sr. Presidente da Câmara sabe muito bem, porque foi comigo, que se sondou o Sr. Eng.º Belmiro de Azevedo através do Sr. Dr. Nabais e sabe qual foi a resposta dele que se desculpou e que estava ausente. Mas eu dou isso de barato e tenho a informação que já no tempo do Prof. Mário Alves aconteceu o mesmo.

Outra questão que eu queria chamar à atenção porque aqui a legalidade é uma coisa que, enfim ... Segundo o artigo 4º do Regulamento das Medalhas estas condecorações são uma deliberação conjunta da Câmara e da Assembleia. Não se cumpre a Lei onde se deve, já assim foi no 25 de Abril e não discursaram as pessoas da Assembleia e discursaram os dos partidos. Para mim é uma novidade.

Tudo bem, democraticamente não tenho nada a opor mas isto tem regras e se é a Assembleia são os Membros da Assembleia, e quem cá está representado e quem ganhou o voto para cá estar, que tem direito de falar, e fala, e quem não tem o direito para cá estar não fala porque depois os que têm direito às vezes ficam sem resposta como os Senhores têm visto.

Portanto foi uma cultura que eu tentei cá pôr e nunca consegui e há aí até uma ata onde se diz que a Câmara propõe e a Assembleia ratifica e não é isso que está no Regulamento. O que está no Regulamento é que é uma deliberação conjunta. E por isso é que eu acho que deve ser uma deliberação conjunta e sempre defendi que estas medalhas deviam ser dadas por unanimidade porque quando a pessoa vem receber sabe que há dois ou três que não gostam de mim. Tenho defendido isso enquanto era Presidente e continuo a defender.

Deveria fazer-se um esforço para que estas medalhas sejam discutidas e para que sejam consensuais para serem votadas por unanimidade que seria de facto o ideal.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Só quero informar que foi uma deliberação conjunta e que também foi alargada ao Partido Comunista. Nós convidámos os representantes dos partidos políticos com assento na Assembleia e os elementos da Câmara e por isso foi uma ação conjunta.”

Seguidamente foi efetuada a votação nominal por escrutínio secreto para a atribuição das quatro Medalhas de Mérito Municipal:

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com um voto branco e três abstenções, atribuir a Medalha de Mérito Municipal à Exma. Sr. Dra. Maria Adelaide Nunes da Silva Freixinho;

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto branco, atribuir a Medalha de Mérito Municipal à Exma. Sr. Prof. Maria Teresa Andrade Saraiva Gouveia Serra:

A Assembleia Municipal deliberou por maioria, com um voto contra, um voto branco e duas abstenções, atribuir a Medalha de Mérito Municipal ao Exmo. Sr. Eng.º António Vasco Figueiras Ferreira:

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com um voto branco, atribuir a Medalha de Mérito Municipal à Costureira da Indústria de Confeção.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Os próximos cinco Pontos da Ordem do Dia, nomeadamente os Pontos IV, V, VI, VII e XV, são referentes a atribuições de subsídios às Juntas de Freguesia e se estivessem de acordo faríamos a discussão em conjunto e depois faríamos a votação em separado para podermos ganhar tempo.”

De seguida iniciou-se a apreciação dos seguintes Pontos:

Ponto IV - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um Subsídio à União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira;

Ponto V - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Aldeia das Dez;

Ponto VI - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Seixo da Beira;

Ponto VII - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Meruge;

Ponto XV - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Eu ia fazer essa proposta. Que me desconte vinte por cento do tempo e em vez de vinte e cinco minutos fico com vinte.

Diz-se que são os jornais que fazem números mas o que é verdade é que vêm aqui cinco subsídios e são todos para festas.

Naturalmente que eu não tenho nada contra as festas, se puder ir à da Castanha eu vou, até porque gosto do Santuário e gosto daquele pessoal. À Festa do Porco tradicionalmente não vou apesar de ser gente do meu lado.

Isto para dizer que não vale a pena remar contra a maré. São estas as prioridades.

Eu também não sou contra as festas e acho que há aí uma ou outra que está mal compensada, é o caso do Seixo porque em termos de movimentação de gente parece-me que não movimenta menos do que algumas destas e o subsídio é menor. Não se diga que é uma defesa ao Batista, é uma defesa aos números que lá vejo, ainda por cima deu direito a banho público e por isso merecia um subsídio mais avantajado.

Naturalmente, eu não voto, como já disse, mas votaria sempre dizendo que eu acho que é tempo de se começar a ver esta política e a estabelecer as prioridades porque anda aí a morrer muita gente sem remédios e foi com essas que eu me comprometi. O meu “tudo pelas pessoas” era a pensar nessa gente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não vou entrar aqui em termos comparativos com ninguém porque não é essa a minha maneira de estar. Mas chamar ao evento Feira do Porco e do Enchido uma festa penso que não está correto por tudo aquilo que temos feito na promoção da Freguesia, do Concelho e da região e isto é reconhecido pela maior parte das entidades. Senão vejamos:

A Feira do Porco e do Enchido é uma marca turística e como exemplo eu faço esta questão: Alguém aqui conhecia o arroz de suã?

Sempre que a televisão aqui vem quase todos os restaurantes o apresentam como prato regional e o arroz de suã é uma marca da Feira do Porco e do Enchido tal como os enchidos.

Os enchidos estavam esquecidos e ninguém se lembrava dos enchidos se não fosse a Feira do Porco e do Enchido, e isso dá muito rendimento às famílias, até já houve empresas que se criaram graças a essa promoção, e isso é uma marca que nós devemos preservar. É fonte de receita e gera movimento.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Obviamente que quanto a esta atribuição de subsídios eu estou de acordo e aquilo que se diz das festas, e as coisas que acusam a Câmara Municipal de patrocinar por esta via, só quem realmente não vai às festas e não vê o que se lá passa e eu falo concretamente da festa da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira. Não se faz uma festa só por fazer. Esta festa serve para promover nomeadamente o artesanato local. Também se convidam as Associações locais para estarem presentes e para promoverem as suas atividades e as pessoas gostam, quer queiramos quer não. Tanto gostam que aderem da forma que aderem. Não sei o que é que se pretende quando se critica isto.

Vou pedir permissão à Mesa para fazer uma retificação e para repor a verdade. Está aqui na ata, e efetivamente na ata não transcreve na íntegra o que efetivamente se passou na Assembleia, e que o Deputado do PSD e da afirmação que fez, porque não refere a primeira vez da história da palhaçada. Porque na intervenção, na página onze da ata, na intervenção do Sr. Deputado Luís Manuel Mendes Correia, ele diz o seguinte: “*Eu só quero responder ao Senhor Deputado*”, e estava a referir-se a mim, “*Volto a repetir exatamente aquilo que disse: Isto é uma palhaçada.*”

Eu quero que seja repostado na ata a primeira intervenção da palhaçada que lá não consta.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar uma breve explicação sobre os subsídios: Há quem confunda as festas do Município, que são relativamente poucas, com as festas das Freguesias, criando a ideia que isto é só festas no Concelho e que o dinheiro é todo mal gasto nestes eventos.

No passado defendiam toda esta dinâmica do Concelho com garra e hoje, os mesmos, dizem o contrário. Isto é aquilo que se chama realmente uma coerência política intacta.

Penso que este trabalho que as Freguesias têm feito é de grande qualidade. O Presidente da Junta de Meruge referiu que tem na sua Freguesia um grande evento e este subsídio, de nove mil euros, é uma forma de colaborarmos com a Freguesia e ajudar no evento que conseguiram organizar e conquistar com as suas gentes. Também todos os outros subsídios são atribuídos dentro da mesma lógica.

A Câmara Municipal não suporta a totalidade dos gastos destes eventos porque a Festa do Porco e do Enchido não custa nove mil euros. Os outros subsídios se os compararmos com o evento da Freguesia de Meruge, se calhar, a Freguesia de Meruge ficaria prejudicada.

Há algumas iniciativas que já vêm de trás e que nós temos acarinhado mas tenho que dizer que a Junta de Freguesia de Seixo da Beira, na Feira dos Bolos e das Bolas, o ano passado teve de subsídio de dois mil euros e este ano dobrámos o subsídio para quatro mil porque a feira também melhorou. Sem dúvida nenhuma que este ano a feira do Seixo teve muita qualidade.

Falta ainda aqui um subsídio que também o teremos que atribuir por uma questão de justiça que é o subsídio para a Festa das Sopas, organizada pela Junta da União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

Temos que rever a forma de organização destes eventos porque a Câmara Municipal tem disponibilizado muitos meios, que são custos indiretos, e no futuro as Juntas de Freguesia vão ter que arranjar pessoal para a montagem/construção das feiras.”

Não havendo mais intervenções, foram os seguintes Pontos Colocados à Votação:

Ponto IV - Aprovação, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro da atribuição de um Subsídio à União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Ponto V - Aprovação, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Ponto VI - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Seixo da Beira, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Ponto VII - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Meruge, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Ponto XV - Aprovação, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da atribuição de um Subsídio à Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte declaração de voto:

“Eu não ia fazer a declaração de voto mas, como eu digo, é a tal política, porque se dissessem o meu nome davam-me o direito à defesa da honra, pode ser uma medida inteligente e há que reconhecer também os méritos ao adversário.

O problema é que as pessoas têm uma certa dificuldade em entender um conjunto de coisas.

Daqui a pouco vamos votar aqui um Ponto que são mil e duzentos euros e vem aqui para nós decidirmos.

Esta história das festa é tudo uma maravilha mas eu propus aqui na Assembleia passada o apoio à família e disseram que cento e oitenta mil euros que era muito dinheiro.

Sobre a EXPOH ouvi uma declaração na televisão que se tinham gasto cinquenta mil euros e li nas atas da Câmara que se tinha gasto noventa e quatro e meio e ainda não sei quanto é que aquilo custou.

Portanto, vamos lá ver, se não parece que o António Lopes está aqui na crítica só pela crítica.

Eu volto-lhe a dizer que há pessoas a passar fome e que estão a morrer porque não têm dinheiro para remédios e eu não estou a dizer que estou contra as festas. É bom que as coisas fiquem claras. Eu não sou contra os relvados, nem sou contra a bola.

Estou a dizer é que o dinheiro não chega para tudo e que manda a prudência, e o que eu disse é que o meu compromisso com as pessoas era com

os mais necessitados e com os que têm doenças e que não se conseguem virar na vida e não é com os que andam a jogar à bola. Vamos ver se a gente se entende! E eu não estou a dizer que não devem jogar a bola.

Eu sei bem o que disse e mantenho. É melhor fazer um campo de futebol do que abrir uma cadeia. Eu sei bem o que é que disse e não há nenhuma contradição naquilo que eu digo.

O que me dizem é que não pagam às Juntas e que não pagam às Associações porque não há dinheiro e depois a gente vê aqui esta coisa.

Vamos lá ver se nos entendemos porque isto é dinheiro público e é dinheiro para ser utilizado a apoiar a ESTGOH. Como eu há pouco disse para apoiarmos as famílias cento e oitenta mil euros é muito e depois queremos cá alunos daqui a uns anos.

O António Lopes antigamente era a favor disto tudo e agora é contra. Antigamente o Senhor tinha outro dinheiro que não tem hoje e se não tem o mesmo dinheiro não pode fazer as mesmas políticas.

Vamos lá ver se nos entendemos e se somos sérios nestas coisas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Só vou dar aqui uma nota sobre as Associações: A Câmara Municipal acaba de adiantar à Associação Desportiva Nogueirense dois duodécimos que só seriam pagos em outubro e o outro em novembro assim como adiantou um duodécimo ao Oliveira do Hospital que era só para ser pago no dia dois de outubro. Estão aqui os subsídios em atraso da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Para alguns pagar adiantado é considerado atrasado.

Sobre as Juntas de Freguesia todos os subsídios estão pagos e há outra parte dos subsídios que serão pagos em outubro porque é isso que está combinado com as Juntas de Freguesia. O resto é conversa e é conversa fiada.”

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e Votação dos Contratos Interadministrativos com as Freguesias referentes a refeições escolares nos termos do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente aos Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia no que diz respeito às refeições escolares, dizer o seguinte para que todos percebam a existência deste documento: O que têm na vossa mão é o protótipo de um Contrato Interadministrativo que depois é adaptado de acordo com a situação de cada Junta de Freguesia. A Mesa da Assembleia Municipal tem os vários contratos administrativos já adaptados a cada realidade.

Os Contratos Interadministrativos surgem hoje porque face à dimensão e o valor, que aqui foi falado na última reunião de Assembleia, que envolve este serviço de refeições prestado pela Câmara Municipal, que é uma das competências no âmbito da área da educação, refeições essas que dizem respeito ao pré-escolar e ao primeiro ciclo. É um valor que envolve mais de setenta e cinco mil euros, daí que a Câmara Municipal teria, de acordo com aquilo que é a Lei da Finanças Locais, que fazer um concurso internacional. Preocupados com manter o serviço de qualidade e refeições de qualidade e manter o posto de trabalho das nossas instituições e manter o aproveitamento de infraestruturas, porque as instituições que até agora serviram estas refeições alargaram as suas cozinhas, alargaram os recursos humanos especializados e que até agora têm primado pela qualidade, a quem a Câmara Municipal tem vindo a agradecer pela forma empenhada e profissional como têm prestado este ótimo serviço.

O Executivo em permanência entendeu que a forma legal de poder ultrapassar o concurso internacional era passar a transferência de competências através da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para as Juntas de Freguesia. Este procedimento foi, obviamente, com a anuência das Juntas de freguesia e para tal houve reuniões com as Juntas de Freguesia e também com as IPSS para lhes explicar o processo e a quem quero agradecer pelo facto de também se mostrarem disponíveis com a Câmara Municipal.

Algumas Juntas de Freguesia não estão preparadas para fazer a contratação/adjudicação porque este processo obriga à contratação pública e à adjudicação direta ou não de acordo com o volume de refeições a adjudicar, mas a Câmara Municipal, os Serviços da Educação e os Serviços de Aprovisionamento irão fazer o acompanhamento. Os Serviços Técnicos estarão a cargo da Câmara Municipal e todo o procedimento técnico será a Câmara Municipal que irá assegurar sem ter que onerar as Juntas de Freguesia nesta área.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:



“Eu penso que esta é uma medida correta porque estamos a defender postos de trabalho no nosso Concelho, nas nossas Freguesias e a dar alguma rentabilidade às nossas IPSS. E não é só isso, há mais coisas que muitas pessoas nem se apercebem porque as nossas IPSS vão servir as refeições e levam dois ou três funcionários para servirem as refeições às crianças e para auxiliar as crianças durante as refeições, se for necessário. Se fosse uma empresa internacional ou uma empresa maior não iria servir as refeições e a Câmara teria que contratar pessoal para servir as refeições ou teria que ser o Agrupamento de Escolas a colocar lá o pessoal e, se calhar, acabava por ficar muito mais caro e com muito menos qualidade.

Com este procedimento quem sai a ganhar são as crianças, são as famílias e é o Concelho.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto VIII - Apreciação e Votação dos Contratos Interadministrativos com as Freguesias referentes a refeições escolares nos termos do disposto na alínea m) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e Votação da proposta de isenções em matéria de tributos próprios, nos termos já fixados nos artigos 8º e 9º do Regulamento da Tabela de taxas Municipais em vigor no valor estimado de cinquenta mil euros para o ano em curso ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013 de 13 de setembro.

Não havendo intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto IX - Apreciação e Votação da proposta de isenções em matéria de tributos próprios, nos termos já fixados nos artigos 8º e 9º do Regulamento da Tabela de taxas Municipais em vigor no valor estimado de cinquenta mil euros para o ano em curso ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013 de 13 de setembro, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto X - Apreciação e votação do projeto de Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior na sequência da deliberação Camarária de 24 de julho de 2014. Considerando que se encontra em apreciação pública pelo prazo de 30 dias contados da data de afixação do Edital.

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“O documento que está a ser distribuído é uma proposta de projeto que já foi levado a reunião de Câmara, no dia vinte e quatro de julho, depois de vinte e quatro de julho esteve em discussão pública, e hoje será a vez deste Órgão fazer a aprovação deste documento porque também na última reunião de Câmara ele foi aprovado.

Não houve nenhuma proposta no âmbito da discussão pública e aquilo que levámos à reunião de Câmara no dia dezoito foi o mesmo documento que levámos no dia catorze de julho e é aquele que hoje se encontra aqui.

A razão pela qual foi feita esta alteração ao Regulamento de Bolsas de Estudo para os alunos do Ensino Superior: As principais propostas de alteração deste projeto de regulamento está relacionada, essencialmente, com sugestões que foram apresentadas pelo júri, no âmbito da análise das candidaturas, que foram inúmeras no ano transato, e também decorrentes da Lei, e ainda da grande necessidade de adequar este documento àquilo que é a realidade económica do Concelho e do País.

Esta Autarquia tem feito uma aposta bastante forte no incentivo à frequência do Ensino Superior para os jovens do Concelho.

As famílias esforçam-se para manter os seus filhos a estudar e para isso a Câmara Municipal tem procurado ajudar estes jovens.

No último ano houve cerca de noventa candidaturas e foram atribuídas quarenta e quatro bolsas.

Este documento não se refere apenas a bolsas económicas, também tem bolsas de mérito escolar.

Um dos aspetos que este regulamento não focava anteriormente era quantas bolsas de mérito escolar eram atribuídas e qual o seu valor. Neste documento já estão definidos esses dados, assim como também não estava definido qual o limite de idade para a atribuição de bolsa e a obrigatoriedade de se candidatarem à bolsa nacional, e só depois, e com o comprovativo de que não foi aceite na bolsa nacional, virem pedir apoio à Câmara Municipal. Também está definido o número de horas a prestar como trabalho comunitário para que os jovens percebam que é importante dar contributo ao Concelho, e que é o Concelho que os está a ajudar, habitualmente atribuem-se percentualmente o número de horas de acordo com o número de valor que a Câmara Municipal apoia.

No ano passado foram atribuídas quinze bolsas novas, vinte e uma foram renovações, e foram atribuídas quatro bolsas de mérito. O valor investido foi cerca de cinquenta e dois mil e seiscentos e setenta e quatro euros.

Depois da aprovação deste documento imediatamente abriremos as candidaturas para que os nossos jovens possam beneficiar destas bolsas.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Este é um daqueles assuntos onde eu me bato, o que a Câmara aqui der para mim é sempre pouco, naturalmente que também aqui tenho a noção das contingências porque o que é verdade para não dar à bola e ao resto também é verdade para aqui.

Do que eu me tenho apercebido, e não é agora aqui em cinco minutos que se vai analisar isto, foi a discussão pública, eu não vivo cá e tenho esse problema, não acompanho tanto como devo. A Assembleia Municipal ainda não se conseguiu organizar tal como devia para acompanhar estes assuntos conforme está previsto na Lei, e era aquilo que eu pretendia que acontecesse. Há uma certa aversão para se fiscalizar, o que já comecei a fazer através do IGF e através da CADA, o que demora mais um bocadinho mas é mais eficaz mas não vamos discutir mais isso.

Eu como digo não estou a par dos valores e gostava de saber quais são os valores que estão aqui atribuídos.

Gostava de saber qual é o número de pessoas que isto abrange para ver se eu continuo a ter razão para continuar a bater nesta tecla que eu bato, que estou de acordo que se gaste em todo o lado desde que não falte onde é efetivamente necessário, e volto a dizer que se não formarmos jovens de certeza que este País não anda, sendo certo, como a gente sabe infelizmente, que os andamos a formar para os entregar aos estrangeiros que nos emprestaram o dinheiro para os formar, e eles agora lhes tiram a rentabilidade, porque enquanto andarmos com estas políticas que cá temos em Portugal, ao nível nacional e ao nível dos concelhos, os recursos estão a ir para onde a gente sabe que vão e acabam por faltar onde faltam, e por isso vamos com cento e trinta e tal por cento de dívida em relação ao PIB, e um dia destes andamos nas dificuldades que andamos, e um dia destes ainda havemos de andar mais, porque já ninguém terá dúvidas que a dívida não se consegue pagar e que o dinheiro vai faltar em algum lado e falta sempre nos mesmos que é precisamente nestes onde eu ando a dizer que se tenha atenção e que se apoiem

que é para ver se a vida não lhes é tão difícil e eu sei isto porque fui criado numa situação dessas, e sei como é que é, e o que é que vale, e de facto confrange-me às vezes ver certas coisas.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre a situação da dívida eu não sei até que ponto é que era chamada para aqui mas a dívida pública do Japão é de cento e vinte por cento e ninguém está preocupado com isso!

Aquilo que eu aqui queria vir dizer é o seguinte: Este é de facto um investimento necessário, a atribuição de bolsas aos alunos da ESTGOH constitui outra prova do empenho e do compromisso deste Executivo com a presente instituição do Ensino Superior.

Para quem acha que é pouco, que não basta, que não é suficiente, tenho a dizer que esta medida, sendo publicitada, aumenta a competitividade desta instituição, no que concerne à captação de novos alunos, assim como é mais uma razão para os atuais alunos se manterem cá matriculados.

Como se não bastasse, esta medida é, claramente, outro incentivo para que os jovens, e menos jovens, prossigam estudos no nosso Concelho. Isto porque não será novidade para vós, mas de facto Portugal é o País Europeu com maior percentagem de jovens que não estuda nem trabalha.

O atual Executivo, na pessoa da Prof.<sup>a</sup> Graça Silva, está indubitavelmente de parabéns pela presente iniciativa.

É bom ver que neste Concelho há um investimento real na juventude e na educação.

Contra factos não há argumento, o resto é demagogia.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Quero congratular-me com esta medida e, tal como o André referiu há pouco, também pela extensão desta medida em particular aos alunos da ESTGOH. Isso é um incentivo, é uma mais valia e é prova evidente que há preocupação com a Educação neste Concelho.

Podemos questionar se é o ideal. Podemos questionar se as bolsas propostas são o suficiente. Se calhar não são, mas nestes tempos é melhor do que nada e isso é muito importante. É um sinal. É uma evidência. Apostar na

juventude, o apostar na educação. Quem esquecer a aposta na educação com certeza que perde um País e que perde o futuro.

Acho que é uma medida inteligente e é uma medida política acertada que o Município toma.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, para fazer a seguinte intervenção:

“Só queria responder a uma questão que o Sr. António Lopes referiu: Diz que a Assembleia não se organizou.

O Senhor esteve cá quatro anos, noventa e tal por cento da culpa de não se ter organizado é sua.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto X - Apreciação e votação do projeto de Regulamento para Atribuição de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior na sequência da deliberação Camarária de 24 de julho de 2014. Considerando que se encontra em apreciação pública pelo prazo de 30 dias contados da data de afixação do Edital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto XI - Apreciação e aprovação da proposta de adesão à Rede de Aldeia De Montanha, Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha (ADIRAM), e respetivos estatutos nos termos do disposto na alínea n), nº 1, artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“A proposta que a Câmara Municipal trás aqui à Assembleia, e que vos foi enviada, diz respeito à integração de Oliveira do Hospital na Rede das Aldeias de Montanha, com uma proposta de adesão à entidade gestora Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha.

Dizer-vos que o objetivo é continuar a investir no setor turístico instalado em Oliveira do Hospital. A perspetiva é aprofundar a estratégia de integração da oferta turística de Oliveira do Hospital em Redes ligadas a novos destinos turísticos e a novas temáticas turísticas.

Queremos com esta integração criar novas oportunidades para o setor turístico de Oliveira do Hospital, essencialmente para o setor privado, mas

também captar alguma base de Fundos Comunitários para a intervenção e valorização do espaço público em locais de interesse turístico.

Queremos fazer emergir novos produtos turísticos e assumir/vincar/afirmar cada vez mais Oliveira do Hospital como destino turístico ou seja um local procurado por turistas e visitantes que aqui durmam, que aqui tomem refeições, que aqui deixem valor acrescentado, que aqui deixem riqueza e sustentem postos de trabalho.

Se quiserem, por comparação, foi o processo que assumimos com a integração na Rede das Aldeias do Xisto que produziu, na minha opinião, excelentes resultados com a integração de Aldeia das Dez.

Aquilo que pretendemos com a integração na Rede nas Aldeias De Montanha é repetir o sucesso da Integração na Rede das Aldeias de Xisto.

Só integrando Redes com escala, e que sejam complementares em termos territoriais, temos mais hipóteses de ganhar visibilidade e atrair mais visitantes.

Também vos posso dizer que não foi um processo fácil, ou automático, foi um processo negociado, chegou a um bom desfecho e acho que o Município de Oliveira do Hospital tem aqui uma janela de oportunidade e a proposta é que a Assembleia delibera pela integração.

Estamos a criar, como disse, uma janela de oportunidade muito importante para os privados de Oliveira do Hospital mas também oportunidade de valorizar espaço público.

Dizer-vos que a Rede das Aldeias De Montanha inicialmente dizia respeito unicamente aos Municípios e Freguesias que integravam a área do Parque Natural da Serra da Estrela, acontece que os limites do Parque Natural da Serra da Estrela são precisamente os limites do Concelho de Oliveira do Hospital, nas Freguesias de Alvôco das Várzeas e São Gião. Tivemos que introduzir uma proposta que teve que ser negociada e debatida com a CCDR e com os outros parceiros para que as Freguesias confinantes com o Parque Natural da Serra da Estrela pudessem ser acolhidos nesta Rede.

Volto a dizer que foi bem sucedido esse esforço e esse processo negocial e fica aqui reforçada a ideia de que é uma janela de oportunidade. Nesta caso oportunidade para nos religarmos à Serra da Estrela enquanto marca turística de referência e de projeção nacional.

A integração obriga ao pagamento de uma cota que está aí nos documentos, creio que é mil e duzentos euros anuais.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Quanto ao Ponto e porque são só mil e duzentos euros, como deve calcular, também não vou ficar aqui a fazer a figura de que estão lá a contar os tostõezinhos.

Era mais para responder ao que o Senhor disse. Sr. Dr. Rodrigues Gonçalves eu um destas dias vou-lhe responder, até pela preocupação que o Senhor tem com a indignidade, mas como o Senhor é aqui dentro a pessoa que mais sabe de tudo aquilo que eu aqui digo.

O Senhor sabe que eu tive que ameaçar não tomar posse para ter um gabinete.

O Senhor sabe que eu quis por aqui os funcionários que a Lei manda e disseram-me que eu queria por uma Câmara dentro de outra Câmara.

Eu disse aqui n vezes, no anterior mandato, que esta Câmara fazia os serviços mínimos e que a nossa função é bastante mais do que aquilo que nós fazemos mas dizem que eu ofendo a Assembleia. Eu tentei tudo! Eu não me chateei só porque estava mal disposto.

Eu já disse várias vezes, os Senhores deixem-se de me provocar porque os Senhores sabem bem o que é que está em causa, os Senhores sabem bem que estão mal com a democracia e, portanto, não me provoquem.

O Presidente da Assembleia tentou tudo aquilo que está na Lei e o que deve ser uma boa função democrática desta Assembleia mas os Senhores não querem. Uns porque não têm tempo, outros porque não lhes interessa e outros porque o que os aqui trouxe foram outros interesses. Portanto, porque é que andamos aqui a dourar a pilula se todos sabemos que é assim!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Queria aproveitar este momento para me congratular e para dizer que um dos factores positivos deste Executivo ao longo destes cinco anos é a capacidade, e não querendo estar aqui a individualizar, mas o Dr. José Francisco Rolo tem sido uma mais valia nesse aspeto e na capacidade de conseguirmos ir buscar Fundos Comunitários e, de certa forma, beneficiarmos um conjunto de mais valias e neste caso o nosso turismo.

Não queria deixar de dar algumas sugestões, até porque estamos perto da elaboração do próximo orçamento: Penso que era importante para o futuro

começarmos a convergir a outros níveis internos. Por exemplo, muito se fala, e muito se tem pecado (desculpem que lhes diga isto) quer este Executivo, quer Executivos anteriores, na questão da potencialização da zona do Vale do Alva e do Alvôco. Por isso penso que seria oportuno juntar todas as Freguesias envolventes neste espaço territorial e criar um projecto com uma dinâmica e envolvência maior que, de certa forma, conseguisse juntar estas Freguesias e todas as mais valias e criar um pacote de disponibilidades para quem nos visita. Isto pode ser só imaginário mas dou um exemplo: Porque não criarmos uma Ciclovia que pudesse fazer uma ligação desde São Gião a Alvôco das Várzeas e Aldeia das Dez, passando por São Sebastião da Feira, Penalva Alva e Vila Pouca, e que as pessoas pudessem pernoitar, um dia num lado e um dia noutro, e criando espaços para estacionamento de bicicletas e que as pessoas não tivessem necessidade de voltar ao seu ponto inicial.

O Posto de Turismo em Oliveira do Hospital, para mim, continua a ser uma grande carência em termo de imagem e de disponibilidade de informação. Já sugeri que aquele espaço do Café Central pudesse um dia ser o Porto de Turismo sem termos de abdicar de uma cafetaria e que a gestão fosse feita pelo Município.

No atual Posto de Turismo, ao longo dos anos, não se renovou a informação turística do Concelho para se dar conhecimento da nova realidade que é este Concelho.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vereador, José Francisco Tavares Rolo, que fez a seguinte intervenção:

“Só quero dar um breve esclarecimento que vem na sequência da intervenção do Nuno Oliveira.

O Posto de Turismo de Oliveira do Hospital, localizado no edifício que é propriedade do Município de Oliveira do Hospital, está, desde dois mil e nove, concessionado ao Turismo do Centro.

O Turismo do Centro é responsável pela gestão do Posto de Turismo, pela produção de toda a documentação de informação turística, quer em suporte papel, quer em suporte digital.

No quadro da concessão do Posto de Turismo aquando da passagem da Região de Turismo da Serra da Estrela para a entidade Regional de Turismo do Centro o Posto de Turismo de Oliveira do Hospital foi integrado. A gestão é da responsabilidade do Turismo do Centro de Portugal. Numa reunião de novembro de dois mil e nove, logo após as eleições Autárquicas, comigo e com



o Sr. Presidente da Câmara, o Presidente do Turismo do Centro de Portugal avançou, na altura, com um conjunto de investimentos que iriam ser feitos no Posto de Turismo de Oliveira do Hospital, designadamente obras de conservação de interior, aplicação de plasmas com informação turística de Oliveira do Hospital e de toda a Região Centro e a produção de material informativo em suporte físico, designadamente um roteiro turístico de Oliveira do Hospital, aquilo que eles designam por *city break*, portanto, um guia turístico que irradia a partir de Oliveira do Hospital.

Até hoje, infelizmente, essas pretensões não se concretizaram, e não foi á falta de vários alertas e de, ainda recentemente, uma reunião que houve com o Sr. Presidente da Câmara, na qualidade de Vice-Presidente da CIM com o Sr. Presidente da Entidade Regional de Turismo do Centro, ainda assim o material de informação turística que existe no Posto de Turismo de Oliveira do Hospital foi produzido pelo Município de Oliveira do Hospital e pela ADI, entendam-se os Roteiros Turísticos dos Percursos Pedestres e o Guia de Turismo Ativo de Oliveira do Hospital-cinquenta experiências para descobrir Oliveira do Hospital.

Há aqui um défice de intervenção da Entidade Regional de Turismo, e não é por falta de apelos, mas voltamos um pouco àquela história que o Sr. Presidente da Câmara referiu a propósito da taxa de recursos hídricos: Ela é paga no interior e no litoral mas os investimentos são feitos na manutenção da rede do mar no litoral e não na conservação dos assuntos do interior. Aqui as nossas empresas também pagam impostos no sector turístico contudo os grandes investimentos e a grande produção é nos grandes eventos feitos no litoral e na cidade de Coimbra e mais uma vez os Municípios de interior, porque dizem eles não têm oferta turística estruturada, acabam por ser penalizados, e não é por falta de luta, e não é por falta de insistência, e mesmo assim vamos conseguindo, e porque muitas vezes os nossos argumentos não são fáceis de desarmar, lá vêm os meios financeiros que conseguimos atrair para Oliveira do Hospital.

O Posto de Turismo de Oliveira do Hospital poderia estar melhor mas neste momento é da inteira responsabilidade da Entidade Regional de Turismo, à luz do protocolo que foi assinado em dois mil e nove, não fomos nós que o assinámos mas obviamente que temos que assumir a responsabilidade.

Também quero dizer que anotei as sugestões e faremos chegar essas preocupações da Assembleia à Entidade Regional de Turismo.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte declaração de voto:

“Nesta questão da divulgação, não sei se é possível num futuro próximo, mas espero que haja essa oportunidade, mas relativamente aos Múpis que se encontram aqui na cidade sugeria que fossem renovados e deslocados para pontos estratégicos turísticos, como por exemplo o Centro Arqueológico da Bobadela, a Ponte das Três Entradas, Lourosa, o Santuário de Nossa Senhora das Preces e que servissem apenas para passar informação histórica daqueles espaços e depois substituiríamos estes Múpis da cidade com outros e com outra capacidade de divulgação.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer ao Nuno Filipe que nós com dinheiro fazemos tudo. Podemos fazer uma Ciclovía daqui à Bobadela. Podemos fazer uma Ciclovía no Vale do Alva e em Avô também já temos Parapente.

Mas deixem-me revelar-vos alguns factos: Eu tenho falado com algumas pessoas da zona do Vale do Alva e quero dizer que o Parque de Campismo da Ponte das Três Entradas dobrou o número de dormidas em relação ao ano anterior. A Praia Fluvial de Avô nunca teve tanta gente como este ano como também nas outras Praias Fluviais. Isso prova que o Município tem feito um trabalho de divulgação em prol daquela zona porque ninguém compra um produto que não conhece.

Na minha opinião ainda há muito trabalho para fazer e congratulo-me também com a integração na Rede das Aldeias de Xisto, que foi este Executivo que o fez, e que nos proporcionou candidaturas financeiras para as obras de Avô e para um conjunto de obras que se efetuaram.

Quero dizer que me congratulo com este projecto da Rede de Aldeias de Montanha e dizer também que as únicas aldeias que vão integrar a Rede de Aldeias de Montanha e que não estão dentro do Parque Natural da Serra da Estrela são as aldeias de Oliveira do Hospital e havia um conjunto de candidaturas de outras aldeias nas mesmas condições e que não foram aceites. Como disse o Sr. Vereador, há aqui uma janela de oportunidade relativamente ao próximo Quadro Comunitário, mas não é só uma janela de oportunidade para a Câmara Municipal e para as instituições públicas mas também para os privados, na área do turismo, porque poderão ter possibilidades para se

candidatarem a financiamentos tal como aconteceu com o projecto da Rede das Aldeias de Xisto.

O projecto da CRAPTUR nas Caldas de São Paulo foi apoiado devido ao projecto da Rede das Aldeias de Xisto.

Há aqui um grande trabalho, o Dr. José Francisco tem feito um grande trabalho e temos feito também um grande trabalho para promovermos a marca de Oliveira do Hospital. Hoje as televisões divulgam Oliveira do Hospital, contra aqueles profetas da desgraça que acham que eles vêm cá ganhar muito dinheiro mas não se lembram que quando o PSD era poder que as televisões vinham cá filmar um Concelho dos ratos.

Há aqui um grande trabalho e perguntem aos comerciantes se tem valido, ou não, esse investimento em termos de televisão.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XI - Apreciação e aprovação da proposta de adesão à Rede de Aldeia De Montanha, Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha (ADIRAM), e respetivos estatutos nos termos do disposto na alínea n), nº 1, artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto XII - Apreciação e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para admissão de pessoal ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 64º da Lei nº 83-C/2013 de 31 dezembro.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto é referente à abertura de um lugar, a Câmara de Oliveira tem menos de sessenta trabalhadores do quadro desde que eu entrei, e este procedimento concursal para admissão de pessoal é para a admissão de um assistente na área de informática porque precisamos de mais uma pessoa. Neste momento reunimos condições para podermos fazer a abertura do procedimento concursal.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XII - Apreciação e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para admissão de pessoal ao abrigo do disposto no nº 2

do artigo 64º da Lei nº 83-C/2013 de 31 dezembro, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

De seguida entrou-se no Ponto XIII - Apreciação e votação da fixação de taxas do IMI para o ano de 2015, nos termos do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Sobre esta questão do IMI e do IMT, em tempos houve aqui uma discussão sobre os casos em que se devia, ou não se devia, isentar. Foi um dos assuntos em que me debati algumas vezes com o Sr. Presidente e acabámos por nunca definir em que casos é que se isentava, ou não isentava. Eu acho que essas coisas devem ficar definidas para que todas as pessoas saibam.

Quanto à taxa, penso que é a mesma do ano passado, e não tenho nada a opor.

Só queria fazer um reparo relativamente à intervenção do Sr. Luciano, e dizer que as pessoas agora não têm dinheiro para irem por aí fora e que o País no seu todo teve um aumento de quinze por cento no turismo e naturalmente que ele tem que se refletir em algum lado.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Deixar aqui a nota: Se o meu voto fosse essencial para a aprovação do IMI, eu votaria a favor, mas vou-me abster exatamente pelas mesmas razões que me abstive na última vez que discutimos esta matéria.

Entendo que a Câmara e que o Executivo Camarário faz muito bem em manter as taxas, é da previsão das receitas de IMI que resulta a nossa capacidade de endividamento municipal e não estamos em condições financeiras de fazer de outra forma. Mas acho, e mais uma vez faço o apelo como fiz há um anos atrás, que se faça um trabalho profundo para que se penalizem prédios devolutos, para que se penalizem prédios rurais que estão ao abandono e que não são limpos e para que possamos introduzir e aproveitar uma prerrogativa que nos dá a Lei das Finanças Locais, no seu artigo 12º, nº 2, que estabelece uma isenção para projetos de investimento relevantes para o Concelho, e que consigamos aproveitar, também, as taxas de IMI para combater alguma desertificação nas nossas Freguesias mais rurais onde a desertificação

mais grassa e mais se acentua porque também aí podemos conceder uma taxa de IMI mais baixa.

Porque esse trabalho não é feito, porque nos limitamos, pura e simplesmente, a trazer uma proposta de aprovação das mesmas taxas que existiam no ano transato, e não conseguimos fazer esse trabalho em profundidade, é a abstenção, que vai merecer esta proposta, da minha parte.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta do Deputado Luís Lagos tem alguma lógica e tem alguma razão de existir, quero reconhece-lo aqui. Até porque estive em discussão a penalização, sobretudo, aos prédios que coloquem em segurança outros bens ou pessoas. Não somos a primeira Câmara a fazê-lo e dou como exemplo a Câmara Municipal do Fundão.

A discussão com a minha equipe também se colocou noutra patamar: Se essas casas estão abandonadas muitas vezes é porque há dificuldades dos proprietários e nós vamos penalizá-las mais. Se elas já não têm possibilidades só se depois lhes formos penhorar as casas devido a não pagarem o IMI e ficar a Câmara Municipal com elas. Temos que ter algum equilíbrio neste assunto porque há uma parte que é visível e há outra parte que não é.

Há aqui outra particularidade que ninguém reparou: Na última Assembleia Municipal foram determinadas duas taxas e uma delas era para prédios não avaliados. Pelo Decreto-Lei do Orçamento de Estado desapareceu a taxa de 0,80 que em Oliveira do Hospital estava taxada a 0,65. Agora todos os prédios que estão avaliados passam para 0,35 que representa para o Município se aplicássemos a taxa máxima receberíamos cerca de seiscentos mil euros. O que quer dizer que mesmo assim, e ao mantermos as taxas, fazemos com que os nossos Municípios paguem menos seiscentos mil euros à Câmara Municipal.

Há alguns que reivindicam aqui as obras todas e eram os mesmos que um dia diriam aqui: Sr. Presidente agora tem que recorrer ao Fundo de Apoio Municipal e a nossa Assembleia Municipal já não manda nada.

Todos os Municípios que recorreram ao Fundo de Apoio Municipal o governo impôs-lhes as taxas máximas e não é a Assembleia que as discute.

Eu posso dizer com orgulho que em Oliveira do Hospital é a Assembleia Municipal que discute as taxas de IMI, e nós queremos discuti-las. Aqui em Oliveira do Hospital, e derivado à sustentabilidade financeira que temos, podemos ainda propor 0,35 de taxa de IMI.

Nós temos que propor 0,35 porque nós vamos ser obrigados a compartilhar no Fundo de Apoio Municipal para os outros.

Todas as Câmaras com sustentabilidade financeira vão ter de compartilhar no Fundo de Apoio Municipal e por isso vai haver menos receita e mais cortes.

Por isso não estamos em condições, derivado à conjectura financeira e também derivado ao problema da água, que se discutirá a seguir, e até aí se vai ver quem é que mentiu e quem é que mente relativamente ao problema da água, e é esse o motivo pelo qual teremos que fixar a taxa de 0,35.”

Não havendo mais intervenções relativas a este Ponto, foi colocado à votação o Ponto XIII - Apreciação e votação da fixação de taxas do IMI para o ano de 2015, nos termos do nº 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, que foi aprovado por maioria com duas abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto XIV - Pedido de informação à Câmara Municipal sobre as taxas e tarifas do fornecimento público de água, recolha de saneamento e de resíduos urbanos ao abrigo da alínea c), nº 1, do artigo 2º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Antes da intervenção de qualquer Deputado quero dizer que convidei o Coordenador da Equipe Multidisciplinar de Águas e Saneamento, o Sr. Paulo Marques, para fazer aqui uma apresentação do trabalho que está a fazer esta equipa e dos objetivos conseguidos.

Li algumas barbaridades dizendo que o *“Presidente aumentou brutalmente a água e que não foi aquilo que foi combinado nesta Assembleia, que não foi aquilo que foi discutido nesta Assembleia e que não foi aquilo que foi aprovado nesta Assembleia.”*

Meus caros amigos, há aqui uma grande ignorância e uma grande confusão, é que esta Assembleia não aprovou nenhuma taxa nem nenhuma tarifa para a água. Com sabem, não é da competência da Assembleia. Isto que fique bem esclarecido.

A competência das taxas e das tarifas é da Câmara Municipal. O que os Senhores Deputados aprovaram aqui foi uma coisa diferente e que foi votado

por unanimidade. Foi o Regulamento das Águas, Saneamento e Resíduos Sólidos e nesse documento está prevista a atualização das taxas.

Estamos outra vez a tentar exorbitar as funções e competências da Assembleia, quando a Assembleia não tem esse poder mas queriam-no exercer. Vi isto escrito: “a Assembleia tinha sido enganada porque não foi isso que foi aqui aprovado”. Mas não podia ser aqui aprovado.

Aquilo que eu afirmei aqui sobre a recuperação financeira é verdade. Traçámos um objetivo e a Equipe Multidisciplinar fez um conjunto de estudos para propor esse aumento.

Esse aumento tinha uma direção para a recuperação em cerca de quatrocentos mil euros neste ano. Fizemos um conjunto de estudos de forma a não penalizar os mais desfavorecidos até tivemos o cuidado de criar a tarifa social, a tarifa de famílias numerosas e a tarifa da parte comercial.

O Paulo Marques vai informar o que já recuperámos e o que é que perspetivamos.

Eu quero dar os parabéns à Equipe Multidisciplinar de Água e Saneamento.

As pessoas que estão aqui, e que hoje representam aqui o PSD, não têm nada a ver com isto que eu vou dizer, mas o poder que esteve cá, atrasou, nesta área, o Concelho para cima de vinte anos.

Este trabalho que estamos agora a fazer, eu atrasei-o quatro anos, mas houve outros com responsabilidades políticas, que são do PSD, que não foram capazes de ter a visão daquilo que nós estamos agora a fazer. Nem a fatura se podia pagar por Multibanco. Devíamos recordar-nos disso.

Alguns que falam sobre os aumentos da água deveriam ter vergonha na cara quando nos criticam porque nós estamos a fazer um trabalho sério e um trabalho para que os Municípios paguem menos.

Fazemos este trabalho porque o Governo tem responsabilidades nas tarifas das Águas do Zêzere e Côa, que todos os Municípios pagam, e é por isso que há um conjunto de ações em Tribunal. O Município de Oliveira do Hospital e de Aguiar da Beira são os únicos que pagam as faturas todos os meses. Também já foi reconhecidos pelas Águas de Portugal que estamos a pagar demais e por isso aquelas dívidas não são de água são problemas de faturas de saneamento. Nos termos da Lei só deveríamos pagar oitenta por cento da água que compramos em termos de saneamento. Em janeiro e em fevereiro comprámos oitenta mil metros cúbicos de água e no saneamento faturaram-nos duzentos e quarenta mil metros cúbicos. Faturaram-nos três vezes mais quando

só nos deveriam ter faturado oitenta por cento do valor da água comprada. O Sr. Ministro reconhece que o que se está a passar é injusto e reconhece que temos razão.

O Paulo Marques não é político e não vem aqui defender o Presidente da Câmara, nem o Presidente da Câmara lhe encomendou nada. O Presidente da Câmara reconhece o Trabalho que aquela equipe está a fazer.

Depois da apresentação o Paulo Marques está disponível para responder a todas as perguntas que pretenderem efetuar.”

De seguida o Coordenador da Equipe Multidisciplinar de Águas e Saneamento, O Sr. Paulo Marques, fez a apresentação do trabalho da equipe e dos objetivos conseguidos, dando as devidas informações relativas às taxas e tarifas do fornecimento público de água, recolha de saneamento e de resíduos urbanos.

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António dos Santos Lopes, para fazer a seguinte intervenção:

“Já hoje disse que isto está a ficar muito parecido com o antigamente. Lembrar-nos-emos todos daquela discussão sobre o Parque do Mandanelho, a culpa era do Engenheiro e dos técnicos. É evidente que eu não caio daí para baixo.

O Sr. Paulo Marques sei que faz um belíssimo trabalho, é uma pessoa que merece toda a minha estima e consideração, mas acho que não é disso que andamos aqui a falar.

O que o Sr. Paulo Marques ali acabou de dizer foi que temos três mil consumidores que não gastam, que temos água que entra .... Isto dava discussões até, até ...

O que não dá discussão é: Como é que um documento destes não foi entregue?

As Assembleias costumam ser ao dia vinte seis, e esta foi feita no dia dezanove. Lá saberão porquê?

Eu recuso-me a vir para aqui, sem vir devidamente documentado, porque é bom que se diga que o Sr. António Lopes nunca fez, nem fará, nenhuma acusação à honra e à dignidade de ninguém. Os documentos que eu mandei para a IGF foram atas da Câmara Municipal, e já aqui expliquei que foram dúvidas que foram levantadas quando eu tinha responsabilidades, e eu quero o meu nome limpo, e oxalá que não haja ilegalidade nenhuma porque só tenho a



folgar com isso. E não é um favor é um dever porque o normal é correr bem e não haver ilegalidades.

O que aqui foi dito, e não vamos discutir quem é que tem poderes para o ato, e quem é que deixa de o ter, porque nisso nós nunca estaremos de acordo, mas como digo, daqui até ao final do mandato a gente há de fazer algum valor sobre esse assunto.

O que eu digo é: O que aqui foi dito está na ata de vinte e oito de dezembro, nas páginas vinte e oito a trinta e dois, e os três números que a mim me interessam, e o que aqui foi dito, e não está aqui nada em causa sobre os estudos que estão feitos, porque, como eu disse, eu li um estudo que não vi ninguém contestar e que naturalmente foi feito com a informação que tinham, que não era nenhuma, que consideraram onze mil e quinhentos contadores de água, que partiram do princípio que todos pagavam. Há uma alteração de escalões e eu não sei a quem é e nem sei se a Câmara já as sabe, se calhar, ainda não sabe. Há um conjunto de situações e de alterações.

Os quatrocentos milhões, serão mais, ou serão menos, porque como acabou aqui de ser demonstrado, depende muito, para não dizer que depende mais, da recuperação das perdas e depende mais da estanquicidade do sistema porque se não tiver lá entradas de águas “vadias”, naturalmente que vai ter uma diminuição muito grande e naturalmente que vai haver uns ganhos muito maiores, que são ganhos de eficácia e nem sequer são ganhos do aumento das tarifas. Portanto, eu já ando nisto há alguns dias, sou empresário e sei fazer contas à minha maneira. Sei como é que se fazem orçamentos e sei uma série de coisas.

Esta apresentação que aqui foi feita naturalmente que ajuda, e fica-se a saber que há uma preocupação, e eu já sabia disso há muito tempo. Tive alguns contactos, ainda no tempo em que falávamos e outra maneira, e portanto eu sei perfeitamente o trabalho que está a ser feito e só tenho que dar os parabéns e louvar, e quanto a isso eu estou descansado e sei que quando acabarmos de fazer este trabalho estaremos, de facto, aqui com outros números e com outra eficácia. Mas não é isso que está em causa.

O que está em causa é: Porque é que os escalões aumentaram?

Penso que ninguém me vai provar e desmentir que os escalões aumentaram mais que um vírgula nove, como aqui foi dito, e que mais do que cinco vírgula seis, em média, e se não foi, eu gostaria de ser esclarecido, e espero que estes documentos me sejam fornecidos para eu fazer a análise como

deve ser, para falar com propriedade, porque neste momento estou aqui a falar um pedaço de cor e eu não gosto de falar de cor.

É disso que estamos aqui a falar, é isso que é um trabalho com honestidade, isso é que é o trabalho de fiscalização desta Assembleia.

E já agora, Sr. Presidente, quero-lhe dizer, e já lhe disse aqui uma vez, e volto-lhe a dar uma ajuda: O Sr. pode gastar um milhão de euros nas festas, o Senhor pode dar cinco milhões à bola, o Senhor pode fazer tudo. Porque o Orçamento é o único documento que esta Assembleia não pode rejeitar. Percebeu? Pode fazer um aconselhamento para o alterar, mas não o pode rejeitar. Eu não percebo, já fazemos a EXPOH à não sei quantos anos e porque é que não põe os números certinhos? Se assim fosse não seria necessário andarmos sempre aqui com alterações ao Orçamento. Era logo aprovado de uma vez.

A Lei permite-lhe todas as condições para o Senhor se defender da Assembleia. O Orçamento vem cá nesse dia a Assembleia aprovou-lho, o Senhor tem aqui a maioria, e ficamos descansados e não andamos aqui a discutir.

A Lei permite que faça o Orçamento ao seu gosto, para a Câmara fazer o seu programa e poder governar à sua vontade, e depois discute-o. Depois nós vamos fiscalizar se o Senhor o cumpriu bem. Essa é a função da Assembleia. Eu não sei porque é que andamos com estas discussões!

Relativamente ao assunto da água eu vou sair conforme entrei, descontadas as questões do trabalho que está a ser feito, e que naturalmente me congratulo com ele. Quanto aos números... Pois, o computador avariou, e chegamos aqui a esta hora e eu não sei trabalhar desta forma e espero bem que não trabalhem muitas vezes assim.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Pelo adiantar da hora, e para não me alongar muito, quero dar os parabéns ao Paulo Marques. É um trabalho muito bem conseguido e nota-se que há dedicação que vai para além da vontade do profissional que é, e que trabalha aqui com amor à camisola, e isso também tem que se enaltecer, louvar e referenciar. E não queria deixar de lhe dar esta palavra.

Dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara, e quando os merece também temos que lhe dar os parabéns, porque foi ele que mandou fazer este trabalho que era essencial.

Temos um défice tarifário, que se alonga desde o tempo que o Prof. Mário Alves era Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, e que era urgente eliminá-lo.

Só agora é que esse trabalho começou a ser feito, e começou a ser feito só neste mandato.

Sr. Presidente, se alguma responsabilidade tem, e se o dedo lhe pode ser apontado, é só em relação ao mandato anterior em que não fez nada, provavelmente por motivos eleitoralistas, não é uma crítica, é uma contestação, mas este trabalho já devia ter sido encetado há mais tempo, e teríamos hoje uma posição completamente diferente. O défice tarifário não teria chegado aos limites que chegou e a situação financeira do Município seria muito mais confortável.

Mas foi o que foi e estamos como estamos. Temos um défice tarifário na ordem de um milhão de euros. Com o trabalho que está a ser feito, elimina-se metade, e é de aplaudir.

Estarei sempre, e quero dizê-lo com frontalidade, ao lado do Executivo Camarário porque acho que é de uma demagogia barata, e que é uma demagogia que não interessa ao Concelho, e aos interesses do Concelho, vir aqui criticar o Executivo Camarário por aumentar o preço da água. Seja um aumento direto no custo do metro cúbico, seja na mudança dos escalões, que foi aquilo que foi feito. Porque, mesmo assim, não somos o Município que tem a água mais cara e temos que respeitar um princípio, que para mim é basilar, e que é uma regra evidente, que é o princípio do utilizador pagador. Se nós consumimos água temos que a pagar porque se não a pagarmos quem vai pagar é o Município e são os contribuintes, e vão pagar aqueles que nem consomem tanta água, ou que não consomem água. Aqueles três mil que apareceram ali no slide, que não consomem água, têm andado a pagar a água dos outros todos. É uma verdade. E isso acaba por não ser o princípio mais justo.

Defendo, até porque acho que quem fica a perder nisto tudo são os Concelhos com baixa densidade populacional que depois não têm força, ou como não têm pessoas e não têm capacidade para ter um preço mais baixo, porque as economias de escala que se geram é que permitem ter um preço mais baixo, como Lisboa que tem uma água mais barata do que esta gente aqui de todo o interior que acaba por ter uma água mais cara na sua globalidade.

Eu sou a favor de uma tarifa nacional para a água. Há quem diga que não e que isso é um problema para logo privatizar as Águas de Portugal. Eu não vejo as coisas assim. Nós não precisamos de privatizar as Águas de Portugal. Eu

sou contra a privatização das Águas de Portugal, mas acho que era urgente termos uma tarifa nacional da água para todos sermos tratados da mesma maneira. Se não formos todos tratados da mesma maneira, há Portugueses de primeira e há Portugueses de segunda, e isto não tem nada a ver com o PS, com o PSD, com o CDS, com o Partido Comunista, não tem nada a ver com isso.

Há Concelhos do Partido Comunista onde a água é caríssima e também há Concelhos do Partido Comunista onde a água é barata, e de todos os outros partidos. Há vários exemplos.

O melhor caminho, e o caminho que deveria ser percorrido era esse caminho da tarifa nacional da água.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer que noto uma grande diferença no custo da água no Concelho de Oliveira do Hospital relativamente ao Concelho de Maфра onde tenho casa, que é uma das mais caras do País. Eu aqui pago muito menos de água do que pago lá.

A minha preocupação não tem a ver com o aumento, que defendo inteiramente e acho que era necessário, mas é relativamente aos efeitos que tem em alguns casos. Começo a estar preocupado com o facto de algumas pessoas começarem a ir a poços e a furos e isso pode levantar-nos duas questões: Por um lado reduzir o consumo e por outro lado temo algum problema de saúde pública. Isso é que me preocupa, o consumo de águas não tratadas. Não estou a dizer que é um problema, mas nenhum de nós quer vir a ter esse problema e a sentir esse problema.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar gostaria de felicitar o colega Luís Lagos pela seriedade da sua intervenção.

Aquilo que eu gostaria de dizer é o seguinte: Acabou de ser aqui demonstrado que a presente iniciativa camarária já permitiu poupar trinta e cinco mil euros. De facto, esta equipa de eficiência energética, na pessoa do Paulo Marques, está notoriamente de parabéns pelo trabalho até agora desenvolvido, assim como congratulo igualmente este Executivo, na pessoa do Prof. José Carlos Alexandrino, pela sensibilidade que até agora demonstrou

relativamente ao problema da eficiência energética no nosso Concelho, não apenas por esta iniciativa permitir poupar dinheiro dos contribuintes, mas também por se tratar de uma medida verde.

Mas o problema dos escalões, se bem percebo, é outro, e involuntariamente ou não, temos que evitar cair na tentação da demagogia.

Aquilo que eu gostaria de trazer aqui à lembrança é um documento que aprovámos aqui por unanimidade, A Moção relativa à tarifa nacional única para a água, do qual gostaria de ler dois breves parágrafos. *“Insistimos que o preço da água e o tratamento de esgotos, poderá vir a ficar insustentável pela aplicação da Lei 73 de 2013, no seu artigo 21º, quando quer imputar o custo real da água e do tratamento dos esgotos aos consumidores.*

*Atualmente, municípios como o de Oliveira do Hospital já suportam um custo social com a água e o tratamento de esgotos que impede que os munícipes paguem a fatura real do custo do serviço. Possui tarifário social e tarifário para famílias numerosas.”*

Como já disse, e volto a repetir, este documento foi aprovado por unanimidade.

Assim sendo, apelo à união desta Assembleia como reacção à mentalidade dos grandes centros urbanos que nos coloca, enquanto interior, na condição de portugueses de segunda. É natural que grandes centros populacionais possibilitem economias de escala que permitam disponibilizar a água a um custo mais reduzido, mas também não deixa de ser verdade que os custos de captação da água, aqui, são muito mais baixos do que os custos de captação da água em Lisboa. Não é justo que façam dois tipos de Portugal. Um em que as pessoas têm a vida facilitada por viverem em grandes centros populacionais e outro em que as pessoas têm que pagar os custos da interioridade e têm que ser exploradas pela opção de viver no interior.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero deixar-vos aqui mais uma nota: Há tempos vi, hipocritamente, pessoas ligadas ao PSD e ao Partido Comunista a falarem sobre o aumento da água e a criticarem os aumentos da água. Não foi nenhum Deputado que neste momento está aqui mas a maior hipocrisia é essa.

Sabem que é que obrigou estes aumentos? Foi a Lei 73 do dia três de Setembro de dois mil e treze, e que até já falámos sobre isto, e que diz que temos que aumentar a água. Também no dia dezanove de agosto de dois mil e

catorze a ERSAR que é a entidade reguladora dos serviços de água e resíduos mandou-nos um documento com o título de “Ciclo anual da revisão tarifária de dois mil e quinze”. Sabem o que é que eles querem? Querem nova actualização para dos mil e quinze e até fazem recomendações para o cálculo das tarifas nomeadamente referem que “*Os tarifários a aprovar devem permitir a recuperação tendencial dos custos decorrentes da provisão dos respectivos serviços prestados*”. Eles dizem que nós deveríamos era ter uma tarifa muito mais alta.

Por isso, eu aceito a crítica do Partido Comunista em relação aos aumentos da água mas não a posso aceitar a pessoas com responsabilidades dentro do Concelho de Oliveira do Hospital e que são do PSD porque é o Governo que impões e que não resolve este problema.

Também quero dizer-vos que mediante os estudos que me foram apresentados eu optem por aquele que penalizava menos as pessoas, para atingir os objectivos dos quatrocentos mil euros, como ficou aqui demonstrado.

Também quero dizer que não há nenhuma família que possa ficar sem água porque no nosso Regulamento, que foi aqui aprovado por unanimidade, existem as tarifas sociais, por isso as Juntas de Freguesias devem-nos indicar esses casos para que sejam analisados.

Há uma hipocrisia tremenda porque há pessoas que põem nos jornais números que não correspondem à verdade.

A hipocrisia é total porque houve alguém que disse aqui nesta Assembleia isto: “*Eu penso que é do conhecimento de todos, ou quase todos, que os preços da água e do saneamento de Oliveira do Hospital são dos mais baratos do País e temos uma questão que é praticamente única que é termos preços fixos na questão do saneamento básico quando na maior parte dos municípios é um preço indexado ao consumo da água. Isto já aqui foi falado várias vezes. Sabemos todos que a não resolução deste problema comprometerá bastante a saúde financeira deste Executivo e por isso eu não tenho dúvidas que vamos ter que mexer nos preços*” Eu digo quem fez estas afirmações, mas todos saberemos quem é!

Eu estou a falar de um assunto que é útil, não venho aqui dissertar sobre a vida privada. E tenho que dizer ao Sr. Presidente da Assembleia que muitas das vezes deixa falar sobre assuntos que não são aquilo que estamos aqui a discutir nomeadamente considerações de vidas pessoais e acho que isso não deveria acontecer, na minha opinião, porque estamos aqui para tratar dos assuntos que

estão na Ordem do Dia. Mas há quem queira continuar a ser o dono da Assembleia.

Também quero dizer-vos que na Covilhã uma fatura de água de vinte e dois euros e noventa e seis cêntimos em Oliveira do Hospital custa catorze euros e sessenta e três cêntimos. O mesmo serviço custa menos trinta e seis por cento em Oliveira do Hospital.

Há também quem faça comunicados, como o Partido Comunista fez, a dizer que aumentaram a água brutalmente. Mas eu dava-lhes um conselho para eles fazerem isso nos Concelhos onde dominam. Por exemplo nas Águas do Sado, em Setúbal, uma fatura de doze metros cúbicos de água custa vinte e quatro euros e noventa e três cêntimos e em Oliveira do Hospital a mesma fatura custa vinte e um euros e oitenta e dois cêntimos. Menos doze e meio por cento. Mas há aqui um problema de escala.

Esta é a democracia de alguns!

Também nas Águas do Planalto uma fatura de quinze metros cúbicos custa quarenta e sete euros e noventa e cinco cêntimos e a mesma fatura em Oliveira do Hospital custa vinte e cinco euros e quarenta e três cêntimos, menos quarenta e sete por cento do que naqueles Concelhos.

Também no sistema de Oeiras e Amadora e na zona de Aveiro, que são zonas com outra dimensão, os preços da água são muito superiores aos de Oliveira do Hospital.

O que quero reafirmar com estes exemplos é que há demagogia pura, barata, que se tenta vender.

Mas é preciso dizer que a água, hoje, em Oliveira do Hospital custa menos, e está a baixo, do que a média nacional.

Se fizéssemos os aumentos que a ERSAR recomenda teríamos que pagar mais do triplo do que hoje pagamos em Oliveira do Hospital.

Sobre isto não há demagogia e não há demagogia naquilo que eu prometi aqui. O que eu prometi aqui foi defender os mais desprotegidos e não admito que qualquer família por não ter dinheiro não tenha água.”

De seguida iniciou-se o Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que fez a seguinte intervenção:

“Já disse aqui em outras oportunidades de que sei bem que não sou eleito mas também sei que sou cidadão, que sou munícipe e que fui doze anos Presidente de Junta de Freguesia e que sou membro da Assembleia de Freguesia

da União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira e portanto também estou aqui no uso dos meus direitos democráticos e constitucionais.

Quero congratular-me pelas escolas em Vila Franca da Beira não terem encerrado este ano. Espero que não encerrem para o ano porque se encerrarem para o ano eu vou perguntar porque é que não encerraram neste.

O Sr. Presidente da União das Freguesias já questionou o Sr. Presidente sobre aquele largo em frente à Capelinha Mortuária que é uma obra que ainda se espera que arranque este ano.

Mantêm-se situações de insegurança rodoviária na estrada que passa por dentro de Vila Franca da Beira. Durante anos aqui se falou nisto, o último acidente mortal foi em dois mil e quatro. Que não se reedite a série trágica de acidentes mortais. Por exemplo iluminando aquele separador que está em cimento junto à estrada velha, eu já, por acaso, fui quase vítima de um acidente naquele local. Aquele separador elevado é desnecessário. Propunha também listas brancas de baixo relevo no asfalto, como por exemplo há nos Fiais e no Ervedal, porque os carros passam ali com muita velocidade e essas marcas mobilizam a atenção dos condutores, e fazem reduzir a velocidade, e por isso são indispensáveis ali também.

Depois alargava um bocado o Miradouro da Penha, o Castro do Vieiro e o estradão do Vale do Ferro.

Há problemas de saneamento nas quatro povoações da Freguesia ainda por resolver.

Há também um problema nos Fiais da Beira, e eu ponho aqui este problema porque também já coloquei na Assembleia de Freguesia mas não tem resposta e muito menos se avança na correcção destas coisas, que é aquela casa em ruínas em Fiais da Beira que é uma ofensa à memória do Prof. César de Oliveira porque está no Largo Prof. César de Oliveira e porque é sobretudo perigosa e antes que haja ali algum acidente complicado e é uma casa que é da Câmara.

Como é que a Câmara poder ter ali uma casa assim e depois ir intimar privados para que arranjem as casas que também estejam em idênticas circunstâncias. Sendo aquela casa da Câmara como me foi dito na Assembleia de Freguesia eu acho que já tarda e retarda aquilo ser imediatamente reparado porque aquilo é além do mais perigoso.

Eu agora entrava nesta parte da polémica: Se há alguém no Concelho de Oliveira do Hospital que tem autoridade para falar aqui de água e saneamento é o Partido Comunista Português. E às vezes quando se fala no Partido Comunista



Português era bom que as pessoas tivessem um bocado de calma. Fácil é estarmos de acordo com aqueles que estão de acordo connosco. Fácil é nós sermos um democrata perante aqueles que dizem amém. O que é difícil, o que exige estaleca, o que exige preparação, o que exige esforço, é, de facto, ser capaz de ouvir, de respeitar, de ter em conta o que dizem aqueles que não estão de acordo connosco. Isso é que é difícil! Aí é que se mede o teor da democracia de cada um. Não estou a dizer que o Presidente da Câmara o não seja porque eu considero o Prof. José Carlos Alexandrino um democrata.

Mas aqui nesta sala, em dois mil e três, quem é que votou contra a concessão às Águas de Zêzere e Côa e avisou? Fui eu que estou aqui em representação, eleito e proposto, pelo PCP. E avisei o que é que ia acontecer e o Município está a pagar a água, se calhar, ao dobro do valor que estava no estudo da concessão. E o problema começa daí também.

É preciso arranjar alternativas para a empresa das Águas do Zêzere e Côa. Isto não tem que ser assim porque senão é fatal como o destino. Aliás há justa causa para rescindir porque eles estão a levar quase o dobro daquilo que estava previsto na concessão.

Mas eu tenho aqui uma questão pessoal. Eu passei a pagar oitenta por cento mais de água e cento e cinquenta por cento mais de saneamento. Isso para mim já começa também a ser pesado. É evidente que agora eu espero que reduza mas foi o aumento que eu tive porque mexeram no escalão.

Sr. Presidente atenção que Setúbal e por exemplo Loures, a CDU e o PCP herdou aquilo da gestão do PS. Vamos perguntar assim: Como é que vem a água na Câmara de Almada? E Há aqui um problema de escala. E sei, e isso também eu aqui destaco, que aqui neste Município de facto não é onde se paga a água mais cara aqui da nossa zona. Isso também se regista e isso a gente também diz! Não somos nós que estamos a pagar pouco os outros é que estão a pagar demais!

Sobre aquela questão da lixeira em Vila Franca, o Sr. Presidente da Junta é a segunda vez que fala aqui nesta Assembleia e noto-lhe, estou a fazer uma apreciação subjetiva, um certo gozo e um certo acinte, como que para dizer que o Presidente da Junta anterior, que por acaso fui eu, tivesse a culpa daquilo. Agente de facto deixou desorganizar aquela lixeira mas quem começou a tratar daquela lixeira foi a Câmara onze meses depois do Senhor ser Presidente da Junta. E cresceu durante onze meses. O que aconteceu à Câmara foi aquilo que nos aconteceu a nós. Quando nós alugámos uma máquina furou logo os pneus e foi o que aconteceu à máquina da Câmara logo no primeiro dia que lá andou.

Vou terminar dizendo o seguinte: Sr. Presidente da Mesa já lhe agradei pessoalmente, em questões até de nível pessoal e até político, mas hoje não lhe posso agradecer. No dia doze foi afixada, talvez depois das quatro da tarde, a convocatória desta Assembleia desta Sessão, aqui, no edifício da Câmara, faz hoje oito dias, foi sexta-feira.

Eu pergunto-lhe: Qual é o Município, o público, com direito de aqui estar e se quiser questionar, que não tenha acesso privilegiado à informação, que sabia que ia haver uma Sessão no dia dezanove e que tinha que se inscrever o mais provável no domingo dia catorze? Foi isto que aconteceu.

Eu, por acaso, porque tive acesso privilegiado à informação e porque ouvi dizer, soube no dia onze que ia haver Sessão no dia dezanove e inscrevi-me no domingo. Agora, quando se afixa uma convocatória à sexta-feira à tarde, que o Senhor deve ter assinado nesse mesmo dia, ninguém vai saber disto! Isto não pode ser assim!

Depois lembro-me, durante anos, aqui, à sexta-feira o Senhor sempre protestou porque as Sessões fossem à sexta-feira à noite e agora são à sexta-feira à noite e depois duram até à quatro da manhã!

Depois, e por fim também: Alterou aqui hoje uma prática que foi o público falar no fim do Período da Ordem do Dia quando o público falava antes e hoje alterou esse procedimento.

Eu hoje estou aqui a falar depois de quinze Pontos da Ordem de Trabalhos.

Deixe-me terminar.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Prof. João Dinis está a violar o Regimento em vários aspectos: No tempo e também diz aqui que tem que falar de questões concretas e não de questões políticas.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis, que continuou com a sua intervenção:

“O Senhor, com este comportamento, aplicou aqui a ditadura da maioria e isso não se faz. Assim a gente fala de democracia, fala, fala, fala mas depois, nós, os Comunistas, é que não somos democratas! Isto é comportamento marcadamente totalitário. Quinze Pontos da Ordem do Dia depois é que eu estou a falar quando aqui a prática, quando cá estava outro antes do Senhor era

depois do Período de Antes da Ordem do Dia que o público falava para que não ficasse aqui até às quatro da manhã.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Quero dizer o seguinte ao Sr. João Pedro Correia Cruz: Das questões que coloca aqui no seu requerimento só pode falar em relação à segunda questão porque as outras questões são de reserva dos Membros da Assembleia que foram eleitos para isso.

Nomeadamente a seguinte questão: Sr. Presidente da Câmara como explica mais uma empresa que sai do Concelho? Isto é uma questão puramente política. Também é igualmente uma questão política a sua questão relativa à Central de Camionagem.

Só pode falar em relação à segunda questão porque se não sabe devia saber que nos termos do artigo 21º nº 2 do Regimento diz que *“as intervenções referidas no número anterior (do público) devem ser questões de natureza pessoal, social ou comunitária dos intervenientes não podendo desviar-se para questões de natureza política de reserva dos Membros da Assembleia.”*

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Assembleia posso-lhe fazer um pedido? Já que foram muitas horas que esperaram para colocar as perguntas eu pedia-lhe que deixasse colocar as perguntas porque eu responder-lhe-ei e terei o maior prazer em responder.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Fica aberto o precedente e em termos de futuro o Senhor depois poderá ter aqui o público a colocar-lhe outro tipo de questões.”

De seguida foi dada a palavra ao Sr. João Pedro Correia Cruz, que fez a seguinte intervenção:

“Eu sei que sou público mas sou também Município preocupado com a situação do Concelho.

A primeira pergunta que tenho a fazer ao Sr. Presidente da Câmara: Como é que explica que mais uma empresa saia do Concelho de Oliveira do Hospital, nomeadamente a queijaria Lagos?

E já agora, Sr. Deputado, porque é que não investiu no seu Concelho e foi investir no Concelho vizinho?

A terceira pergunta, e infelizmente o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Lourosa não está cá. No dia quinze de agosto houve mais um almoço convívio em que o Sr. Presidente da Junta envergonhou a direcção, se calhar não sabia das informações da Câmara, mas soube que houve uma visita da Vereadora mais um técnico da Câmara, sobre as obras que a Associação precisa, e gostava de saber qual é que foi a resolução desse relatório. Se as obras avançam ou não avançam?

Sr. Presidente da Câmara a Central de Camionagem agora virou o novo aterro Municipal? Não seria melhor pormos ali um miradouro com vista à Serra do Caramulo?

A quinta pergunta: Eu participei no Orçamento Participativo Jovem com um projeto pela Juventude Comunista e com um projecto pessoal, só que não chegou cá, mas já reencaminhei o *mail* da minha candidatura e gostava de dizer aqui ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse uma revisão ao valor para dois mil e quinze porque vinte e cinco mil euros é pouco e é um valor que não dá para nada. Dá para umas casas de banho e uma churrasqueira e mal.

O Sr. Presidente não pode dizer aqui que os jovens não participam porque este orçamento não é nada.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Luís Miguel Ruivo Lagos, que fez a seguinte intervenção:

“Caro João Pedro, vou-lhe responder com carinho porque a esta hora já não pode ser de outra forma. Não quero ser muito bruto até porque é uma intervenção do público e tenho que lhe responder com carinho.

A Queijaria Lagos não saiu de Oliveira do Hospital. A Queijaria Lagos, Lda, posso dar-lhe o número de contribuinte que é o 507860080 e pode ir consultar, tem sede em Oliveira do Hospital, continuará a pagar os seus impostos em Oliveira do Hospital. Tem vinte postos de trabalho onde dezoito são de Oliveira do Hospital. Compra os serviços em Oliveira do Hospital e gostaria de comprar mais se assim pudesse e não vai abandonar Oliveira do Hospital e nem sequer vai abandonar Meruge porque tem umas ideias e tem projectos para desenvolver outra atividade que seja mais adequada ao

crescimento da empresa em Meruge. Mas até é bom falar destas coisas porque o Senhor veio aqui por encomenda, colocaram-lhe isso no papel e depois pediram-lhe para cá vir perguntar. Eu agora já o tratei com um bocadinho menos de carinho, mas eu volto ao carinho. Peço desculpa.

Quero-lhe dizer que sou um Oliveirense convicto. Tive que optar, sabe que os empresários não podem ser românticos, infelizmente, nem o mundo dos negócios é poesia.

O meu coração é um coração Oliveirense. Eu gosto muito de Oliveira, mas no mundo dos negócios, e como qualquer empresário, e o Senhor quando criar a sua própria empresa poderá optar, como toda a gente, e instalá-la onde quiser, mas o mundo dos negócios não se compadece com romantismos e com poesia. E eu tive que pensar nos meus colaboradores, nos meus colegas de trabalho, e naquilo que é melhor para eles, e naquilo que é melhor, e o Senhor como Comunistas terá certamente essa mentalidade, nós somos uma equipa, somos um conjunto de colegas, e uma empresa é sobretudo isso, um conjunto de pessoas, e nós temos que pensar aquilo que é melhor para nós. E aquilo que foi melhor para nós foi dar um passo em determinado caminho, mas isso não implicou, nem nunca vai implicar, abandonar Oliveira do Hospital e muito menos Meruge. Eu sou Merugense convicto, de alma e coração, sempre que puder e se a minha vida tiver mais projectos de investimento tenho a minha terra antes de qualquer outra, que é Meruge, no coração e se algum dia tiver uma oportunidade de fazer lá alguma coisa farei e cá estarei durante estes anos todos para o ver realizar os seus projectos de investimento.

A minha história é pública, é conhecida, não nasci milionário, o que tenho feito tem sido com sangue, suor e lágrimas, é mesmo essa a expressão, e portanto quero ver o João Pedro a Instalar a sua empresa. Está Bem?"

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu gostaria de responder ao João Dinis e as minhas primeiras palavras são para dizer que tenho uma grande consideração pelo João Dinis e quero dizer-lhe o seguinte: O Senhor faz parte de uma Assembleia de Freguesia e por uma questão de respeito, pelo teu passado político e pelo interesse que tens demonstrado, quero dizer que não podes vir substituir o Presidente da União de Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, porque todos os assuntos que aqui colocas-te são assuntos que pertencem à Junta de Freguesia. Esses

assuntos devem ser discutidos com o Sr. Presidente da Junta até porque fazes parte da Assembleia de Freguesia.

De qualquer maneira quero dizer que aqui uns assuntos que eu penso que tens razão. Se a Câmara Municipal estivesse a nadar em dinheiro tinha estas obras todas feitas. Mas há aqui uma que eu acho que nós devemos ter em atenção que é aquele problema da casa que está em ruínas na rua César de Oliveira.

Relativamente à resolução dos problemas de saneamento eu pensava que o João Dinis ia dar os parabéns aos Presidente pelas obras de saneamento que custaram mais de cem mil euros e que foram feitas em Vila Franca da Beira.

Relativamente à segurança rodoviária, que é um assunto que me preocupa muito, acho que é possível fazermos algumas correções.

Relativamente à execução do projeto da recuperação urbanística do largo em frente à Capela Mortuária, eu prometi ao Presidente da União de Freguesias que esta será a primeira obra a fazer-se na Freguesia logo que haja possibilidades.

Relativamente às outras propostas quero dizer que há resolução. Nós para aquela fossa do Ervedal já deixamos tudo pronto, aquando da requalificação da estrada, mas as ligações técnicas não são da responsabilidade da Câmara mas são da competência das Águas do Zêzere e Côa.

Relativamente à intervenção do João Pedro Cruz eu quero-lhe dizer o seguinte: No que diz respeito ao Orçamento Participativo Jovem eu quero dizer que não é o dinheiro que faz participar as pessoas porque o ano passado havia cinquenta mil euros e não participaram mais do que participaram este ano.

Gosto da sua participação e gosto da forma como coloca os assuntos e até diria que acho simpático ficar aqui até esta hora para lhe poder dar as explicações.

Sobre a empresa já não preciso de lhe responder porque o Deputado Luís Lagos já lhe respondeu, contudo, o Senhor ouviu, hoje, eu anunciar que se vão instalar quatro em presas e qual é o investimento e ouviu-me a falar de quarenta postos de trabalho.

Relativamente à obra da Associação de Melhoramentos de Casal de Abade e anexas é verdade que a Associação me mandou um ofício, mas neste momento decorrem ainda algumas obras e também lhe quero dizer que nós comunicamos com o Presidente da Associação.

Por uma questão de transparência nós não temos medo de falar e neste momento estamos a intervir na Liga de Melhoramentos de Travanca. É uma obra que tem financiamento do PRODER.

Estamos também a intervir, e é uma obra que já vem de algum tempo, em São Gião, na Liga dos Amigos e Comissão Regional Sangianense.

Acabámos de intervir, e ainda não acabámos de pagar, no teatro da Sociedade Recreativa Ervedalense.

Há aqui três ou quatro Sedes que precisam de intervenção como por exemplo a Sede do Grupo Desportivo Vasco da Gama que é uma sede que está em piores condições do que a Sede da Associação de Melhoramentos de Casal de Abade e anexas.

Por isso terei que ver quais são as prioridades e terei que analisar as verbas necessárias.

Sobre a Central de Camionagem quero dizer-lhe que a obra foi concluída à muito pouco tempo e o Senhor sugere que se faça um miradouro para o Caramulo e eu acho que é uma boa ideia. Eu espero que quando fizermos a inauguração que aquela terra já lá não esteja.”

Terminadas as intervenções, foi colocada à votação a proposta de aprovação da presente ata em minuta, para que produza efeitos imediatos, tendo sido aprovada por unanimidade com uma abstenção.

Não havendo mais nenhuma intervenção sobre esta matéria e sendo cinco horas e dez minutos do dia vinte de setembro de dois mil e catorze, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos restantes Membros da Mesa e por mim  
\_\_\_\_\_  
Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

\_\_\_\_\_

(Primeiro Secretário)

\_\_\_\_\_

(Segundo Secretário)

\_\_\_\_\_